

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

NA ABERTURA

DA

PRIMEIRA SESSÃO DA DECIMA LEGISLATURA

PELO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Wenceslau Braz Pereira Gomes



RIO DE JANEIRO

1918

Senhores Membros do Congresso Nacional

Cumpre-me, pela ultima vez, expor ao Congresso o ocorrido no anno findo e as providencias que me parecem acertadas.

Permitti que, antes de fazel-o, e para que se julgue imparcialmente o meu quadriennio, eu vos diga, em largos traços, a situação que encontrei, o que prometti, o que fiz e o que julgo necessario se faça.

Ninguem desconhece as condições precarias da administração a 15 de novembro de 1914.

Eis-as em synthese:

- a) terminação do estado de sitio de oito meses;
- b) grande excitação dos espiritos; resentimentos partidários profundos;
- c) segundo "funding";
- d) renda publica insuficiente para as despesas ordinarias;
- e) avultados "deficits" mensaes;
- f) enorme massa de dívidas fluctuantes a pagar superior a 36.000:000\$, euro, e 311.000:000\$, papel;
- g) Thesouro sem recursos;
- h) credito abalado;
- i) titulos publicos desvalorizados;
- j) baixa do cambio;
- k) importação e exportação profundamente perturbadas;
- l) Commercio e Industria em condições precarissimas (algumas fabricas fechadas e outras trabalhando meio dia, um terço de dia);
- m) operariado em situação angustiosa.

Prometti:

- fazer uma obra de pacificação, de congraçamento de todos os brasileiros, tarefa que se impunha, já pelo meu feitio pessoal, já pelos meus compromissos, já pela situação do Paiz;
- colocar os verdadeiros interesses nacionaes acima dos pessoaes e dos partidarios, pairando minha administração superior aos partidos;
- colocar a administração nos moldes da mais intransigente moralidade, do maior respeito ás leis e á Justiça;
- concorrer para que se fizesse uma boa lei eleitoral, e, o que mais importa, para que fosse cumprida, com lealdade e isenção

produção do flagello, ao menos impedem que ella appareça com a mesma intensidade e efeitos que até bem pouco tempo.

Cumpre-me assignalar, em homenagem á verdade, que esses resultados não são devidos exclusivamente ao Governo, porque para elles muito contribuiram o Poder Legislativo e todas as classes sociaes. Quanto ao Código Civil, apenas agi perante o Congresso no sentido da terminação dos trabalhos legislativos.

O historiador imparcial dirá si fui sincero no prometter e leal no cumprir. Nem tudo que se devia fazer foi feito, confesso-vos francamente; mas também é inquestionável que ha encargos que excedem das forças de um homem, especialmente das daquelle que, neste periodo, teve a pesada missão de dirigir os destinos do Paiz, agravados ainda, por ultimo, pela guerra mundial.

O que nos cumpre fazer :

- continuar a amparar vigorosamente toda nossa produção, especialmente os dous principaes productos de nossa exportação, que passam, neste momento, por crise gravíssima e exigem prompta e radical solução. Pôde-se dizer, sem exagero, que delles vive o Brasil, pois que representam em ouro a maior parte da massa exportavel.

- incrementar a produção do algodão, que oferece grandes possibilidades; defendê-la da praga da lagarta rosada;

- cuidar com o maior empenho da pecuaria, cujos prodromos legitimam seguras esperanças para o Brasil;

- desenvolver a produção do ferro gusa, ferro manganez e do aço em quantidade que dê para as nossas necessidades e, até, mesmo para a exportação;

- facilitar ainda mais o aproveitamento do carvão nacional, tendo sempre em vista que, terminada a guerra, deveremos tomar medidas assecuatorias, protectoras dessa preciosa riqueza mineral.

Creio que não será inopportuno que eu accentue as acusações que nossa consciencia de brasileiros aos tem feito pelo abandono de extraordinarias riquezas com que a Providencia dotou o Brasil.

Precisamos mostrar-nos à altura dessa dadiva generosa.

Estou convencido de que o nosso carvão, enriquecido pela lavagem e pela pulverização e, si for preciso, pelo briquetamento, bastará ás nossas necessidades.

Montanhas de ferro de excellente teor, e, em suas vizinhanças, montanhas de manganez de optima qualidade e poderosas quedas d'água, como que estão a desafiar a attenção dos technicos e a aplicação dos captaes.

E' dever imperioso resolver, de vez, esse problema.

Sobre outros aspectos, impõe-se-nos tambem :

- velar pelo cumprimento rigoroso da lei do sorteio militar. Essa conquista não deve, não pôde fracassar. Seria erro grave; seria mesmo crime inominável;

— velar pela lei eleitoral para que alguns erros do presente sejam corrigidos no futuro.

A Republica precisa de boas eleições como quem precisa de ar para viver.

O que se obteve quanto à verdade do alistamento e à seriedade das eleições ainda está longe da perfeição, mas seria grande injustiça, e não reconhecer a evidencia dos factos, contestar que não tenhamos conseguido muitíssimo.

Que os pessimistas abandonem a obra da demolição para assumir atitude muito mais salutar e nobre, qual a de defenderem, com ardor, as excellentes providencias da lei actual contra os defraudadores de toda ordem.

Critica, sim ; reforma e melhoria de preceitos, sim ; descrença, não.

A época, a nossa situação é para os que têm fé e são capazes de acção inteligente e patriótica.

Ante estes dous poderosos factores, não haverá dificuldades invencíveis. Já uma vez combati (e o faço hoje com mais conhecimento de causa) o personalismo de nossa política, a sua exagerada preocupação partidaria que a tudo se sobrepõe ; o esquecimento ou menosprezo dos altos problemas nacionaes, que ou são considerados como nonada, ou são tratados como se fossem questões de segunda ordem.

Nesta hora angustiosa por que passa o Mundo é que se pode bem verificar quanto descuidamos dos interesses capitais e quanto tempo precioso perdemos em questiúnculas estreitas e irritantes de política de campanario !

Façamos ponto. Comecemos vida nova. De nós o exige a nossa propria honra.

Que os chefes das circunscripções estaduaes voltem as costas aos políttiqueiros, prefiram e chamem a postos os homens capazes, os homens de idéas sãas e de processos dignos. Que todos aqueles que têm representação na política e na administração concorrão para a reforma dos nossos perniciosos costumes políticos, causa de serios prejuízos materiaes e moraes para a nossa querida Pátria e só cuidem de elevar-a ao posto a que ella tem seguramente direito pelos seus immensos recursos de toda a ordem.

Ahi estão problemas nacionaes da maior relevância, que só por si poderiam tomar toda nossa atenção e ocupar a nossa actividade e, entre elles, com preeminencia evidente, sob todos os aspectos, a debellação das endemias que flagellam os habitantes do sertão (e até mesmo os de uma estensa zona do Distrito Federal !), amortecendo-lhes a energia phisica e moral.

Que todos os brasileiros, dignos desse nome, se empenhem nessa campanha benemerita, prestando a este Paiz o maior dos serviços, convencidos, como devem estar, de que o nosso interesse e os princípios de humanidade nos convocam para tomar parte nesta santa cruzada.

Trata-se de avigorar e valorizar o homem que produz, o cidadão que defende a nossa bandeira, o chefe de família que deve ter prole vigorosa e dar-lhe exemplos de trabalho e de virtude; trata-se, enfim, de avigorar a raça que definha nos sertões brasileiros.

Todos os sacrifícios nesse sentido justificam-se plenamente e serão compensados por meses de benefícios.

Poder-se-á perguntar porque o meu Governo não se interessou pelo assumpto há mais tempo.

A essa interrogação, aliás natural, responderei que infelizmente, para mim, recebi a administração nas condições já narradas e fui obrigado, pela força das circunstâncias, a preocupar-me principalmente da solução do problema financeiro.

Sómente agora dispõe o Governo de pequena verba para iniciar o serviço, que vai ser começado.

Pouco poderei fazer nesse sentido; mas tranquiliza-me a consciência a certeza que tenho de que o benemerito brasileiro, que conseguiu debellar a epidemia da febre amarela, enfrentará esse problema, para dar-lhe prompta e radical solução.

Ao ensino técnico profissional não pude dedicar os cuidados que merece.

Urge que resolvamos esse problema capital.

Sobre a nossa situação internacional, transcrevo aqui o que já vos disse em minha ultima Mensagem:

«Como sabeis, a conflagração europeia alastrou-se por todo o orbe, não havendo hoje continente que nella não esteja envolvido.

Inflexíveis na manutenção da neutralidade, que, a justo título, foi qualificada por todos como exemplar, tivemos de lavrar o nosso protesto contra a nota alemã, que ameaçou o comércio dos neutros com a guerra submarina sem restrições de ordem alguma, affirmando ao mesmo tempo que a Alemanha ficaria perante nós responsável por qualquer ataque á vida e aos bens de brasileiros.

Poucos dias depois notificámos ao Governo alemão que o torpedeamento de navio brasileiro em qualquer mar e sob qualquer pretexto importaria a ruptura de nossas relações. Dado o torpedeamento do vapor brasileiro "Paraná", só esperámos que em inquérito regularmente feito fosse apurado o facto, para declararmos, como declaramos, a ruptura de relações com o Império Alemão.

Diz-me a consciencia que nesta delicada conjunctura o Governo, sem precipitações e sem excessos, procurou cumprir leal e dignamente o seu dever; e as manifestações francas e inequivocas que recebeu da grande maioria da opinião nacional são uma eloquente demonstração de que a Nação não lhe recusou o seu apoio e solidariedade.»

Por Mensagens que vos dirigi sabeis o que se passou posteriormente. Fomos impelidos a declarar o estado de guerra em que nos achamos.

Antes de passar a expor o que foi a administração nos diversos Ministerios, cumpre-me dizer-vos que si cumprí fielmente o que prometi em minha plataforma, cabe menos a mim dizer-o do que aos que me elegeram para o elevado posto de Chefe da Nação. Asseguro, porém, ao Paiz que, voltando para a obscuridade da qual me retirou sua magnanimidade, faço-o de consciencia tranquilla e contente, convencido de que, si nem tudo fiz pela minha querida Patria, lhe consagrei, pelo menos durante quatro arduos annos de responsabilidades tremendas, todas as minhas forças, todo o empenho de que fui capaz, descuidando de mim para só cuidar dos altos interesses da minha terra.

Pôde não ser muito; estou mesmo convencido de que a Nação de mais necessitava, mas era tudo que se podia exigir de mim.

Erros devo ter tido e muitos, mas o intuito sempre foi bom e digno.

De todas as energias gastas ao serviço do Brasil, julgo-me bem recompensado, já pela honra da investidura, já pelo apoio sincero e decidido com que me distinguiram os Poderes Constitucionaes e todas as classes da sociedade brasileira.

RELAÇÕES EXTERIORES

*Antecedentes do
estado
de guerra*

Por decreto de 3 de maio de 1917, foi exonerado, a pedido, do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores o Sr. General Dr. Lauro Müller, actual Senador Federal pelo Estado de Santa Catharina, sendo nomeado para esse cargo, por decreto de 5 do mesmo mez, o Sr. Dr. Nilo Peçanha, ex-Presidente da Republica e Presidente actual do Estado do Rio de Janeiro, que tomou posse e assumiu o exercicio da Pasta no dia 7, depois de haver passado o effectivo exercicio da função estadual ao seu substituto legal.

O Brasil continua a manter inalteradas as suas boas e antigas relações cordiaes com todos os Estados estrangeiros, excepto com o Imperio Alemão, que, por um acto de violenta aggressão, já nos obrigara a suspender as relações diplomaticas e commerciaes que com elle mantinhamos, e que, pelas reiteradas reincidencias de aggressões, não menos violentas, nos forçou a reconhecer e proclamar o estado de guerra iniciado pelo mesmo Imperio contra a Nação Brasileira.

Na Mensagem annual ultima, de 3 de maio de 1917, depois de comunicar-vos a suspensão ou ruptura das nossas relações diplomaticas e commerciaes com o Governo Imperial Alemão, em consequencia do torpedeoamento do vapor mercante nacional "Paraná", dei conta da partida do Agente Diplomatico daquelle Governo nesta capital, com a sua comitiva, por via terrestre, para a cidade de Sant'Anna do Livramento, na noite de 27 de abril desse anno.

Accrescentei então que o Governo Federal Suíço, consultado sobre si poderia tomar a si a guarda dos Archivos da Legação do Brasil em Berlim e a protecção dos Brasileiros na Alemanha, respondera que a Suíça se sentia muito penhorada pela prova de amizade e confiança do Brasil, ali tão estimado, e que aceitava essa honrosa incumbência.

Cumpre-me manifestar publicamente ao Conselho Federal Suíço os mais vivos agradecimentos do Povo Brasileiro e do seu Governo pelo relevante serviço que nos tem prestado desde aquella época.

Por idêntico obsequio nos devemos confessar gratos ao Governo de Sua Majestade Católica, cuja Legação em Bruxelas se dignou de aceitar provisoriamente a protecção dos interesses brasileiros na parte da Bélgica ocupada pelas forças do Império Alemão, desde que o nosso Encarregado de Negócios, pela força das circunstâncias, em virtude da mesma ruptura de relações, teve de se retirar daquela capital.

A partir de 1º de maio de 1917, esse nobre encargo tomou o carácter definitivo, por uma nova gentileza do Governo Hespanhol, attendendo à solicitação que lhe dirigimos, por intermédio da nossa Legação em Madrid.

Enquanto não era designada a Potencia encarregada dos interesses alemães no Brasil e de acordo com o art. 21 do Tratado de Commercio concluído entre a Áustria-Hungria e a Alemanha em 6 de dezembro de 1891, os ex-Consules alemães foram autorizados a entregar provisoriamente a salvaguarda daquelles interesses ao Consul da Áustria-Hungria do lugar de suas residências, e, na falta de representação consular austro-hungara nessas localidades, ao Consul austro-hungaro mais próximo. O Governo Federal teve ciência dessa autorização, pela Nota de 11 de abril de 1917, da Legação de Sua Majestade Imperial e Real Apostólica no Brasil.

A protecção definitiva dos interesses alemães no Brasil ficou a cargo da Real Legação dos Países Baixos nesta capital, desde 27 de abril do mesmo anno, segundo comunicação recebida dessa Legação na mesma data.

O Ministro, Sr. Sylvino Gurgel da Amaral, em 21 de abril, fez entrega dos archivos da nossa Legação em Berlim ao Ministro da Suíça na Alemanha, mas só pôde retirar-se daquela cidade, com o pessoal da Legação e os nossos Agentes consulares, no dia 4 de maio, chegando a Zurich no dia 5.

O ex-Ministro alemão no Brasil deixou a cidade de Sant'Anna do Livramento em 4 de maio, e transpor a nossa fronteira, dirigindo-se para a cidade uruguaya de Rivera.

A Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, em 5 de fevereiro de 1917, notificou ao Governo Brasileiro a ruptura

das relações diplomáticas entre os Governos do seu paiz e da Alemanha, e, em 7 de abril seguinte, informou que, em data de 6, o respectivo Congresso havia declarado e o Presidente Wilson proclamara que o estado de guerra existia entre os Estados Unidos da América e o Governo Imperial Alemão.

A essas comunicações respondeu o Governo Brasileiro, em Notas de 8 de fevereiro e 23 de abril do mesmo anno.

No dia 25 de abril fiz expedir o decreto n. 12.458, que mandou fossem observadas as regras constantes do decreto n. 11.037, de 4 de agosto de 1914, no mencionado estado de guerra entre aquelles dous paizes, e aguardei a reunião do Congresso Nacional, que estava proxima, para dar-lhe conta da grave situação internacional em que o Brasil se encontrava, esperando, como então declarei, que o vosso patriotismo se exereria, dentro das amplas autorizações que constitucionalmente vos cabem, com a decisão que as circunstancias exigissem.

Em 22 de maio de 1917, tive a honra de dirigir-vos uma Mensagem especial a esse respeito, na qual, alludindo à expedição do referido decreto n. 12.458, de 25 de abril anterior, sobre a neutralidade do Brasil no estado de guerra entre os dous citados paizes, fiz as seguintes considerações :

« Assim o fiz, embora suspensas as relações diplomáticas e commerciaes com a Alemanha, seguindo a regra geral até então admittida em obediencia ao decreto n. 11.037, de 4 de agosto de 1914, que consubstancia os preceitos das duas Convenções assinadas pelo Brasil, na Haya, referentes aos direitos e deveres das Potencias e Pessoas Neutras, mas deixando de usar nesse documento dos termos empregados em actos anteriores dessa natureza e mandando apenas que as autoridades observassem e cumprissem as regras de neutralidade enquanto o contrario não lhes fosse ordenado.

« O Governo não podia ir além, mas a Nação Brasileira, pelo seu orgão legislativo, poderá, sem intutos bellicosos, mas com firmeza, considerar que um dos belligerantes é parte integrante do Continente Americano e que a esse belligerante estamos ligados por uma tradicional amizade, e pelo mesmo pensamento politico na defesa dos interesses vitaes da America e dos principios accéitos de Direito Internacional.

« Tem sido esta sempre a conducta do Brasil : a Republica mantém-se fiel à tradição ininterrupta da sua política externa ; hoje não poderia repudiar as idéas que inspiraram a Nota-protesto do Imperio do Brasil, em 15 de maio de 1866, quando uma esquadra européa bombardeou uma cidade sul-americana.

« A nossa orientação já então era que as Nações do Continente, de riqueza e de população disseminadas ao longo de costas estensas e indefesas, necessitam, mais que outras, que sejam mantidas as maximas da civilização moderna e que constituem a sua principal e mais efficaz protecção.

« Accentuando, por fim, que a politica de solidariedade continental não é a politica deste periodo de Governo, nem deste regimen, mas a politica tradicional da Nação Brasileira, submetto o assumpto ao julgamento do Congresso Nacional, convencido de que, si por ventura alguma resolução for adoptada, ella firmará a feliz intelligencia que deve existir entre o Brasil e os Estados Unidos. »

Nesse mesmo dia 22 de maio, recebeu-se aqui, pelo telegrapho, a inesperada e cruel noticia do torpedeamento de mais um navio brasileiro por um submarino das forças navaes allemãs. Quero referir-me ao vapor mercante nacional "Tijuca", afundado no dia 20 desse mes, ás 22 horas e 40 minutos, a 5 milhas a sudoeste "des Pierres Noires", na entrada do porto de Brest, tendo sido felizmente salva toda a tripulação e recolhida ao mesmo porto, e ficando levemente feridos dous homens da mesma equipagem.

Dada essa nova occurrence, dirigi logo ao Congresso Nacional, no dia 26, esta segunda Mensagem especial :

« Submetto hoje ao vosso conhecimento, em cópias authenticadas, as informações que recebi da Legação Brasileira em Paris, relativas ao torpedeamento de mais um navio da frota mercante do Brasil por um submarino das forças navaes allemãs.

« E' conbecida de toda a Nação a attitude que o Governo assumiu quando a Allemanha communicou a todos os povos neutros o estabelecimento de um bloqueio, por submarinos, da costa occidental da Europa e de parte da meridional, restringindo assim a liberdade dos mares e estendendo indistinctamente ao mundo estranho ao conflicto os mais violentos processos de guerra.

« O Governo Brasileiro formulou então o seu protesto, e, torpedeado o navio "Paraná", rompeu as relações diplomaticas e commerciaes com a Allemanha.

« Agora, o torpedeamento do segundo navio, em circunstancias graves, sem aviso prévio, e a ameaça de cada dia ir diminuindo a nossa navegação e o nosso commercio com o exterior, obrigou o Governo a pôr em pratica medidas de defesa que o alto conselho do Congresso Nacional poderá inspirar.

« Não deseja o Governo, trazendo o assumpto à vossa consideração, como é do seu dever, eximir-se, contudo, da responsabilidade que lhe cabe, e de dar com franqueza a sua opinião. Parece-lhe que é urgente a utilização dos navios mercantes allemães ancorados nos portos do Brasil, excluida, entretanto, a idéa de confisco, que tanto repugna ao espirito da nossa legislação e ao sentimento geral do paiz.

« A utilização acharia fundamento nos principios da Convenção assignada na Haya, em 18 de outubro de 1907, e seria sem compensação, até que possamos verificar si se trata de bens de propriedade particular que, mesmo em caso de guerra, devem

ser respeitados, e o Brasil o fará, ou si pertencem a empresas que tenham quaequer laços de dependencia com os poderes officiaes.

« De um modo ou de outro, o que parece inadiavel ao Governo é que sejam tomadas as medidas impostas a um tempo pelo interesse publico e pelo decoro da Nação. »

E o Congresso Nacional, de completo accordo com o sentir do Povo e do Governo, adoptou logo a seguinte Resolução, que sancionei e fiz publicar pelo decreto n. 3.266, de 1 de junho :

« Art. 1º. Fica sem effeito o decreto n. 12.458, de 25 de abril do corrente anno, que estabelece a neutralidade do Brasil na guerra dos Estados Unidos com o Imperio Alemão.

« Paragrapho unico. Para execução deste artigo, o Presidente da Republica fica autorizado a tomar as medidas necessarias, praticando os actos decorrentes da cessação da referida neutralidade.

« Art. 2º. E' autorizado o Poder Executivo a :

« 1º, utilizar os navios mercantes alemães ancorados nos portos do Brasil, para o que poderá praticar os actos que forem necessarios, nos termos da Mensagem de 26 de maio do corrente anno ;

« 2º, tomar medidas de defesa da nossa navegação no exterior, podendo combinar, com as Nações amigas, providencias que assegurem a liberdade do commercio de importação e exportação, e a revogar, para esse fim, os decretos de neutralidade quando o julgar conveniente.

« Art. 3º. E' o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos que forem necessarios para execução da presente lei.

« Art. 4º. Revogam-se ás disposições em contrario. »

De accordo com a autorização contida no n. 1, do art. 2º do precedente Acto do Legislativo, fiz então expedir, pelo Executivo, o decreto n. 12.501, de 2 desse mes, que determinou :

« Art. 1º. O Governo do Brasil requisita todos os navios mercantes alemães ancorados nos portos da Republica, afim de utilizal-os como o aconselharem as coavenciencias e necessidades da navegação e do commercio.

« Art. 2º. Uma vez ocupados, nos termos do decreto Legislativo acima mencionado, esses navios serão considerados brasileiros para o effeito de poderem arvorar desde logo o pavilhão nacional.

« Art. 3º. O Governo providenciará para que, no mais breve prazo possivel, essas embarcações sejam postas em condições de navegar e no serviço de transportes, de accordo com o art. 1º.

« Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario. »

Nessa occasião, o Excellentissimo Senhor Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos da America, dirigiu-me, por inter-

medio da respectiva Embaixada aqui acreditada, no dia 5 de junho, expressiva Mensagem de felicitações, que agradeci muito penhorado, em data de 13, por intermedio da nossa Embaixada em Washington.

Já tínhamos a posse fiscal de todos os navios mercantes alemães ancorados nos portos brasileiros. A tomada de posse completa dos mesmos navios, aqui e em diversos dos Estados da União, o desembarque dos officiaes e das tripulações de nacionalidade alemã e a sua substituição por officiaes e por marinheiros brasileiros fizeram-se regularmente, sem incidentes dignos de nota.

Na grande maioria, achavam-se em estado de não poder navegar, com as machinas propositadamente danificadas, faltando a estas peças essenciais para o seu funcionamento. Foram dadas imediatas providencias para que fossem postos em estado de servir aos fins que se tinha em vista.

Os officiaes e as tripulações alemães foram alojados e passaram a ser sustentados por conta do Governo Federal.

Contra a requisição e a utilização dos navios mercantes alemães, ancorados nos portos da Republica, protestou formalmente, junto ao Governo Brasileiro, a Legação de Sua Majestade a Rainha dos Paizes-Baixos, em nome do Governo Alemão e a seu pedido transmitido pelo Governo da Haya, reservando-se o direito de pedir uma indemnização por todas as perdas que aos interesses alemães occasionasse semelhante medida.

A esse protesto, feito em Nota de 2 de junho, respondeu o Governo Brasileiro, por outra do dia 5, declarando :

« A medida que tomou o Governo da Republica, Senhor Ministro, utilizando-se dos navios alemães em seguida ao torpedeamento de navios da sua frota mercante, e assegurando directa e imediatamente, embora pela força, a satisfação dos danos que nos têm sido causados, foi um acto de legitima defesa, fundado no proprio direito alemão, e que todos os povos praticam mesmo sem sahir do estado de paz, precisamente para coagir a Nação offensora ás reparações que lhes são imperiosamente devidas. »

E, depois de ter justificado o direito de represalias e de sequestro, acrescentou a mesma Nota Brasileira:

« Finalmente, Senhor Ministro, o Governo da Republica, acautelando a propriedade particular e prestando assistencia á equipagem dos navios, não sahiu da região serena dos principios e leis que regem a sociedade internacional, só tendo procedido na defesa da sua bandeira e dos interesses do paiz. »

Em Nota circular de 2 de junho expedida pelo telegrapho e por intermedio dos nossos representantes diplomaticos no estran-

geiro, o Governo Brasileiro comunicou aos de todas as Nações amigas que acabara de ser sancionada a lei que revogou a neutralidade do Brasil na guerra entre os Estados Unidos da America e o Imperio Alemão.

Por exprimir esse documento, com precisão e firmeza, o pensamento do Governo, passo a transcrever a sua parte essencial :

« A Republica reconheceu assim que um dos belligerantes é parte integrante do Continente Americano e que a este belligerante estamos ligados por uma tradicional amizade e pelo mesmo pensamento político na defesa dos interesses vitaes da America e dos princípios aceitos pelo Direito Internacional.

« O Brasil nunca teve e não tem ainda agora ambições guerreiras, e si se absteve sempre de qualquer parcialidade no conflicto da Europa, não podia continuar indiferente a elle, desde que eram arrastados á luta os Estados Unidos, sem nenhum interesse, mas tão sómente em nome da ordem jurídica internacional, e a Alemanha estendia indistinctamente a nós e demais povos neutros os mais violentos processos de guerra.

« Si até agora a falta de reciprocidade por parte das Republicas Americanas tirava à doutrina de Monroe o seu verdadeiro carácter, permitindo uma interpretação menos fundada das prerrogativas de sua soberania, os acontecimentos actuais, collocando o Brasil, ainda agora, ao lado dos Estados Unidos, em momento critico da historia do mundo, continuam a dar á nossa política externa uma feição prática de solidariedade continental, politica aliás que foi tambem a do antigo regimen, toda vez que tem estado em causa qualquer das demais Nações irmãs e amigas do Continente Americano.

« A Republica obedeceu rigorosamente ás nossas tradições políticas e diplomáticas e ficou fiel aos principios liberaes em que foi educada a Nação.

« Cumprindo assim o nosso dever e tomando o Brasil a posição indicada pelos seus antecedentes e pela sua consciencia de povo livre, guardaremos, quaesquer que sejam os sucessos que nos esperem amanhã, a Constituição que nos rege, e que nenhuma outra excedeua ainda, nas garantias devidas ao Direito, á vida e á propriedade dos estrangeiros. »

Ao contexto dessa Nota Brasileira responderam os Governos dos seguintes Paizes:— Bolivia, Italia, Noruega, Argentina, Russia, Chile, Grâ-Bretanha, Uruguay, França, Perú, Dinamarca, Santa Sé, Estados Unidos da America, Japão, Portugal, Costa-Rica, Guatemala, Dominicana, Honduras, Colombia, Mexico, Paraguay, Panamá, Cuba, Ecuador, Nicaragua, Haiti, Venezuela e Salvador; — em numero de 29.

Em 26 de maio recebemos a notícia do torpedeamento de terceiro navio nacional, o vapor "Lapa", do Lloyd Brasileiro, com a

circunstancia feliz de ter sido salva toda a tripulação, composta de 31 pessoas. Pelas informações do inquerito que se mandou abrir, aqui chegadas sómente no dia 29, ficou verificado que um submarino alemão o torpedeara, em 22 desse mes, quando o navio se achava em viagem das Canarias para o porto de Marselha.

Em 7 de junho, dirigi-me pela terceira vez ao Congresso Nacional, nos termos constantes da seguinte Mensagem especial :

« Em cumprimento da promessa feita na Mensagem que vos dirigi em 3 de maio ultimo, apresento-vos, em cópias authenticas que a esta acompanham, os documentos referentes ao inquerito sobre o torpedeamento do vapor "Paraná", da Companhia Commercio e Navegação, e, bem assim, á ruptura das relações diplomaticas e commerciales entre o Brasil e o Imperio Alemão.

« Cabe-me tambem o dever de levar ao vosso conhecimento, como informação oficial, cópia da correspondencia telegraphica relativa ao navio "Lapa", do Lloyd Brasileiro, torpedeado no dia 22 de maio proximo findo por um submarino alemão, quando em viagem das Ilhas Canarias para o porto francez de Marselha. »

Em vista da reincidencia desses attentados contra a propriedade brasileira e contra a nossa liberdade de commercio, resolvi fosse tambem revogada a nossa neutralidade, em relação á França, Russia, Grã-Bretanha, Japão, Portugal e Italia, na guerra que sustentam contra o Imperio da Alemanha, e, para esse efecto, foi expedido o decreto n. 12.533, de 28 de junho de 1917, do teor seguinte :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

« Usando da atribuição que lhe confere o n. 14, do artigo 48, da Constituição Brasileira, e attendendo ao que o Congresso manifestou no n. 2, do art. 2º, do decreto n. 3.266, de 1 de junho corrente :

« Resolve declarar sem efecto os decretos ns. 11.038, de 4 de agosto, 11.065, de 12 de agosto, 11.091, de 24 de agosto de 1914; 11.984, de 10 de março, e 12.171, de 29 de agosto de 1916, que mandaram observar completa neutralidade na guerra da França e da Russia, da Grã-Bretanha, do Japão, de Portugal e da Italia contra o Imperio Alemão; revogadas as disposições em contrario. »

Dois causas principaes tinham e têm determinado a crise de transporte na navegação mercante de longo curso e na de cabotagem : — a falta crescente de navios de commercio e os riscos e perigos da navegação para o exterior.

O Governo Federal conseguiu debellar a primeira causa, com o desenvolvimento da sua marinha mercante para os portos nacionaes e estrangeiros, principalmente depois que a frota do Lloyd Brasileiro ficou consideravelmente accrescida pela requisição dos

navios alemães surtos em portos nacionaes. Cumpria, porém, procurar diminuir os efeitos da segunda causa, e a isso attendeu o Governo, fazendo patrulhar as nossas costas pelas unidades da nossa marinha de guerra, e pedindo à Embaixada dos Estados Unidos da America, em Nota de 29 de junho de 1917, que se servisse de informar sobre a zona de patrulhamento ou de vigilancia das forças navaes do seu paiz, para que, com o concurso tambem da Marinha de Guerra do Brasil, nas nossas costas, e por interesse mutuo, pudesse os navios mercantes brasileiros, para maior segurança, acolher-se á efficacia desse patrulhamento. Nota semelhante foi passada, na mesma data, ás Legações Britannica, França, Italiana e Japoneza, pedindo a mesma informação sobre as zonas protegidas pelas forças navaes dos respectivos paizes.

Esses pedidos tinham como fundamento a revogação, já decretada, da nossa neutralidade na guerra da Europa, em relação a todos os belligerantes.

Em 11 de julho do anno passado, resolvem o Governo que a nossa Marinha de Guerra entrasse a trabalhar, chamando a si o patrulhamento das nossas costas, desde a Guyana até o extremo Sul.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo, em principios de agosto do anno passado, que, na Alemanha, se dificultava extremamente a saída dos brasileiros, e que estes, quando sem recursos, tinhão de ser sustentados pela Legação da Suissa em Berlim, embora por nossa conta, porque o Governo Imperial recusava assistencia aos subditos de paiz inimigo ou de Potencia na situação do Brasil, não obstante os principios geralmente reconhecidos de assistencia aos indigentes estrangeiros em tais condições, mandou-se passar, em 11 do mesmo mez, a seguinte Nota verbal ao Governo Suíssso, por intermedio da nossa Legação em Berna:

« O Governo Brasileiro ficou scierto pela Nota verbal desse Ministerio de que os Brasileiros que ainda se acham na Alemanha estão sendo tratados de modo diametralmente opposto ao tratamento de que gozam os alemães no Brasil, onde livremente exercem a sua actividade em varios ramos de commercio e industria, no goso de todas as garantias, como os nacionaes. Os proprios Commandantes e Officiaes de bordo e os marinheiros, perto de tres mil homens desembarcados dos navios alemães utilizados pelo Brasil, estão sendo tratados com desvelo, bem alojados e alimentados pelo Governo.

« Em tæs circumstancias, não é possivel admitir a falta de reciprocidade por parte do Governo Alemão, nem será lícito deixar que esse estado de cousas continue, scm que o Governo Brasileiro tome medidas de represalia, correspondentes ás que opprimem a Colonia Brasileira na Alemanha.

« Espera entretanto o mesmo Governo que o da Alemanha facilitará a saída dos Brasileiros do seu território, assim de evitar males ainda evitáveis. »

Sobre esse assumpto, a Legação dos Países Baixos nesta capital comunicou ao Ministério das Relações Exteriores, por cópia, o seguinte telegramma recebido do seu Governo, no dia 25 de agosto:

« Recebido vosso 58. Julgo útil informar o Governo Brasileiro de que os cidadãos brasileiros na Alemanha não estão impedidos de deixar o território, nem tratados com des cortesia. Estão obrigados a se apresentar regularmente às autoridades locais e submeter-se aos regulamentos gerais referentes ao direito de estadia.

« Para deixar a Alemanha ellos devem obter, como os próprios Alemães, uma autorização especial que necessita de um exame minucioso referente à personalidade; exigindo naturalmente certo tempo.

« Esperando que o Governo Brasileiro continuará a conceder também para o futuro aos subditos alemães a liberdade de que gosam actualmente, o Governo Imperial esforçar-se-há para apressar, logo que seja possível, as formalidades supra-mencionadas. »

O torpedeamento do navio brasileiro "Macau" por um submarino alemão e a prisão do commandante daquela nosso mercante forçaram o Governo da República a tomar uma atitude mais decidida, em face das repetidas aggressões da Alemanha, pedindo ao Congresso Nacional a decretação de uma medida radical, isto é, o reconhecimento do estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil.

Esse foi o objecto da Mensagem especial de 25 de outubro de 1917, que tive a honra de vos dirigir, em vista daquella nova aggressão.

Eis os seus termos:

« Cumpro o penoso dever de comunicar ao Congresso Nacional que, por telegrammas de Londres e de Madrid, o Governo acaba de saber que foi torpedeado, por um submarino alemão, o navio brasileiro "Macau" e que está preso o seu Commandante.

« A circunstância de ser este o quarto navio nosso posto a pique por forças navares alemães é por si mesma grave, mas esta gravidade sobe de ponto com a prisão do Commandante brasileiro.

« Não ha como, Senhores Membros do Congresso Nacional, illudir a situação ou deixar de constatar, já agora, o estado de guerra que vos é imposto pela Alemanha.

« A prudência com que temos agido não exclui, antes nos dá a precisa autoridade, mantendo ilícita a dignidade da Nação, para

aceitar os factos como elles são e aconselhar represalias de franca belligerancia.

« Si o Congresso Nacional, em sua alta sabederia, não resolver o contrario, o Governo mandará ocupar o navio de guerra alemão que está ancorado no porto da Bahia, fazendo prender a sua guarnição, e decretará a internação militar das equipagens dos navios mercantes dc que nos utilizámos .

« Parece chegado o momento, Senhores Membros do Congresso Nacional, de caracterizar na lei a posição de defensiva que nos têm determinado os acontecimentos, fortalecendo os apparelhos de resistencia nacional e completando a evolução da nossa política externa, á altura das aggressões que vier a soffrer o Brasil. »

O Poder Legislativo respondeu immediatamente ao appello do Executivo, votando sem demora a seguinte Resolução, que sancionei e que foi publicada pelo decreto n. 3.361, de 26 de outubro :

« Artigo unico. Fica reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Imperio Alemão contra o Brasil e autorizado o Presidente da Republica a adoptar as providencias constantes da Mensagem de 25 de outubro corrente e tomar todas as medidas de defesa nacional e segurança publica que julgar necessarias, abrindo os creditos precisos ou realizando as operaçōes de credito que forem convenientes para esse fim ; revogadas as disposições em contrario. »

Em Nota circular desse mesmo dia, foi comunicada essa decisão radical do governo Brasileiro a todas as Legações das Nações amigas aqui acreditadas. Pouco depois, os nossos representantes diplomáticos levaram o mesmo facto ao conhecimento dos Governos perante os quaes estão servindo.

Por motivo de tal decisão, recebi então expressivos e calorosos telegrammas de felicitações e solidariedade de Sua Majestade o Rei da Grá-Bretanha e Irlanda e dos Presidentes dos Estados Unidos da America, da Republica Franceza e da Republica Portugueza, aos quaes agradeci, como me cumpria, profundamente penhorado pelas manifestações tributadas ao Brasil.

As Legações estrangeiras, por um lado, e os respectivos Governos, pelo outro, accusaram o recebimento de taes comunicações. A Legação Chilena assim o fez, em Nota de 30 de outubro ; a sua Chancelleria, mais tarde, por aviso de 30 de novembro, tornou publica a resolução do seu Governo, de se manter neutro na guerra entre o Brasil e a Alemanha.

Quanto à execução das providencias indicadas na Mensagem de 25 de outubro de 1917 e mandadas adoptar pelo decreto legislativo do dia seguinte, devo informar que foi aprisionada, na Bahia, a guarnição da canhoneira alemã "Eber", sendo militarmente inter-

nadas as equipagens dos navios mercantes alemães requisitados; mas tornou-se impossível a ocupação daquele vaso de guerra, de longa data retido no citado porto, por isso que a sua guarnição o incendiou e abriu as valvulas para afundá-lo, com o fim de o não entregar às autoridades brasileiras.

Poucos dias depois, fomos surprehendidos com a notícia de dous novos torpedecimentos, por submarinos alemães, dos navios mercantes nacionais, "Acary" e "Guahyba", em águas portuguezas de S. Vicente. Fomos então forçados a dar um novo passo no caminho da belligerancia, apparelhando-nos para novas e mais fortes represalias, estabelecidas em uma lei de guerra especial.

Em 3 de novembro, remeti ao Congresso Nacional a seguinte Mensagem especial, dando conta dessa nova occurrence e sugerindo o que ao Executivo se afigurava necessário, em tal emergencia:

« Submetto ao alto conhecimento dos Senhores Membros do Congresso Nacional a comunicação que o Governo acaba de receber de mais dous torpedecimentos, por submarinos alemães, de navios brasileiros em águas de S. Vicente.

« Os telegrammas adiantam que neste attentado das forças navaes inimigas perdemos dous marinheiros e que estão feridos quatro delles; os navios são o "Acary", do Lloyd Brasileiro, e o "Guahyba", da Commercio e Navegação, e levavam rumo do Havre, com carregamento de café, couros e cíceres das praças do Rio de Janeiro e de Santos.

« Si, como se vê, a Alemanha continua a dizimar a nossa frota mercante e a impedir pelas armas as nossas relações de comércio com o mundo, não é mais tolerável que a sua representação commercial, bancária e industrial e de iniciativa colonizadora no paiz deixe de sofrer as limitações aconselhadas pelo nosso patriotismo, e que não tomemos em relação a ella as medidas de exceção e de legítima defesa que forem necessárias.

« Sem que sacrificemos o espirito liberal das nossas leis, não é prudente que daqui saiam recursos para o Imperio inimigo ou que continuem, como outr'ora, as relações de direito privado de subditos alemães com os poderes públicos, dado o estado de guerra.

« Parece preciso: primeiro, declarar sem efeito os contractos celebrados com alemães individualmente ou em sociedade para obras públicas de qualquer natureza; segundo, impedir a realização de qualquer nova concessão de terras a subditos ou empresas alemães, respeitadas apenas aquellas em que já se tiverem localizado efectivamente as respectivas famílias; terceiro, fiscalizar o funcionamento de bancos e outras empresas alemães, podendo, conforme as circunstancias, suspender ou cassar as autorizações que têm para funcionar no paiz e estender essa fiscalização ou actos de rigor ás casas commerciaes ou estabelecimentos da mesma nacionalidade; quarto, tomar medidas para frustrar a transferencia

de propriedades alemãs no estado de guerra, assinalando o Poder Legislativo os limites dessas providências quanto ao tempo; quinto, internar em logar não destinado às prisões ordinárias os subditos alemães que se mostrarem inconvenientes ou suspeitos à causa do Brasil.

« Essas medidas ou ainda outras que o Congresso, em sua sabedoria, verá a adoptar, devem ser lançadas na lei escrita, evitando, assim, o arbitrio e os excessos do povo ou das autoridades.

« Não faltará quem reclame no exame de alguns dos alvites sugeridos ao Congresso, tais como os que se referem à concessão de terras públicas para colonização, a prerrogativa constitucional dos Estados, mas, neste momento, sobretudo, o Brasil é um só e nenhuma unidade da Federação deixaria de acatar e de obedecer à autoridade soberana da União.

« Submettendo essas idéias ao julgamento e à melhor inspiração dos Senhores Representantes da Nação, cumpre-me, por fim, comunicar que já autorizei, sem restrições, aos Senhores Ministros de Estado dos Negocios da Guerra e da Marinha, as reformas e providências que se impõem para efficiencia da organização militar da Republica. »

O Congresso Nacional, adoptando as providências lembradas na Mensagem supra-transcripta e outras que o seu patriotismo lhe sugeriu, votou a nossa lei de guerra que, devidamente sancionada, saiu publicada sob o n.º 3.393 e com a data de 16 de novembro de 1917.

A referida lei autorizou o Governo a, desde então, e até 31 de dezembro do mesmo anno, declarar, successivamente, o estado de sitio nas partes do territorio da União onde o exigirem as necessidades e os deveres da situação, — e deu outras providências sobre diversos assuntos, a saber: — contractos e operações celebrados com subditos inimigos; — represalias que podem ser decretadas; — revisão e rescisão dos contractos de concessões de terras públicas; — dissolução e liquidação de contractos de sociedade com inimigos; — condição para que estabelecimentos, aggremações, bancos, usinas e armazéns possam ser considerados de propriedade inimiga; — dupla nacionalidade e naturalização; — arrolamento, inscrição, fiscalização, sequestro, administração, e eventual liquidação de bens inimigos; — sociedades de seguros administradas ou pertencentes a inimigos, com operações e contractos no Brasil; — depósito no Thesouro Nacional do producto de quaisquer bens inimigos liquidados; — aprovação dos actos já praticados pelo Governo sobre medidas previstas na lei, e subsistência da autorização constante do decreto n.º 3.361, de 26 de outubro de 1917; — autorização para operações e abertura de créditos para execução da lei; — vigência immediata da mesma lei.

Os sucessos da guerra levaram os Governos belligerantes da "Entente" e os das Nações que acompanham essa parcialidade a congregar, reunir e coordenar os seus esforços contra o inimigo commun, de modo a conseguirem uma completa unidade de vidas e de accão, indispensável para o triumpho da causa da liberdade, do direito, da civilização e da humanidade. Para esse fim, têm sido celebradas Conferências Inter-Alliados, em que são assentados planos de campanha e outras medidas de interesse commun.

O Governo Brasileiro foi convidado, em 13 de novembro, para se fazer representar na Conferência dessa natureza, que se reuniu em Paris no dia 30 do mesmo mês e encerrou os seus trabalhos em 3 de dezembro. Foi imediatamente designado para nosso representante o Sr. Dr. Olyntho M. de Magalhães, actual Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Franceza, o qual tomou parte nas deliberações da Conferência.

Em Janeiro do corrente anno, o Ministro do Bloqueio do Governo Franceza pediu que o Governo Brasileiro designasse um ou dous delegados, que participassem dos trabalhos do "Comité" Permanente Internacional de Ação Económica, criado pela primeira Conferência Inter-Alliados, de março de 1916.

Attendendo a tão attencioso convite, o Governo designou, desde 26 de janeiro, o nosso Ministro em Paris para representante do Brasil nos Congressos ou "Comités" Inter-Alliados que alli se reunirem. Nessa qualidade, o Sr. Dr. Olyntho de Magalhães, em 23 de fevereiro, tomou parte nos primeiros trabalhos do referido "Comité" Permanente Internacional de Ação Económica.

Quanto ás medidas tomadas pelo Governo Federal, sobre a proibição da saída de mercadorias, contrabando de guerra e outras interdições impostas ao inimigo commun, o nosso Delegado foi autorizado a declarar a esse "Comité": — que a nossa Lei de guerra proíbe aos Alemães todo o commerce com o exterior, quer de importação, quer de exportação, não podendo os navios nacionais transportar carga inimiga, e sendo tomada nas nossas Alfândegas toda a mercadoria áquelle destinada e transportada em navios neutros; — que a mesma Lei não lhes permite a remessa de fundos para o estrangeiro e mandou rescindir todos os contractos de obras e serviços públicos com elles celebrados; — que, entre outras medidas de represalia e defesa nacional, também lhes ficou interdicto obterem concessões de terras.

A nossa Lei de guerra guarda as linhas gerais da legislação dos demais paizes interessados no conflito, só não tendo o Brasil confiscado a propriedade inimiga, nem encerrado o commerce interno alemão, aliás também mantido nos Estados Unidos da America.

Em 27 de novembro, o Ministério das Relações Exteriores expediu Nota circular às Legações dos paizes neutros nesta capital,

para o fim de, como medida de prevenção política quanto aos subditos alemães que exerciam funções consulares no Brasil, por encargo de outras Nações, e sem cassar, por um acto imperativo, os "exequatur" já concedidos, para não perturbar as transacções commerciaes das Nações amigas no nosso território, conseguir-se que os respectivos Governos dessem promptas providencias, no sentido de que, na sua representação entre nós, deixassem de figurar subditos do Imperio da Alemanha.

Expirado um prazo razoável depois dessa solicitação, feita em nome do Governo Federal, mandei expedir, pelo mesmo Ministerio, o seguinte decreto n.º 12.766, de 21 de dezembro de 1917, que cassou os "exequatur" a todos os Consules estrangeiros de nacionalidade alemã :

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

« Considerando que o estado de guerra existente entre o Brasil e o Imperio Alemão obriga o Governo Brasileiro a tomar medidas de conveniencia e prevenção políticas, simultaneamente com outras de vigilância e segurança publicas, referentes à permanência de subditos alemães em seu território ;

« Considerando que essas medidas não podem deixar de ter um carácter geral e que, restringindo a liberdade de acção dos referidos subditos, os inhibem, naturalmente, de exercer a menor parcela de autoridade em uma função nacional ou estrangeira nos limites da jurisprudencia brasileira ;

« Considerando que não é possível isentar daquellas medidas os subditos alemães que têm até o presente exercido funções consulares no Brasil, embora por encargo de outras Nações amigas ;

« Considerando que os "exequatur" que se lhes concedem, obtidos em condições normais e sem levar em conta a nacionalidade de cada um, não pode ser mantido, desde que os Agentes consulares alemães se tornaram incompatíveis com o estado de guerra entre o Brasil e o seu paiz pelo ascendente local e prerrogativas que advêm da propria natureza dos cargos que elles desempenham ;

« Considerando, finalmente, que a urgencia do caso não permite ao Governo Brasileiro aguardar por mais tempo as providencias que solicitou dos Governos amigos no sentido de exonerarem os Agentes consulares em questão, providencias que, aliás, acredita não lhe seriam recusadas,

« Decreta :

« Ficam sem efeito todos os "exequatur" concedidos às nomeações de subditos alemães para exercerem cargos consulares de quaisquer Governos estrangeiros no Brasil. »

Procurou o Governo Federal dar uma expressão prática da solidariedade do Brasil com as Potencias Aliadas, na guerra em que se acham empenhadas contra o Imperio da Alemanha, e dessa decisão deu conhecimento ao Governo Britânico. O "Foreign Office", em Nota de 21 de dezembro de 1917, dirigida à nossa

Legação em Londres, agradecendo essa comunicação do Governo Brasileiro, indagou si poderíamos enviar uma frota de cruzadores ligeiros e "destroyers" para cooperar em certo ponto com a frota aliada, sob as ordens do Vice-Almirante inglez alli destacado.

Em 31 de dezembro, o nosso Ministro em Londres foi autorizado a comunicar ao Almirantado Britânico, que, cumprindo-nos dar aquella expressão prática da nossa solidariedade às Nações Aliadas, estava sendo preparada uma frota, composta dos "scouts" "Rio Grande do Sul" e "Bahia", e dos "destroyers" "Parahyba", "Rio Grande do Norte", "Piauhy", e "Santa Catharina", que iria operar na Europa, sob as ordens do commando naval unico, no ponto que fôra designado, e que taes navios se apromptavam para alli chegarem em determinada época.

Posteriormente, a Legação de Sua Majestade Britânica nesta capital, em Nota de 11 de fevereiro do corrente anno, informou que o Almirantado Britânico entendia que as unidades da Marinha Brasileira, que iam cooperar com as forças navaes britânicas, prestariam melhor auxilio à causa dos Aliados, seguindo para outro ponto, diverso do anteriormente indicado, e operando daquella base, sob o commando do Official Superior Britânico, em conjunto com as unidades da Marinha dos Estados Unidos da America, as quaes se achavam igualmente estacionadas naquelle ponto.

Não podia deixar de ser muito agradável ao Governo Brasileiro essa nova resolução, em virtude da qual os nossos vassos de guerra e os dos Estados Unidos da America vão cooperar com as forças navaes britânicas, no sentido de manterem e protegerem as principaes rotas marítimas entre os dous Continentes.

Será esse o segundo caso de cooperação daquellas duas Marinhas do Continente Americano, porque, já em meiodos do anno passado, o Governo Brasileiro tinha concordado em que as suas forças navaes fizessem o patrulhamento de toda a costa do Brasil, de commun acordo com a esquadra dos Estados Unidos da America.

O Sr. Contra-Almirante Francisco de Mattos, no fim do anno passado, foi designado para, junto aos Governos Aliados, acompanhar as operaçoes de guerra de suas esquadras, e, bem assim, superintender os serviços navaes do Brasil na Europa.

Nos Estados Unidos da America acha-se, em serviço, uma Comissão do nosso Ministerio da Guerra, composta de sete Officiaes, sendo o seu chefe o Tenente-Coronel Dr. Alípio Gama.

Na Europa está tambem uma Missão Militar Brasileira de estudos e compras, sob a direcção do General de Brigada Napoleão Felippe Aché, encarregado de acompanhar as operaçoes de guerra alli ocorrentes. Dessa Missão fazem parte cinco Officiaes de Artilharia, quatro de Infantaria, cinco de Cavallaria, um de Engenharia, oito do Corpo de Saúde e os tres de Aviação que já se achavam alli em estudos.

E' bem conhecido que Sua Santidade o Papa Benedicto xv, em 1º de agosto de 1917, dirigiu uma Proposta de paz aos Chefes dos povos belligerantes, segundo certas bases que se lhe afiguravam aceitáveis, justas e equitativas. Um exemplar autographo da referida Proposta foi-me especialmente dirigido, por ordem de Sua Santidade, pela Chancellaria do Vaticano e pelo intermedio da nossa Legação ali acreditada.

Depois de ter sido declarado o estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha, autorizei o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a responder a essa Proposta, em meu nome, por intermedio da nossa Legação junto ao Vaticano; — o que foi feito a 13 de novembro de 1917 e divulgado pela imprensa do Brasil e da Europa; mas os termos dessa resposta já foram por mim confirmados, posteriormente, em Carta de Chancellaria que dirigi directamente a Sua Santidade, por meio da nossa respectiva Legação.

Passo a ocupar-me de um assumpto de alta importancia para as relações do commercio das nossas praças com o das praças estrangeiras. Quero referir-me á política de defesa economica, que o Governo Britannico e os seus Aliados resolveram organizar contra os inimigos communs, quando crearam as chamadas "listas negras", que prohibiram o commercio entre firmas dos seus nacionaes e as de subditos dos paizes inimigos —, a principal das quaes é a "Statutory List" britannica creada pela lei de commercio com o inimigo, de 1915.

E' desnecessario repetir o que já foi dito em Mensagens annuas anteriores, sendo bastante acrescentar que importantes Notas foram trocadas, sobre esse assumpto, em 9 e 12 de agosto de 1916, entre o nosso Ministerio das Relações Exteriores e a Legação Britannica.

O mesmo Ministerio retomou o assumpto, em Nota de 3 de setembro de 1917, dirigida á referida Legação, e na qual, depois de haver resumido os antecedentes e de ter reconhecido que, sem afastamento do seu ponto de vista nem reconhecimento dos principios applicados além dos fundamentos com que eram invocados, sempre obtivera do Governo Britannico actos que corrigiram injusticas ou excessos, acrescentou e propôz o seguinte:

« A situação, entretanto, não se deve limitar a concessões de favores. As seguidas e ainda recentes proclamações fazendo novas inclusões na "Statutory List", especialmente depois do que se tem verificado, demandam providencia mais regular e mais geral.

« A suspensão de relações commerciaes com a Alemanha e a declaração oficial de que o Brasil não é mais neutro na guerra por essa mesma Alemanha sustentada, dentro das suas alianças, contra seus adversarios, caracterizam a situação e podem facilitar o encaminhamento desse assumpto vital.

« Com a fiscalização especial, que as circumstancias lhe impõem, sobre o commercio marítimo e a navegação, o Governo Brasileiro

pensa ser conveniente um exame mais rigoroso das condições em que aquellas operações são feitas, afim de evitar, na medida do possível, actos contra países amigos e a respeito dos quaes o Brasil não é mais neutro. Esse exame não pode deixar de interessar e atingir ás operações internas de commercio, desde que tenham ligações capazes de servir e favorecer aqueles actos.

« Para isso, e sem reconhecer princípios que contestou, nem crear desde já uma lista sua, o Governo Brasileiro deseja e espera que lhe sejam communicados e submettidos todos os casos, individualmente indicados, em que se deva exercitar a acção que, dentro dos seus poderes constitucionaes, utilizará para defesa dos interesses da causa a que hoje não é mais estranho. »

Depois de uma troca de Notas explicativas, do dia 8, da Legação Britannica, e de 10, do Ministerio, declarando que os nomes a serem submettidos ao Governo Brasileiro seriam sómente os de firmas ou pessoas verdadeiramente brasileiras, e que, si fosse aceita a proposta do mesmo Governo, este tomaria todas as providencias para a defesa do commercio aliado, aquella Legação comunicou, em Nota de 12 do mesmo mez, o assentimento provisorio do seu Governo, com dependencia do exame de detalhes, à proposta brasileira, acrescentando que esse accordo entraria em vigor na mesma data.

Tal accordo brasileiro-britannico havia sido concluido antes da declaração do estado de guerra entre o Brasil e o Imperio Alemão. Depois de reconhecido e proclamado esse facto, não podia mais prevalecer e, por isso, o Ministerio o denunciou, em Nota de 30 de novembro, passada á mesma Legação, e cuja parte essencial vae aqui reproduzida :

« Esse accordo, feito antes da declaração do estado de guerra entre o Brasil e o Imperio Alemão, está, por isso mesmo; agora virtual e implicitamente sem valor, pois seria absurdo conservalo quando o proprio Governo Brasileiro tem o maior empenho em fiscalizar taes firmas por acto especial do Congresso, não lhe sendo licito, portanto, uma sub-delegação de poderes.

« Nas circunstancias actuaes e em consequencia da lei n. 3.393, de 16 do corrente mez, o Governo Brasileiro, pelo intermedio de Vossa Excellencia, declara ao de Sua Majestade Britannica, como amigo e aliado, que assumiu, como lhe compete, a inteira fiscalização das firmas inimigas ou que se tornarem inimigas, sem distincção de nacionalidades, em todo o territorio nacional, não se justificando mais que aqui fuacione um orgão que já agora seria paralelo ao Governo e á soberania do Brasil. »

Nos mesmos termos e na mesma data, com as modificações necessarias, foram passadas outras Notas á Embaixada Portugueza, e ás Legações da França, da Italia e do Japão.

Ao Lloyd Brasileiro foram entregues os navios mercantes alemães ancorados nos portos do Brasil, que o Congresso Nacional

autorizou o Executivo a utilizar e que este requisitou desde o de junho do anno passado, afim de utilizal-os como o aconselhassem as conveniencias e necessidades da navegação e do commercio.

O Governo Brasileiro acolheu com deferencia os appellos que recebeu do Governo da França e do dos Estados Unidos da America, no sentido de celebrar Convenios para a melhor utilização desses navios do Lloyd Brasileiro.

Pelo Ministerio das Relações Exteriores, com minha autorização, foi tratada a parte politica ou diplomatica da negociação, ficando desde logo assentado que o Brasil não assignalaria preferencias entre as Nações Aliadas que disputavam o accordo, e, bem assim, excluida a ideia de alienação ou troca dos navios, tomados em represalia ao inimigo, para suprir a tonelagem que elle vinha destruindo.

Estabelecida a condição do entendimento prévio das duas Nações amigas, o Governo dos Estados Unidos da America desinteressou-se do caso, em favor da França, tendo sido deliberado que, com o Governo deste ultimo Paiz, celebrariamos o Convenio solicitado.

Passou então a negociação para o Ministerio da Fazenda, que fixou as clausulas e condições do Convenio, estudando o seu aspecto financeiro.

Submettida a minuta desse acto à minha apreciação, não hesitei em approval-o, certo, como estou, de que o referido Convenio consulta, com vantagens equivalentes, os interesses do Brasil e os da França, e ainda os de todas as Nações Aliadas, em nome das quaes a França sempre declarou agir, em todas as phases das negociações.

Dados o nosso estado de guerra e a necessidade do endosso do Governo aos pedidos de importação para as industrias e para o commercio do Brasil, cresceram extraordinariamente os trabalhos do Ministerio das Relações Exteriores. Por esse motivo e usando de autorização especial do Congresso, mandei restabelecer, pelo decreto n. 12.804, de 9 de janeiro do corrente anno, com carácter provisório, enquanto durar esse periodo anormal, o cargo de Sub-Secretario de Estado, que havia sido supprimido pelo decreto n. 12.461, de 9 de maio de 1917, quando concedida ao Sr. Luiz Martins de Souza Dantas a exoneração que pedira do exercicio dessa commissão. Naquelle data foi nomeado para o referido cargo o Sr. Raul Regis de Oliveira, nosso Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, que assumiu o seu exercicio no dia 12.

Pelo mesmo motivo, o Poder Legislativo tambem autorizou a reforma dos serviços da Secretaria de Estado.

Parece-me conveniente dar aqui um resumo das communicações recebidas pelo Governo Federal, quanto ás relações entre os Estados Americanos e o Governo do Imperio Alemão.

A Republica de Costa-Rica, segundo telegramma do respetivo Ministro das Relações Exteriores, suspendeu as suas relações diplomaticas com o referido Governo, no dia 23 de setembro de 1917. Igual procedimento tiveram o Governo da Republica do Perú, em 6 de outubro, e o da Republica Oriental do Uruguay, em 7 do mesmo mes. Em 9 de dezembro subsequente, o Governo da Republica do Ecuador, que já havia suspendido as suas relações diplomaticas com aquelle Imperio, comunicou ao Governo Brasileiro que, por dignidade nacional, se vira obrigado a declarar rotas aquellas relações.

Anteriormente, já tinham sido recebidas outras communicações, de simples ruptura de relações, effectuadas por parte dos Governos da Bolivia, em 10 de abril; de Honduras, em 17 de maio; de Guatemala em 27 de abril, e de Nicaragua em 19 de maio; e de estado de guerra, por parte dos de Panamá, em 7 de abril; de Cuba, na mesma data, e do Haïti, em data ignorada.

Assim, dos 21 Paizes Americanos, 13 já estão em campo adverso ao Imperio da Alemanha.

A nossa politica em relação a todas as Nações do nosso Continente é a de completa approximação, de solidariedade e de fraternidade americana, sem ambiguidades e sem subtilezas. Politica historica para o Brasil, porque nos inspirou desde os tempos de formação da nossa nacionalidade, cumpre mantel-a e desenvolver-a hoje mais do que nunca, principalmente diante dos factos de que tem sido theatro o velho mundo.

Da sinceridade dos nossos sentimentos de fraternidade americana podem dar testemunho as Instruções de 4 de julho de 1917, expedidas ao nosso Ministro em Buenos Aires e hoje já divulgadas.

Para desenvolver essa politica de fraternidade pan-americana, os Ministerios da Guerra e da Marinha, por suggestão do das Relações Exteriores e com a minha completa approvação, acabam de adoptar, no corrente anno, a providencia permanente da matricula, na Escola Militar e na Escola Naval, de alumnos, aspirantes ou estudantes das demais Republicas deste Continente, e que o requeiram por intermedio dos seus respectivos Governos.

Obedecendo ao mesmo pensamento, o Ministerio da Justiça e Negocios Interiores mandou iniciar, no corrente anno, no nosso principal estabelecimento de ensino — o Collegio Pedro II —, o curso da lingua hespanhola e da litteratura hispano-americana; sendo tambem admittidos livremente á matricula nas nossas Academias os moços das demais Republicas irmãs que tenham cursado os seus respectivos Lyceus officiaes de instrucción; e o Ministerio da Guerra resolveu incluir o estudo da lingua castelhana em nossos Estabelecimentos militares de ensino.

Por outro lado, o Governo da Republica Oriental do Uruguay acaba de crear uma cadeira de lingua portugueza, de estudo voluntario, que comprehenderá dous annos de curso gymnasial, e

outra cadeira da mesma lingua no 5º anno da sua Escola Militar. Estas communicações foram recebidas, em 3 de setembro e 5 de dezembro de 1917, em Notas do Ministro Uruguayo.

Trata-se tambem, actualmente, em Londres, da criação de uma cadeira da lingua e literatura portugueza, intitulada "Cadeira Camões", na Universidade daquella cidade, no "King's College".

Pelo que respeita ao Brasil, tenho muita satisfação em agradecer essas duas homenagens á nossa lingua materna.

Em junho do anno passado, uma divisão da esquadra dos Estados Unidos da America, sob o commando do Almirante William B. Caperton, visitou o porto da Bahia de Todos os Santos e, logo depois, o desta capital, onde se lhe reuniu o cruzador-couraçado "Frederic", já aqui anteriormente ancorado.

No dia 23, recebi, em audiencia, o Commandante em chefe das quatro unidades que compunham essa divisão da Marinha de Guerra Norte-Americana.

Em 29 desse mez, chegou ao porto do Rio de Janeiro o cruzador "Marseillaise", da Marinha de Guerra da Republica Franzeza, sob o commando do Capitão de Navio De Closmadeuc, aqui enviado em Missão Especial do seu Governo, para exprimir os sentimentos de sua particular sympathia para com o Brasil.

No dia 7 de julho, recebi, em audiencia, os cumprimentos do Sr. Commandante De Closmadeuc.

Mandei considerar feriado nacional o dia 4 de julho de 1917, data do anniversario da Independencia dos Estados Unidos da America, sendo então ordenado que os navios de guerra nacionaes e as nossas fortalezas procedessem como si se tratasse de data festiva brasileira, e escolhi esse dia para visitar, pessoalmente, o navio-almirante "Pittsburg", capitanea da divisão Norte-Americana surta neste porto.

Na tarde desse mesmo dia, desembarcaram nesta capital forças da divisão naval Norte-Americana e das tripulações do cruzador francez "Marseillaise" e do cruzador inglez "Glasgow", então aqui igualmente ancorados, — as quaes, juntamente com as nossas forças e sob o commando em chefe de um Almirante brasileiro, desfilaram unidas, em continencia ao Chefe da Nação, sob constantes aplausos de grande massa do povo.

Por motivo do 28º anniversario da Proclamação da Republica no Brasil, que passou em 15 de novembro de 1917, os Governos dos Estados Unidos da America, da Republica Argentina e da Republica Oriental do Uruguay enviaram ao porto do Rio de Janeiro, com a missão de saudar o Governo Brasileiro naquella

data, respectivamente, o cruzador norte-americano "Pittsburg", o couraçado argentino "Moreno" e o cruzador oriental "Uruguay".

Em sessão de 13 de novembro de 1917, o Senado Federal Brasileiro, a requerimento de um dos seus membros, resolveu congratular-se com os Representantes Diplomáticos desses três Países, "pela demonstração de fraternidade e local amizade traduzida pela vinda, ao nosso porto, das naus de guerra que vieram cumprimentar o Brasil pela data de 15 de novembro"; — o que, a pedido do 1º Secretário daquela casa do Congresso Nacional, foi levado ao conhecimento dos referidos Agentes Diplomáticos, e, por intermédio destes, aos Commandantes dos vasos de guerra que deram lugar àquella manifestação.

Na commemoração oficial do dia 15, recebi os Commandantes e os Oficiais desses três navios, que aqui se achavam em missão especial, acompanhados dos Representantes Diplomáticos dos seus respectivos Países, e, logo após, os Commandantes e Oficiais de três unidades da Marinha de Guerra de Sua Majestade Britânica, então ancoradas no nosso porto, a saber: — os cruzadores "Africa" e "Amethyst" e o transporte "Macedonia".

Em janeiro do corrente anno, fez uma rápida visita ao porto do Rio Janeiro a fragata-escola "Presidente Sarmiento", da Marinha de Guerra Argentina, em seu regresso de uma viagem de instrução. No dia 14 do referido mês, recebi em audiência o Commandante desse vaso de guerra.

Para assistir à solemnidade da posse do actual Presidente da República da Bolívia, o Excellentíssimo Senhor José Gutierrez Guerra, o Governo Brasileiro nomeou uma Embaixada Especial, composta do Sr. Deputado Dr. Afrâncio de Melo Franco, no carácter de Embaixador Extraordinário e em Missão Especial, e dos Srs. Drs. Raul Santiago Bergalo, Gustavo Adolpho de Aguilar Pantoja, João de Melo Franco e Olegario Mariano, no de Secretários; Capitão-Tenente João Soares de Pinna, no de Addido Naval, e Capitão Alberto da Cunha Pitta, como Addido Militar.

Depois de ter dado cabal desempenho à sua Missão em La Paz, sendo recebido no dia 14 de agosto pelo Excellentíssimo Senhor Presidente, então ainda em exercício, General D. Ismael Montes, e assistindo no dia seguinte à posse do novo Presidente e depois às festas que foram celebradas por tal motivo, a Embaixada Brasileira, em seu regresso, visitou a cidade de Santiago, por especial convite do Governo Chileno, e a de Buenos-Aires, onde permaneceu durante oito dias, passando ainda por Montevideu, na qual também desembarcou no dia 15 de setembro.

Agradeço aqui colectivamente aos Governos das quatro Nações amigas as manifestações de carinhoso afecto com que então acolheram todos os Representantes do Brasil.

— Pelo decreto n. 12.997, de 24 de abril ultimo, foi reformada a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, e por outro decreto, n. 12.996, desse mesmo dia, foi modificada a organização do Corpo Consular Brasileiro.

Para esta modificação, o Governo considerou que a anterior organização do nosso Corpo Consular não atendia ás necessidades precisas ao desenvolvimento do commercio exterior da Republica, e que, no momento actual, todas as Nações tratam de reformar as respectivas organizações consulares, para fazer maior propaganda e obter melhor collocação dos seus productos ; e teve tambem em vista a necessidade, que ha, de crear novos mercados e de desenvolver os já existentes, para os productos da exportação brasileira, e que o nosso Corpo Consular, devendo ser um agente propulsor do commercio do Brasil com o exterior, precisava estar apparelhado para prestar todas as informações que lhe forem solicitadas.

Para aquella reforma, militaram razões analogas : — não sómente a organização existente da Secretaria de Estado não correspondia mais ás necessidades sempre crescentes do serviço publico, maximamente nas circumstancias actuaes, mas ainda era indispensavel crear-se aqui um centro fiscalizador que garantisse a efficiencia e o completo exito da nova organização dada aos serviços do nosso Corpo Consular.

A Secretaria de Estado voltou ao anterior regimen de uma direcção geral unica, de necessidade indeclinável ; — o que se conseguiu com a criação do cargo permanente de Secretario Geral, destinado a manter a tradição do Ministerio. Foram modificadas as duas antigas Directorias Geraes, competindo á primeira os Negocios Diplomaticos, Consulares e Economicos, que entre si mantêm intima correlação, e ficando a cargo da segunda os serviços da Contabilidade e da Administração. A esta estão subordinadas tres Secções : — da Despesa ; da Receita, e do Archivo e da Biblioteca ; — aquella ficam subordinadas quatro Secções : — dos Negocios Politicos e Diplomaticos ; dos Negocios Economicos e Commerciaes ; dos Negocios Consulares, e a do Protocollo ; — e ainda a Comissão Brasileira Pan-Americanana, instituida em virtude do artigo x da Resolução de 11 de agosto de 1910, da 4^a Conferencia Internacional Americana, de Buenos-Aires, que versa sobre a reorganização da União das Republicas Americanas e já recebeu a approvação do Congresso Nacional, pelo decreto n. 2.881, de 9 de novembro de 1914. Para dirigir essa Comissão, houve necessidade de crear-se mais um lugar de Director de Secção.

Pela nova organização consular, foram elevados de categoria : — um Consulado Geral de 2^a classe (o de Barcelona) ; tres Consulados (em Bordéus, Yokohama e no Porto), e douis Vice-Consulados (em Manchester e Gothemburgo) ; foi transferido para Lyon o Vice-Consulado em Nantes ; — foram creados cinco Consulados

Geraes de 2^a classe (em Christiania, New-Orleans, Zürich, Shaog-hai e Vera-Cruz); 15 Consulados (em S. Leiz, São Francisco da California, Montreal, Livorno, Calcutá, Capetown, Belgrado, Salónica, Galatz da Roumanía, Helsingfors, Alexandria, Cherburgo, Moscow, Odessa e Sydney); e 12 Vice-Consulados de carreira (em Chicago, Barbados, Bahia Blanca, Dakar, Swansea, Argel, Bilbao, Kobe, Bombaim, Vladivostock, Liège e Antofagasta). — Foi, também, criado mais um lugar de Chanceller para o Consulado em Iquitos.

O Corpo Consular Brasileiro ficou composto de Consules Geraes de 1^a e 2^a classes, Consules, Vice-Consules, Chancellers, e dos Agentes Consulares (antigos Agentes Commerciaes), que forem necessarios; — além dos Auxiliares de Consulados designados pelos diferentes Consulados, de acordo com as necessidades do serviço, ou requisitados pelos Consules ao Ministro, que os nomeará ou designará em Despachos dirigidos aos Consules; — e pela referida classe dos Auxiliares será iniciada a carreira consular, mediante as condições estabelecidas no artigo 9º do citado decreto.

O artigo 27 do mesmo decreto encerra as disposições que os Consules, no exercício das suas atribuições, deverão observar e fazer observar com o fim de promover, melhorar e intensificar as relações commerciaes e economicas do Brasil com o estrangeiro.

JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Pouco depois de assumir a presidência da Republica, tomei conhecimento de uma ordem de " habeas-corpus " concedida pelo Supremo Tribunal Federal a favor do Dr. Nilo Peçanha, para tomar posse do governo do Estado do Rio de Janeiro.

Intervenção nos Estados

Era a primeira oportunidade, que se me oferecia, para realizar a minha promessa formal de cumprir as sentenças judiciais.

Resalvei publicamente a minha opinião contraria à competencia do Poder Judiciario para dirimir questões relativas à dualidade de governos regionaes e puz á disposição do juiz da execução a força necessaria para garantir a posse do illustre brasileiro amparado pelo " veredictum " do Supremo Tribunal.

Logo depois convoquei extraordinariamente o Congresso, ao qual entreguei a solução definitiva do caso politico.

Uma revolução sangrenta que rebeatou em Matto-Grosso obrigou as autoridades federaes a voltarem as vistas para aquele Estado, cujo Presidente tinha contra si a unanimidade da Assembléa Estadual. Esta submetteu a processo de responsabilidade e suspendeu das funções o Chefe do Executivo local. Tanto elle como o seu substituto legal, o Vice-Presidente, recorreram para o Poder Judiciario. Dividiu-se o Supremo Tribunal Federal no julgamento

dos " habeas-corpus" sucessivos, de sorte que, pelo voto de Minerva, ora se mandava manter no poder o General Caetano de Albuquerque, ora se ordenava a posse do Coronel Manoel Escolástico Virginio. Houve, assim, um acordo: renunciaram os cargos respectivos o Presidente e todos os substitutos legais, os Deputados estaduais e um Deputado federal. Para não ficar inteiramente aphanado o Estado, decretou a intervenção, nomeando para exercê-la o Bacharel Camilo Soares de Moura, que cumpriu leal e dignamente os encargos da sua função. No seu impedimento temporário foi substituído pelo Dr. Joaquim Guimarães e pelo General Cipriano da Costa Ferreira. A ordem foi logo restabelecida e o povo elegerá livremente os substitutos dos resigntários.

Apesar de provocado repetidas vezes, sobretudo por factos ocorridos em Alagoas e Espírito Santo, o Governo Federal evitou systematicamente intervir, pela força, na vida intima dos Estados.

Límites entre o Paraná e Santa Catharina

Litigaram, durante annos, os Estados do Paraná e Santa Catharina e, embora o ultimo houvesse obtido a vitória final, não pôde ser executada a sentença originaria do Supremo Tribunal Federal por falta de lei reguladora do processo respectivo.

Explodiu a desordem na zona contestada, resultando avultadas despesas para os cofres nacionaes, paralysação da vida económica em um largo trecho de terra brasileira e grande effusão de sangue.

Empreguei os maiores esforços para conciliar os litigantes, e afinal consegui pôr termo definitivo à contenda. No dia 20 de outubro de 1916 os Chefes do Poder Executivo dos dous Estados assinaram, no Palacio do Catete, um acordo, que fixava os limites entre o Paraná e Santa Catharina. Revestiu-se o acto de excepcional solemnidade. Aprovado em duas sessões, realizadas em 1916 e 1917, pelas legislaturas locaes, foi o acordo homologado pelo Congresso Nacional e publicado por meio do decreto n.º 3.304, de 3 de agosto de 1917.

Já foi nomeada, e entrará brevemente em funções, a comissão de engenheiros militares, que devem determinar, no terreno, conforme foi convencionado, os pontos susceptiveis de controvérsia, e liquidá-los de vez.

Reina calma absoluta em toda a região outrora assolada pelas correrias de fanaticos e insubmissos.

Eleições

O plano de restabelecimento da concordia social, que resolvi executar com firmeza, não ficaria completo sem a verdade eleitoral, que elimina todos os pretextos para agitações e revoltas.

O Governo empregou todo o seu prestigio para conseguir uma lei que inspirasse confiança ao povo e dásse como resultado dos pleitos a expressão exacta do sufrágio.

Decretado novo processo para a qualificação, o Ministério do Interior timbrou em atender a todos os reclamantes, em dirimir duvidas, explicar textos, fornecer materiaes com presteza. Logo

em seguida, começou a ser executada outra lei, a das eleições propriamente ditas. Redobrou o trabalho e com elle a actividade dos responsáveis pela sua execução.

A magistratura, salvo lamentaveis exceções, cumpriu o seu dever; mostrou-se arguta, infatigavel e imparcial.

Por sua vez o Executivo Federal tornou bem claro que o seu unico interesse era ver a lei cumprida honestamente, apurando-se todos os votos legítimos; não podia, não devia, não queria ter candidatos.

Realizou-se a primeira experiencia exactamente no logar onde nunca houve eleições regulares durante o regimen vigente, no Distrito Federal.

Brilhante foi o resultado: nem violencias, nem fraudes.

O paiz teve, no dia 1º de março ultimo, a prova definitiva de que é possivel praticar-se entre nós a verdadeira democracia, desde que o exemplo venha de cima.

Com excepção de douz ou tres Estados, os protestos apenas levantam questões de forma, spontani inobservancia de requisitos processuaes; não prolligam actos de força, nem sonegação audaciosa de suffragios.

Todos reconhecem que se realizaram as eleições mais sérias de que ha memoria no Brasil depois da primeira experienca da Lei Saraiva.

O Codigo Civil, aspiração antiga dos juristas brasileiros, promessa do Imperio, renovada na Republica, foi alinal concluido, e entrou em vigor no dia 1º de Janeiro de 1917.

Código Civil

Immediatamente o Poder Executivo promulgou, em carácter provisorio, os decretos necessarios para execução das disposições referentes ao registro de immoveis e ao de obras literarias, sciáticas e artísticas.

Promoveu tambem a remodelação das leis processuaes da Justiça Federal e da local do Distrito Federal, assim de ficarem de acordo com o direito substantivo em vigor. Os projectos, bem encaminhados, pendem de approvação do Congresso Nacional.

Em princípios de 1915 o Ministro da Justiça dirigiu aos magistrados e advogados notaveis da cidade do Rio de Janeiro uma circular em que pedia a indicação das principaes providências adoptaveis para acelerar a marcha dos processos e embaraçar a chicana, sem prejuizo da defesa, tanto na Justiça Federal como na local do Distrito Federal. Todos correspondiram promptamente ao appello. O resumo das providencias sugeridas foi incluido em um projecto de lei que, aprovado pela Camara dos Deputados, aguarda o voto final do Senado.

Justiça

Foram reduzidas consideravelmente as custas que percebiam os serventuarios do fóro do Distrito Federal.

O Poder Executivo pleiteou perante o Congresso a revogação das disposições que estabelecem, na magistratura e no Ministério Público, a promoção exclusivamente por antiguidade, que mata o estímulo e nivela o mérito com o demerito.

Tem havido o maior escrúpulo no preenchimento dos lugares da magistratura, excluídos systematicamente os apaixonados e os incompetentes. As melhores recomendações para os candidatos são a cultura comprovada e a honestidade sem jaça.

O Governo quebrou a praxe da recondução systematica dos juizes preparadores: tanto no fôro local, como no federal e no Território do Acre houve casos de indeferimento de requerimentos de aspirantes à continuação da judicatura, por não applicarem o direito com inteligência e integridade.

O Poder Executivo denunciou membros do Ministério Público federal, e outros do local, por não servirem bem à causa da justiça.

Promoveu processo judicial contra dous juizes de direito.

Está agindo administrativamente contra escrivães que se excedem na cobrança de custas, prevaricam ou levam vida irregular, incompatível com o cargo.

Privou das funções escreventes juramentados que, apesar de serem demissíveis "ad nutum", praticavam extorsões audaciosas.

Exerce vigilância para evitar que os membros do Ministério Público retardem o andamento dos feitos.

Qualquer que seja o resultado dos processos judiciais e administrativos, continuará a denunciar aos tribunais e à opinião pública os funcionários do fôro que não cumpriram o seu dever.

Saúde Pública

No princípio do quadriénio estava o Governo preocupado, sobretudo, com a restauração das finanças nacionais. Por isso, foram feitas economias rigorosas e reduzidas todas as verbas orçamentárias. Mantiveram-se, para as despesas com a saúde pública, apenas as verbas estritamente indispensáveis. O pessoal da Prophylaxia, por exemplo, era quasi dez vezes menor do que o empregado por Oswaldo Cruz. O material é difícil de encontrar, e o que existe à venda só se obtém com demora e por alto preço.

Até mesmo em tempos normais não se faz higiene senão com muito dialeto.

Entretanto, apenas uma molestia aumentou de intensidade, no Distrito Federal: a tuberculose, aggravada pela carestia da vida e outros males resultantes da guerra e da crise econômica mundial. O Governo abriu, para os doentes da molestia terrível, um hospital sанctuary, na encosta da Jurujuba, em local apropriado e saudável. Os casos graves continuaram a ser atendidos no Hospital São Sebastião.

Desapareceu a febre amarela da Bahia. Surgiu, violenta, no Espírito Santo; porém foi atacada imediatamente por uma com-

missão enviada pelo Ministerio do Interior, e extinta em pouco tempo.

Duas vezes apareceu o paludismo com caracter epidemico e infecioso, em Jacarépaguá e na Ilha do Governador. Foi debelado com energia.

Afinal, melhoradas as finanças, resolveu o Governo enfrentar dous problemas : o combate definitivo á uncinariose no Distrito Federal, sem descurar do paludismo, e a campanha systematica movida contra as endemias que devastam o interior do Paiz e comprometem o futuro da nossa raça. Espera resolver o primeiro antes de 15 de novembro e iniciar logo os trabalhos em relação ao ultimo, que exige decennios de pertinaz actividade.

Num paiz em que o ensino profissional era deficiente, as leis em vigor incrementaram o bacharelismo, já superabundante, pelo nivelamento dos bons e dos maus institutos secundarios e superiores. Crou-se até a industria dos diplomas.

Ensino

O Governo enfrentou o problema que se lhe antolhava com a maior prudencia e energia. Difficilhou as formaturas, instituiu um criterio de selecção entre academias, restabeleceu os concursos para o provimento dos cargos no magisterio official, crouou segunda prova para apurar a cultura fundamental e interveiu na vida das facultades officiaes todas as vezes que as notas conferidas não gravavam o verdadeiro merito.

A prudencia e o espirito de justiça, com que sempre agiu, deram-lhe tal prestigio que, pela primeira vez, no Brasil se poe em execução uma reforma do ensino, sem haver vaidas aos directores, attritos entre estudantes e a polícia, incompatibilidade entre o Governo e a mocidade estudiosa. Entretanto, a reforma elevou de dous a sessenta por cento, logo no primeiro anno, o algarismo das reprovações em exame. A média das inhabilitações baixou, porque se estuda muito mais ; porém ainda oscilla entre trinta e quarenta por cento, para felicidade dos moços e do Brasil de amanhã. No entanto, os chefes do ensino official continuam a ser acolhidos com demonstrações de respeito e carinho nas academias e gymnasios.

A lei nova, prohibindo o rateio das taxas escolares entre os docentes e applicando-as ao augmento do patrimonio das escolas, permitiu melhorar edificios e laboratorios sem onus para o Thesouro.

Antes que o Congresso desse verba para concluir o predio do Externato do Collegio Pedro II, foram concluidas, com as rendas do instituto, a fachada principal e varias salas indispensaveis.

A Escola Polytechnica tambem preparou salões e laboratorios á sua propria custa.

Eleva-se já, na Praia Vermelha, um dos pavilhões do edificio da Faculdade de Medicina, aspiração simi-secular que o erario nacional não realizou e a lei vigente veiu tornar perfeitamente exequivel.

Tambem foi criado, sem onus para o Thesouro, um curso especial de Medicina Publica.

A Escola de Bellas Artes teve as suas galerias restauradas e pela primeira vez abertas ao publico permanentemente.

O grande augmento de matriculas no Instituto de Musica é a prova material do prestigio crescente deste estabelecimento official. O Governo espera, ainda este anno, emprehender a conclusão do edificio no largo do Passeio Publico, com os recursos do patrimonio do Institute, de accordo com autorização legislativa.

O decreto n. 12.958, de 10 de abril de 1918, prohibiu os professores de examinarem os seus proprios discípulos e garantiu os direitos dos adjuntos, sujeitos até entao a ser excluidos, depois de muitos annos de bons serviços, si não mais conservarem a estima pessoal dos cathedraticos.

Brevemente será publicado o decreto fomentando o estudo da lingua vernacula, da geographia e da historia do Brasil nas zonas em que existem colonias estrangeiras. Actualmente, prevalecendo-se do estado de guerra, o Executivo prohibiu o funcionamento de escolas em que se não ensine o portuguez.

**Brigada Policial e
Corpo de Bombeiros**

Embora numericamente deficiente para o policiamento de uma cidade de area vastissima, como o Rio de Janeiro, a Brigada Policial cumpre, com a maior dedicação e esmerada disciplina, o seu dever. A administração é a mais economica possível, como será facil verificar pelo confronto entre as despesas do triennio ultimo e as do anterior, apesar do encarecimento geral dos mantimentos, fazendas, correame e calçados.

O Corpo de Bombeiros luta com a falta de material, que a guerra torna quasi impossivel de obter. Não obstante isso, melhorou o serviço, inaugurou estações novas, sem exceder as verbas orçamentarias.

Outros serviços

Foi restabelecido o sistema do concurso de provas para os primeiros postos, nas repartições publicas; e o Governo fez as investiduras obedecendo rigorosamente á ordem da classificação. Não se verificou uma só excepção. Quando não havia justiça no "veredictum" não se alterava a lista; annullava-se tudo e fazia-se proceder a novas provas perante outra commissão julgadora. Melhorou muito, por essa razão, a qualidade do pessoal administrativo; e ficou estabelecido mais um incentivo para o estudo.

A Biblioteca Nacional era a repartição que em maior quantidade recebera pessoal subalterno pouco idoneo, e desse mal se resentia o serviço. O concurso e a justiça nas promoções vão melhorando a situação. Não havia sequer um catalogo systematico dos livros impressos e dos manuscritos. Está sendo elaborado com o necessário capricho.

As colonias de alienados tiveram as obras paradas por economia. Vão recomeçar, graças a autorização legislativa, sem

onus para o Thesouro, empregando-se apenas o patrimônio próprio.

O Governo, apesar das dificuldades financeiras com que lutou a princípio, sempre se esforçou por melhorar as condições da infância abandonada.

Confiou á direcção de uma associação philanthropica a Escola de Menores, entregando-lhe o edifício e a subvenção annual votada pelo Congresso. O resultado foi excellente. A sociedade prepara gradativamente a independencia dos pequenos, ensinando-lhes um oficio, obtendo-lhes trabalho nas fabricas e permitindo-lhes que se alimentem e durmam no edifício de São Christovão, enquanto não ganhem o suficiente para manter-se.

Têm sido melhoradas e augmentadas as instalações da Escola Premunitoria 15 de Novembro.

Finalmente, fundaram-se colônias agrícolas para os pequenos orphãos de auxílio paterno.

Com energia serena a ordem publica é mantida.

Ordem Pública e
Estado de Sítio

Houve algumas arruaças logo no inicio do quadriénio, dominadas sem effusão de sangue.

Tentativas de revoltas fracassaram no nascemento, duas vezes, punidos legal e exemplarmente os culpados.

O Governo resolveu suavemente as questões entre patrões e operarios.

O estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha exigiu medidas excepcionaes que poderiam ser executadas sómente em estado de sítio, o qual foi declarado, para o Distrito Federal e Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, por meio do decreto n. 12.716, de 17 de novembro de 1917, até 31 de dezembro. Nesta data foi prorrogado até 26 de fevereiro. Ficou suspenso até 6 de março, assim de se realizarem livremente as eleições para Presidente e Vice-Presidente da Republica, Deputados Federaes e renovação de um terço do Senado.

Estabeleceu-se a censura da imprensa, bem como a postal e a telegraphica, restricta aos assuntos internacionaes e ás medidas militares. Permitiu-se a critica illimitada dos actos administrativos, desde que não degenerasse em franco incitamento á greve ou á desordem, facto unico na historia do estado de sítio entre nós. Foi vedada a publicação de jornaes em lingua alemã, bem como a predica de doutrina religiosa no idioma dos inimigos do Brasil. Funcionarios especiaes velam pela facil execução destas resoluções.

GUERRA

As circunstancias financeiras do paiz haviam determinado a redução de efectivo do Exercito a 18.000 praças, incluindo nesse numero os aspirantes, amanuenses e alumnos da Escola Militar ; o

effectivo de fileira era, portanto, inferior a uma divisão em pó de guerra.

Por esse motivo não era possível manter organizadas todas as unidades, estando muitas delas reduzidas ao quadro de officiaes.

Entretanto, a guerra, que continuava a conflagrar a Europa, aconselhava, apesar da nossa situação de neutros, a cuidar da situação militar; e, assim, tanto quanto permittiam os escassos recursos orçamentarios, começou-se a melhorar os nossos arsenais e fabricas, ao mesmo tempo que se melhorava a instrucção e dotava-se a tropa e os serviços com os regulamentos necessarios.

A principal falha de nossa organização consistia no recrutamento das praças do Exercito por meio do voluntariado e do engajamento; o Exercito tinha, assim, um caracter profissional, fornava uma classe à parte, e não podia, pelos continuos engajamentos, formar reservas; elle não representava a Nação, que não o conhecia sinão na exterioridade das formaturas.

A execução da lei do sorteio, que tornou o Exercito nacional, foi, portanto, sob o ponto de vista da defesa do Paiz, o facto de maior relevancia ocorrido neste quadriénio.

Na Mensagem do anno passado tratei desse auspicioso acontecimento.

Tendo a pratica notado defeitos na lei, foi ella modificada de acordo com a autorização legislativa, publicada no decreto de 27 de dezembro, sob n. 3.427, e já este anno o sorteio foi feito segundo a nova lei, que mostrou muita vantagem sobre a primitiva; sua regulamentação foi feita pelo decreto n. 12.790, de 2 de janeiro do corrente anno.

Deve-se registrar que, apesar de ainda não isento de muitos senões, o alistamento foi bastante melhor do que no anno precedente; é claro que em um paiz vasto, como o nosso, de comunicações nem sempre facéis com o interior, um serviço novo, como este, ha de apresentar defeitos que serão corrigidos á proporção que forem conhecidos.

A execução, pela segunda vez, da lei do sorteio, garantiu o exito da transformação do Exercito; elle é hoje nacional, os seus quartéis são escolas que recebem contingentes que vão aprender a defender a patria e voltam ás suas profissões civis.

Nesse pequeno periodo de execução da lei têm passado pelos quartéis muitos estudantes de academias superiores, moços já diplomados, filhos de familias abastadas que, no serviço militar, hombreiam com os menos favorecidos da fortuna, em perfeito pé de igualdade.

Sorteados têm havido, de lugares distantes e de colonias, que chegam aos quartéis sem conhecer a nossa lingua e a nossa bandeira; a educação cívica, que recebem, os integra na nacionalidade.

A situação internacional tendo-nos obrigado a deixar a posição de neutros e depois a aceitar a guerra com a Alemanha, tor-

nou indispensavel elevar o effectivo de nosso Exercito e preparal-o para qualquer eventualidade.

Desse modo foi elle elevado ao effectivo normal de paz, isto é, ao effectivo que permite manter organizados todos os serviços da tropa, de modo que, para passar ao pé de guerra, bastará incorporar reservistas no numero determinado nos quadros préviamente calculados pelo Estado Maior.

Esse effectivo atinge, mais ou menos, 54.000 homens, o que, para uma população de 25 milhões, representa pouco mais de 2 por 1.000; o decreto n. 12.739, de 7 de dezembro, publicou sua distribuição pelas unidades da tropa.

Comprehendem-se as grandes dificuldades a superar para elevar um minusculo exercito de 18.000 homens a 54.000, numero tres vezes maior. Era preciso obter quarteis, fardamento, equipamento, arreios, viaturas, cavallos e ainda os utensilios para esses quarteis, como camas, material de rancho, etc.

Convém dizer que, mesmo sem a situação de guerra, o Exercito teria de ser augmentado, como consequencia do serviço militar obrigatorio; este, por sua indole, é regional, e, portanto, exige que, em cada Estado, haja, pelo menos, uma unidade de tropa para incorporar conscriptos, e para servir de nucleo ás operações do serviço de recrutamento.

Accresce que não podia deixar de ser muito transitoria a situação em que se achava o Exercito, com grande numero de suas unidades reduzidas apenas ao quadro de officiaes.

Os registros militares, apesar da imperfeição de sua escripturação nos primeiros annos e das grandes falhas que ainda se notam nos alistamentos, apresentam o seguinte resultado, com relação aos alistados no Districto Federal e nos Estados :

Subjetos ao sorteio para a 1ª linha	403.949
* * * * * 2º * * * * *	493.246

Continua com patriotico entusiasmo o desenvolvimento das sociedades de tiro, creando-se grande numero de novas associações. Existem actualmente 564 sociedades de tiro incorporadas, das quaes 448 em actividade, possuindo 54.985 socios contribuintes.

Além disso, recebem instrucción militar em 150 institutos de ensino e associações diversas 11.582 jovens.

E' para desejar que em cada municipio haja uma sociedade de tiro e que as autoridades municipaes considerem um dever patriótico auxiliar-a e fazel-a prosperar.

A rapida formação de avultado numero de sociedades de tiro trouxe a dificuldade de dar-lhes instructores; não era possível dispor do numero de officiaes necessarios; recorreu-se, por isso, a officiaes reformados, ainda capazes, e aos sargentos. Muitos officiaes têm aceitado a instrucción de sociedades sem prejuizo do seu serviço; outros instruem mais de uma sociedade.

A falta de instructores tornou-se mais sensivel com o desenvolvimento da instrucção militar nas academias, collegios, associações de educação sportiva etc.

Creou-se, portanto, um Curso de Aperfeiçoamento da Instrucção de Infantaria para fazer instructores; nesse curso matriculam-se sargentos escolhidos, os quaes, depois de seis mezes de instrucção intensiva, são diplomados instructores e distribuidos pelas sociedades de tiro e estabelecimentos onde ha instrucção militar, formando um quadro á parte, regulamentado pelo decreto n. 12.718, de 21 de novembro.

O curso já forneceu uma primeira turma de 56 instructores.

Para distribuir a tropa pelos Estados, attendendo ás conveniencias militares, á população e aos recursos, foi necessario adquirir immoveis, reformar velhos quarteis e alugar outros. As acquisições foram sempre precedidas de exame e avaliação por engenheiros militares.

Toda a materia prima necessaria ao fardamento, calçado, arreiamento, material de acampamento e equipamento, com excepção apenas de parte deste, é nacional, e sua confecção tem sido confiada a fabricas civis nacionaes ou ás do Ministerio.

Mesmo os freios, esporas, estribos, ferragens para cinturões etc., que eram importados, são hoje fabricados corrente e economicamente no Arsenal de Guerra.

Esse Arsenal tem tomado o desenvolvimento necessario á situação actual; as suas officinas trabalham o aço nacional com bom resultado, e em breve disporão de aço obtido, em suas officinas, pela conversão do ferro.

A Fabrica de Ipanema, que jazia em completo abandono, aproveitada apenas para aquartelamento de tropa, está sendo restaurada, já tendo um de seus fórnos em actividade, produzindo ferro.

A Fabrica de Cartuchos do Realengo está tambem soffrendo as modificações exigidas pelo grande augmento de consumo de munição, motivado pela elevação dos effectivos e pelo numero sempre crescente de sociedades de tiro.

A Fabrica de Piquete, que produz as polvoras chimicas, e a da Estrella, que produz as mecanicas, têm tambem tido os melhoramentos necessarios.

O Arsenal de Guerra de Porto Alegre, que attende ás necessidades das tropas da 7^a Região, tem merecido a attenção do Governo, e augmentado a capacidade de sua producção.

Foi terminada a construcção do grande polygono de tiro da Villa Militar, que dispõe de uma serie de 24 alvos que podem ser utilizados simultaneamente, a distancias variaveis, desde 150 até 400 metros.

Continuam os trabalhos e construcção do Campo de Instrucção, em Gericinó, sendo provavel que em setembro possa ser inaugurado um sector; esse campo, que está sendo feito pelos melhores modelos europeus, permitirá a completa instrucção de uma

Divisão, contendo linhas de tiro para a artilharia de campanha ; será ligado à Villa Militar por uma linha ferrea com o desenvolvimento de nove kilometros.

Será um excellente local para a concentração e instrucção de tropas.

Tendo a pratica demonstrado que a Confederação de Tiro não preenchia mais os fins a que era destinada, pelo desenvolvimento que tomaram as sociedades de tiro, e havendo evidente vantagem em uniformizar a instrucção militar dos estabelecimentos civis, foi creada a Directoria Geral do Tiro de Guerra, entregue a um official superior effectivo, sendo o respectivo regulamento approvado pelo decreto n. 12.708, de 9 de novembro ; subordinado tecnicamente ao Director, ha em cada Região um Inspector de Tiro, que, com os auxiliares necessarios, orienta e uniformiza a instrucção daquellas sociedades e estabelecimentos ; esses inspetores fazem parte do Quartel General da Região. A Directoria Geral mantém uma revista.

Verificando-se a necessidade de garantir alguns portos do Norte, de facil accesso, contra possiveis actos de pirataria, foram organizadas quatro baterias de artilharia e localizadas no Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagôas.

Ao mesmo tempo reconheceu-se que era impescindível grupar as fortificações da costa, de modo a dar unidade de commando a todas as existentes em um mesmo Estado ; e por esse motivo foram creados pelo decreto n. 12.701, de 7 de novembro, os Districtos de Artilharia de Costa, o que permite o estudo methodico dos diversos problemas exigidos pela defesa de um porto por meio de suas fortificações. Nessa organização approximamo-nos, tanto quanto possível, dos Estados Unidos da America do Norte.

O Forte de S. Luiz, nesta capital, está prompto, faltando apenas obras complementares ; o do Vigia, em Copacabana, está em adiantada construcção. Continuam em andamento as obras de Santos, e estão soffrendo as reparações necessarias as fortificações do Sul do paiz.

A crise economica por que passou o paiz, determinando grande reducção nos orçamentos, fez diminuir o numero de alumnos da Escola Militar, unica fonte de recrutamento de officiaes ; dahi resaltou que o contingente fornecido por aquele estabelecimento de instrucção se tornou menor que o total das vagas annuas. A principio, o excesso que havia de aspirantes cobria o "deficit" ; actualmente, porém, temos uma falta maior de 200 officiaes no primeiro posto.

Para sanar essa falta foi, no corrente anno, augmentado o numero de alumnos para 400, e procede-se à revisão do regu-

lamento, com o fim de diminuir a duração dos cursos, conforme autorização legislativa.

Havendo o Congresso autorizado pela lei n. 3.454, de 6 de janeiro do corrente anno, a diminuição de douos annos na idade dos officiaes para a reforma compulsoria, o Governo, por decreto n. 12.800, de 8 janeiro, usou dessa autorização com o fim de rejuvenescer os quadros.

Tendo sido sancionada a lei n. 3.352, de 3 de outubro, foi feita sua regulamentação pelo decreto n. 12.923, de 20 de março do corrente anno; essa lei estabelece as regras para obtenção de officiaes para reserva de 1^a linha, e era indispensavel para a organização dessa reserva.

O grande numero de cavallos e muares necessarios aos exercitos belligerantes na Europa levou os respectivos Governos a mandar compralos na America do Sul, o que fez diminuir o numero e aumentar o preço; apesar disso, porém, o Exercito continua a fazer sua remonta exclusivamente com animaes nacionaes.

A Coudelaria de Saycan prosegue prestando excellentes serviços ao melhoramento da raça cavallar. De accordo com o seu regulamento, ella põe á disposição dos criadores, e gratuitamente, na época propria, os seus reproductores; estes, em numero de 27, são todos de puro sangue das raças arabe, ingleza e anglo-arabe.

A Coudelaria dispõe tambem de um bom lote de eguas puras para obtenção de novos reproductores; os animaes que, por qualquer defeito, não servem para a reprodução, são entregues para a remonta.

A Coudelaria, que é o maior estabelecimento de criação cavallar do Paiz, não pesa no orçamento da guerra, sendo suas despesas custeadas com a renda de seus campos.

Junto á Coudelaria e sob a mesma direcção ha um deposito de remonta que adquire os animaes necessarios aos corpos e recebe os productos da Coudelaria destinados á remonta, por não servirem á reprodução.

Durante o quadriennio que está a findar, o Exercito teve muitas vezes de movimentar unidades para attender a alterações da ordem publica, fazer respeitar decisões do Poder Judiciario.

Na região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catharina, ao começar o quadriennio, estavam em plena actividade as operações contra os fanaticos; a remessa de novas tropas e recursos permitiram sua terminação em 1915; foi, porém, necessário conservar tropa ocupando a região até fazer-se o acordo; por occasião da execução deste, tornou-se preciso, para fazer abortar

um movimento prestes a irromper, movimentar novamente a tropa, mandando vir do Rio Grande do Sul tres batalhões.

A situação politica de Matto-Grosso, obrigando a intervenção federal, deu lugar à concentração alli de forte contingente, indo batalhões desta capital, Lorena e Florianopolis, além de metralhadoras.

Outros movimentos deram lugar a ida de tropa para diversos Estados, como Rio de Janeiro, Amazonas, Pará, Alagoas, Piauhy etc.

Esse destacamento de tropa acarretam despesas que, nos dous primeiros casos citados, foram avultadas; os transportes, a elevação das etapas e, ás vezes, de vencimentos, ajudas de custo etc. elevam-se a grandes sommas, não previstas nos orçamentos.

Para acompanhar as operações de guerra na Europa, e estudar as alterações que vai soffrendo a arte da guerra, não só quanto ao desenvolvimento das operações, como em relação ao material, seguiu para a França, em virtude de autorização legislativa, uma comissão de officiaes, cuja chefia foi confiada ao General de Brigada Napoleão Aché.

Naquelle Paiz acham-se tambem tres officiaes matriculados em uma escola de aviação; um outro official aviador acha-se na Inglaterra.

Uma outra comissão, sob a chefia do Tenente-Coronel Alípio Gama, está nos Estados Unidos, acompanhando as operações de mobilização e procurando adquirir material para arsenaes e fábricas.

O Estado Maior do Exercito, continuando a desempenhar-se de suas importantes funções, preparou ou examinou diversos regulamentos, entre os quaes os de serviços administrativos e de exercícios de artilharia, fez a revisão do de infantaria, a organização do Exercito em campanha, e continuou a desenvolver o serviço de stereo-photogrammetria, installado no Morro da Conceição, nas dependencias de uma antiga fábrica de armas. Suas officinas continuam a se ocupar de todos os trabalhos de impressão, photographia e lithographia de que necessita o Ministerio.

O regimen adoptado no Ministerio da Guerra, desde o inicio do quadriennio actual, de rigorosa economia nos gastos dos respectivos serviços, sem, contudo, desorganal-os, trouxe no periodo dos ultimos quatro annos, de 1915 a 1918, uma diferença para menos, em relação aos quatro annos anteriores, de 1911 a 1914, de 1.968.000\$, ouro; 100.863.776\$274, papel, conforme se verifica pela demonstração infra, cabendo salientar ainda que maior seria essa diferença si a despesa de 1915 não estivesse, como está, acrescida da quantia de 12.985.631\$752, comprehendendo: 4.985.631\$752, crédito votado para liquidação de vencimentos

de praças de pret, relativos a 1914 e não pagos nesse anno; 6.500.000\$, para pagamento de despesas autorizadas em exercícios anteriores com a compra de material bellico e 1.500.000\$, para ocorrer a despesas extraordinarias com as forças do Contestado; e a de 1917 da quantia de 3.111.715\$831, supplementar a diversas verbas que se tornaram insuficientes, devido tambem a movimento de forças para diversos pontos do Paiz.

Convém ainda ter em vista que o orçamento para o corrente exercício tem diversas de suas verbas consideravelmente aumentadas, relativamente ás dos annos anteriores, em virtude do estado de guerra em que se acha o Brasil.

A seguinte demonstração confirma o que ficou dito:

1911 :

Ouro.	1.318.000\$000
Papel	91.182.727\$308

1912 :

Ouro	300.000\$000
Papel	88.774.475\$701

1913 :

Ouro.	300.000\$000
Papel	123.377.141\$000

1914 :

Ouro	250.000\$000
Papel	98.439.143\$428

Total dos quatro exercícios :

Ouro.	2.468.000\$000
Papel	336.653.495\$943

1915 :

Ouro.	Não houve.
Papel	79.118.927\$229

1916 :

Ouro.	50.000\$000
Papel	84.814.091\$610

1917 :

Ouro.	50.000\$000
Papel	67.358.400\$610

1918 :

Ouro.	100.000\$000
Papel	74.498.353\$520

Total dos quatro exercícios :

Ouro.	300.000\$000
Papel	285.739.715\$769

RESUMO		
Ouro :		
1911 a 1914	2.162.000\$000	
1915 a 1918	800.000\$000	<hr/>
Diferença para menos no quadriénio actual	1.362.800\$000	
Papel :		
1911 a 1914	386.653.405\$043	
1915 a 1918	285.739.718\$769	<hr/>
Diferença para menos no quadriénio actual	100.883.776\$274	<hr/>

MARINHA

A Marinha não pôde ainda attingir o estado de desenvolvimento compatível com a posição geographica e a grande extensão das costas de nosso Paiz.

O factor principal dessa circunstancia tem sido e é ainda a situação financeira que, de alguns annos atrás, tem limitado as iniciativas nacionaes. Comtudo, como a situação economica já vae definindo um estado lisonjeiro e promissor e como, principalmente, é de belligerancia a posição a que o Brasil foi arrastado pelos acontecimentos, não posso deixar de accentuar que é chegado o momento em que, ao lado de uma prudente distribuição orçamentaria, faz-se mistér o primeiro passo para encaminhar a expansão de nossas coussas navaes.

Para isso é necessário um programma que possa ser executado conveniente e methodicamente, guardada a correlação que deve existir entre os recursos disponíveis e as necessidades mais imediatas.

Antes do estado de guerra decretado em outubro ultimo, a administração naval, que tivera por directriz obter para a Marinha o estado de preparo maximo dentro do plano de economias adoptado, não se havia descuidado das necessidades imperiosas que viriam a ser sentidas, organizando um plano que seria executado conforme os recursos orçamentarios o permitissem.

Quando foi decidida nossa coparticipação na guerra, procurou ella examinar mais de perto aquellas necessidades, ou, por outra, a deficiencia em que nos achavamos (producto da crise que assorebrou o Paiz) em face da responsabilidade que assumiamos.

Partindo do principio, por vós todos muito conhecido, de que um paiz de estensas costas marítimas não pôde deixar de ter uma esquadra proporcional que lhe garanta a inviolabilidade, partindo do aspecto moderno que as campanhas navaes tomaram com a consagração do submarino como arma de combate, reconhecida a idéa de que á esquadra compete, além da destruição da frota inimiga para ter o dominio ao mar, a defesa e protecção, não só aos portos e costas, mas á Marinha mercante, elemento indispen-

savel de colaboração em occasião de guerra, o Almirantado Brasileiro, principal orgão consultivo do Ministro da Marinha, por determinação do titular da pasta, estudou a situação e, sem discordância de opinião, propôz a adopção de uma série de medidas, das quaes a maior parte já havia antes sido determinada pela administração.

« Acquisição de cruzadores rápidos e de tonelagem relativamente pequena; de contra-torpedeiros de grande tonelagem que, além das funcções que lhes são peculiares, substituam aqueles nas suas, e de submersíveis, tanto de defesa de costas, quanto de esquadra. »

« As circunstâncias prementes que levam a commissão a alvirar esta acquisição, por si mesmas estão a aconselhar que ella só deva fixar material prompto a ser empregado imediatamente, mas em perfeito estado, excusado se torna accrescentar. »

« A mesma commissão não tem, nem poderia ter, a menor illusão sobre as inúmeras dificuldades que oferece a adopção desta providencia; elles são patentes para todos, momente no que diz respeito ás unidades da primeira e segunda especies. »

Para dar inicio a esta suggestão, dever-se-ia começar por completar o programma naval de 1906, com a execução do contracto de construção de um couraçado, a qual foi suspensa em virtude da guerra actual, um "scout" de cerca de 4.500 toneladas, um navio mineiro, cinco "destroyers" de 1.200 toneladas e cinco submarinos de 1.000 toneladas, dotando ainda a Marinha desde já com 10 hydroplanos de guerra, cujo numero deverá elevar-se a 50, independente de cinco de exercicio, que são indispensaveis.

A seguir, poderia ser ampliado este programma, como o suggerem o Almirantado Brasileiro, que fixa as acquisições em :

Couraçados cruzadores ;

Scouts ;

Destroyers ;

Submarinos, conforme vosso julgamento, que fariam parte de um programma a ser estudado desde já e executado com recursos de varios exercícios. Tal programma deve sofrer as modificações que os ensinamentos da guerra actual possam ou venham sugerir.

E' certo que elle não poderá talvez ser executado imediatamente, absorvidas como estão as industrias dos Paizes a que costumavamos appellar para nos suprir de material naval. Entretanto, aproveitando certos momentos em que as coadições de guerra permittam relativa diminuição na actividade em que se encontram, talvez possamos conseguir parte ou a execução gradual de todo elle. Não posso, sobre este assumpto, deixar de referir o valor da capacidade industrial de um paiz tocante á sua defesa. Esta só pode ser producto daquella. E' e será sempre precaria a situação do paiz que, para organização de suas forças armadas, precisa recorrer ao estrangeiro.

E' opportuno, pois, referir-me á necessidade de desenvolver desde já a industria do ferro que, de utilidade geral para o Paiz, garante á Marinha o desenvolvimento que precisa ter.

Estou certo de que o Congresso dotará a Marinha de todos os melhoramentos de que tem necessidade para a sua efficiencia.

O Arsenal da Marinha foi objecto visado pela Administração Naval; novas installações foram feitas, machinismos foram adquiridos. Melhoraram-se, assim, os seus recursos, de modo que se pôde prover com mais vantagem o apparelhamento da esquadra. Mas sua producção é ainda insufficiente. Devo lembrar-vos que a construcção de um Arsenal como o exigem as condições de nossa Marinha de Guerra, já fez parte de plano administrativo anterior, o qual foi em parte executado. Despenderam-se na ilha das Cobras mais de 10.000:000\$, que ficarão perdidos si as obras começadas continuarem paralysadas. Urge, pois, que seja completado o plano traçado, cuja execução será por certo menos custosa á Nação do que o prejuízo resultante da perda dos serviços já realizados.

E' facil de comprehender que, para attender ás necessidades apontadas, a aquisição de uma esquadra e a conclusão de um Arsenal, a despesa correspondente não poderá ser feita em um exercicio apenas.

Não só os creditos necessarios poderão ser concedidos em varios exercícios, o que é preliminar idéa, quando se têm em vista iniciativas de grande vulto, como ainda o recurso da venda dos terrenos do actual Arsenal que vierem a se tornar disponiveis, valorizados, como são, e outros que vosso julgamento indicar, podem, pelo menos, alliviar o paiz de uma contribuição pesada.

Devo rememorar que a Marinha concorreu com uma somma elevada no plano de economias que o Governo adoptou; montam as cifras á cerca de 100.000:000\$000. E' justo, pois, que essa importancia reverta em proveito de seu desenvolvimento, no qual reside a segurança do Paiz.

Para completar o plano, que deve ser traçado, e que visa a inviolabilidade de nossas costas e portos, é mistér pensar na defesa das barras, a começar pela do Rio de Janeiro, e no fabrico de munições. Aquelle assumpto cabe mais ao Exercito por lhe estar confiada a defesa de costas; mas, como á Marinha toca de perto a garantia do movimento no mar, é natural aqui esta referencia, ainda que de passagem. A accão combinada da esquadra com as fortificações das ilhas da barra, o que não poderemos adiar por muito tempo, abrigará um vasto sector, justamente aquelle em que está o principal porto commercial e a capital da Republica.

O fabrico de munições já não apresenta grandes dificuldades, desde que já ha serviços dessa natureza iniciados entre nós. Existem fábricas de polvoras pertencentes ao Exercito e já se cuidou da manufactura de projectis. Só resta prover esses estabelecimentos de recursos capazes de um rendimento satisfatorio. Pouco custará

á Nação e esse pouco não deve ser recusado, desde que se trata de um interesse muito elevado, qual o de sua segurança.

Coube á ultima legislatura uma tarefa difícil, qual a de harmonizar as necessidades geraes do Paiz com os meios de que então se podia dispor. Os orçamentos resentiam-se de falhas que decorriam das proprias circunstancias em que as previsões de receita só podiam ser incertas. Apesar disso, a Marinha conseguiu observalos com approximado rigor, pois só recorreu a creditos supplementares em casos especiaes e justificados, os quais, ainda assim, montaram a quantias relativamente pequenas. Si comparardes as cifras correspondentes á ultima decade, vereis que as dotações dos ultimos annos são realmente muito reduzidas; ha uma diferença entre o periodo normal e o excepcional de mais de 15.000:000\$000.

Era impossivel manter essa diferença, desde que a parte material — não pôde deixar de ser influenciada pela variação dos preços de aquisição, nos mercados, de todos os artigos de consumo na Marinha e essa variação para mais foi em percentagem tal que em alguns casos attingiu quasi 100%. Dahí o facto da ultima sessão legislativa ter augmentado o orçamento da Marinha de cerca de cinco mil contos. A' vista da situação especial a que chegaram todos os paizes, quer productores, quer consumidores, da qual não se pôde ter idéa justa de como fluctuarão os mercados, faz-se mistér uma cuidadosa preparação orçamentaria. A vida normal da Marinha já está bem conhecida; tive occasião de me referir ás necessidades mais urgentes para o bom desempenho da missão da nossa Marinha. Do confronto de uma e outras, resultará a conveniencia de organizar o orçamento em duas partes — uma, destinada a tudo que se referir á parte invariável; outra, destinada ao programma de defesa a que fiz referencia, com a verba indispensavel para ser despendida em varios exercícios.

O apparelho administrativo naval funcionou com regularidade e demonstrou que o systema adoptado permite a unidade de acção, pois insinua a todos os ramos a directriz governamental. Contudo, é impossivel chegar-se ao estado de perfeição sem que longa experiença tenha patenteado certas deficiencias, pequenas impropriedades de algumas disposições etc. Em virtude da autorização dada pelo decreto n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, no correr do presente anno serão feitas algumas alterações nos diversos regulamentos dos serviços da Marinha, sem que se altere na substancia a essencia desses Regulamentos, como sucedeu com o da Escola Naval de Guerra, decretado em maio ultimo.

Conforme decisão legislativa, o Corpo de Patrões-Móres teve novo Regulamento, aprovado pelo decreto n. 12.855, de 23 de Janeiro do corrente anno.

O estado de conservação dos navios é em geral satisfatorio: alguns exigem reparos, especialmente substituição de tubulações de caldeiras e condensadores, obras que estão em andamento em uns e

aguardando outros a chegada do material encomendado para esse fim. A esquadra esteve em movimento, não só para garantia da nossa neutralidade, como também para o policiamento da costa.

Fizeram-se alguns exercícios, attenta à dificuldade de movimentação motivada pela escassez da dotação orçamentaria da verba — combustível — em virtude dos preços elevados, de um lado, e dificuldade de aquisição ou transporte, de outro. Não obstante, a esquadra esteve sempre em estado de vigilância, prompta uma parte a attender às exigencias que as circunstâncias apresentavam. O navio-escola "Benjamim Constant" fez a viagem de instrução annual para terminação de curso dos Guardas-Marinha alumaos.

Foi encorporado na esquadra o tender "Ceará", que serve de navio-base para a flotilha de submersíveis. Aproveitando a movimentação da esquadra no policiamento da costa, esse navio saiu em exercício junto com os submersíveis, assim de desenvolver o programma de exercicio que, no porto, regularmente se faz.

A proposito da movimentação da esquadra, impõe-se uma observação sobre o carvão nacional, a cuja exploração o Governo emprestou o maximo interesse. Si a industria do ferro é indispensável para o apparelhamento de nossa defesa marítima, facilidade de aquisição de combustível é essencial para a manutenção dos "stocks" que a movimentação da esquadra exige.

Não é demais insistir sobre a urgencia de medidas que assegurem exito nos trabalhos feitos para que o carvão nacional possa suprir as faltas decorrentes da restrição da exportação dos paizes productores e, o que é mais, tornar o serviço nacional independente da contribuição estrangeira.

Os serviços de submarinos e aviação, de criação relativamente recente, mereceram especial cuidado da Administração, que não poupou esforços para conseguir suficiente adestramento do pessoal. Oficiais e praças tém-se aperfeiçoado nessa especialidade, graças aos exercícios que se fizeram com frequencia. Só os de aviação foram interrompidos em consequencia de avarias que sofreram os respectivos apparelhos. O reparo destes e a aquisição de novos permitirão se continuem em breve os cursos praticos, iniciados sob bons auspícios.

Quando o Congresso resolveu a ocupação dos navios alemães, detidos nos portos nacionaes, coube à Marinha dois desses navios, o "Posen" e "Alrich", que deviam ser transformados em cruzadores auxiliares e receberiam os nomes de "Belmonte" e "Pernambuco". Posteriormente, á vista do estado de guerra e, sobretudo, por causa das dificuldades do transporte e assignatura do Convenio Commercial com a França, foram esses navios entregues ao Lloyd Brasileiro.

Necessitando a Marinha de um cruzador auxiliar, foi efectuada a troca do ex-alemão "Palmares" do Lloyd Brasileiro, com o transporte "Sargento Albuquerque" que, durante o anno, desempenhou diversas commissões de carácter commercial.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Em Mensagens anteriores, accentuei a necessidade, que havia, ao iniciar o meu Governo, de retardar ou suspender a execução de varios serviços a cargo do Ministério da Viação e Obras Públicas, dada a situação delicada de nossas finanças, e mostrei a estensão real de nossos compromissos, especialmente no tocante a estradas de ferro e portos da Republica. De acordo com os dados constantes dessas Mensagens e de outros documentos officiaes, as responsabilidades do Thesouro, em fins de 1914, eram, em resumo, as seguintes :

Emprestimos externos :

	£
Estradas.	26.225.460
Portos.	10.811.000
Ao todo	<hr/> 43.036.460

que, ao cambio de 12, representam em nossa moeda.....
361.529.200\$000.

Apólices da dívida interna (emitidas até 31 de dezembro de 1914) :

Para aquisição e construção de estradas	133.953.060\$000
Para as obras do Porto do Rio de Janeiro	17.300.000\$000
	<hr/> 211.253.000\$000

Sommando as duas parcelas, verifica-se que os títulos em circulação dos empréstimos externos e internos se elevavam a 1.075.612.200\$, papel.

As garantias de juros, feita a conversão da parte ouro ao mesmo cambio de 12, subiam no referido anno a

Estradas	20.421.190\$288
Portos.	11.483.150\$315

Estes eram os compromissos em relação aos quais nada era possível fazer, porque só desaparecerão pela amortização dos empréstimos, pelo resgate das apólices e pelo decurso do tempo das garantias de juros. Mas, além delles, outros havia que aggravariam, de futuro, os encargos já existentes, a saber :

— quantia ainda necessaria para ocorrer às despesas em dinheiro com a execução integral dos contractos em vigor, calculada em 300.000.000\$000;

— emissão de apólices, também para a execução de contractos, de acordo com o cálculo da Inspectoria Federal das Estradas, em 1914 (cálculo que, attentos os precedentes da Madeira-Mamoré, São Luiz a Caxias e outras estradas, estava aquém de uma previsão segura) 100.000.000\$000;

— obras da barra do Rio Grande — 18.000:000\$, ouro, ou, ao cambio de 12 — 40.300:000\$000;

— aumento de responsabilidades com garantia de juros, que, não podendo ser antecipadamente fixado, subiria, entretanto, no correr dos annos, a sommas avultadíssimas, porque, para citar um exemplo, só a S. Paulo-Rio Grande teria de applicar ainda cerca de 5.000.000 esterlinas, que gosariam de garantia de juro annual de 6 %, ouro, para concluir as estradas que contractara.

— accrescimo de garantias de juros a portos ainda não concluidos (Pará, Bahia, Victoria e Rio Grande do Sul), que atingiria a importâncias consideraveis;

— conclusão de todas as obras do porto do Recife, que exigiriam ainda alguns milhares de contos.

A estes compromissos havia a addicionar os decorrentes de contractos de navegação e outros de menor importânciia, bem como uma grande serie de questões a resolver e de dívidas a liquidar, em consequencia de fornecimentos feitos e de construções autorizadas, principalmente nas estradas de ferro administradas pela União.

Foi o conhecimento desta situação que me levou a dizer, há exactamente douos annos, que tínhamos praticado, sem cautelosa moderação, uma larga política de melhoramentos materiaes, deixando de calcular previdentemente os sacrificios a que ella nos arrastaria, e dahi os maiores embaraços a vencer no momento em que tivemos de modifical-a, presos, como estávamos, á letra de contractos onerosíssimos.

O estudo, revisão e, sempre que possível, a rescisão e a decretação da caducidade de contractos foi preocupação constante do Governo no Ministerio da Viação e Obras Públicas. Mas, além desse trabalho — que continua a reputar o mais proveitoso de quantos correram por esse departamento administrativo e de que resultaram, conforme já tive oportunidade de afirmar, economias e cessação de responsabilidades superiores a 500.000:000\$ — outros reclamaram a sua maior e mais desvelada solicitude. Para comproval-o, basta considerar o que representa de labor fecundo construir neste momento estradas de ferro de carácter estratégico e económico; manter a regularidade de tráfego marítimo, fluvial e ferro-viário; suprir as deficiencias do carvão europeu e americano, recorrendo a outros combustíveis e estimulando a exploração das jazidas nacionaes, com a construção de ramaes para zonas carboníferas, instalação de uma uzina de pulverização e auxílios á nova industria; aproveitar todo o material fixo e rodante das estradas, concertando-o e reparando-o em officinas mal apparelhadas e dentro de curto prazo; multiplicar as vias de communicação, em consequencia de nossa situação internacional e de exigências de ordem interna; desenvolver serviços d'água, luz, esgotos, correios, telegraphicos e outros sem poder procurar fóra do País os elementos indispensaveis para isto; dar transporte á

produção agrícola e industrial que se intensifica à proporção que as necessidades e os preços dos productos aumentam; realizar obras urgentes com recursos parcos, e tudo isto quando a importação do material estrangeiro decresce, tornando-se impossível em relação a certos generos, os "stocks" escasseiam e os elementos faltam quasi por completo. Só a conservação, em condições mais ou menos normaes, dos serviços anteriormente organizados, demonstra um esforço que, a não serem os poderes públicos, poucos sabem quanto é ingrato, exhaustivo e penoso.

A revisão destes está quasi ultimada e, ante os seus beneficos resultados, justo é que, mais uma vez, vos diga da obra executada:

Rescisão e caducidade de contratos

Decreto n. 11.378, de 9 de dezembro de 1914 (rescisão do contrato de que eram concessionários La Rocque Frota & Cia., para navegação entre os portos de Belém, Manáos e os do rio Juruá e seus afluentes, contrato em que eram assegurados todos os favores de que gozava o Lloyd, excepto a subvenção);

Decreto n. 11.525, de 17 de março de 1915 (rescisão do contrato para o serviço de navegação do rio Uruguay até Santo Izidro, cessando assim a subvenção annual de 60.000\$000);

Decreto n. 11.692, de 25 de agosto de 1915 (declaração de caducidade do contrato celebrado com a "South American Railway Construction Company, Limited", para a construção das estradas de ferro da rede cearense, libertando o Tesouro de novos pagamentos na importância de 40.000:000\$, além dos que deviam correr pelos saldos existentes, e dando ensejo a que continuassem as obras, desde logo, por administração, com as sobras da parte do empréstimo depositado no Banco do Brasil, o que permitiu o aproveitamento immediato dos "retirantes" acossados pela última secca que assolou o nordeste brasileiro);

Decreto n. 12.113, de 28 de junho de 1916 (rescisão do contrato celebrado com a firma R. Rebecchi & C.º para a construção de 11 armazens externos de dous pavimentos no cais do porto do Rio de Janeiro);

Decreto n. 12.208, de 20 de setembro de 1916 (rescisão do contrato para a construção, uso e goso da estrada de ferro de Taubaté a Ubatuba);

Decreto n. 12.251, de 1 de novembro de 1916 (rescisão do contrato para a construção do ramal de Abaeté, na Estrada de Ferro Oeste de Minas);

Decreto n. 12.252, de 1 de novembro de 1916 (rescisão do contrato para a construção do ramal de Itapecerica, também na Oeste de Minas);

Decreto n. 12.455, de 25 de abril de 1917 (rescisão do contrato celebrado com a Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, á qual tinha sido assegurada uma subvenção annual de 247.786\$000);

Decreto n. 12.907, de 6 de março de 1918 (rescisão do contrato da Estrada de Ferro de Santa Catharina, cujo custo não seria inferior a 100.000:000\$000, segundo os melhores cálculos);

Aviso de 19 de março de 1915 (providências para que, por intermédio da Procuradoria Geral da Fazenda Pública, fosse rescindido judicialmente o contrato de construção da estrada de ferro colonial de Guaratinguetá a Pindamonhangaba, que teria uma subvenção de 765:000\$000);

Aviso de 17 de junho de 1916 (providências para que, também judicialmente, fosse promovida a rescisão do contrato de construção da estrada de ferro colonial de Monte Azul, em São Paulo, às margens do Rio Grande, cuja subvenção atingiria a 1.800:000\$000).

Decreto n. 11.524, de 17 de março de 1915 (revisão do Revisão de contratos
contracto da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, com exclusão da cláusula de isenção de direitos e redução anual de 30:000\$ na subvenção);

Decreto n. 11.620, de 30 de junho de 1915 (revisão do contrato da Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor, também com exclusão da cláusula de isenção de direitos e redução da subvenção na importância anual de 52.214\$000);

Decreto n. 11.648, de 24 de julho de 1915 (revisão do contrato da Companhia de Estradas de Ferro S. Paulo-Rio Grande, com limitação da garantia de juros ao capital já depositado, o que desobrigou o Tesouro de responsabilidades futuras por garantias de juros, sobre cerca de 5.000.000 esterlinos, além de outras vantagens, como o adiamento da encampação da Estrada de Ferro Norte do Paraná e a construção da linha de Curitiba a Juquiá, na importância aproximada de 30.000:000\$000);

Decreto n. 11.683, de 13 de agosto de 1915 (revisão do contrato com a Empresa Estrada de Ferro de Theresópolis, reduzindo sensivelmente os encargos do Tesouro e afastando os riscos possíveis de avultadas indemnizações que poderiam decorrer de um pleito judicial);

Decreto n. 11.691, de 25 de agosto de 1915 (revisão do contrato celebrado com João Corrêa & Irmão e o Banco da Província do Rio Grande do Sul para estudos e construção das linhas ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja e prolongamento do ramal de Quarahy e Alegrete, com várias vantagens, inclusive a da redução de 27.200:000\$ na despesa a realizar);

Decreto n. 11.774, de 3 de novembro de 1915 (revisão do contrato da Companhia Nacional de Navegação Costeira, com redução de 50% da subvenção, que de 2.080:000\$, por anno, quando efectuadas todas as viagens, ficou sendo de 1.040:000\$, ou, seja, durante o tempo que faltava para a conclusão do contrato, de 12.480:000\$000);

Decreto n. 11.980, de 4 de março de 1916 (revisão do contrato da Companhia Viação Ferrea de Itabapoana, melhor assegurando os interesses do Thesouro, excluindo a clausula de isenção de direitos e dirimindo duvidas possíveis na interpretação do contrato);

Decreto n. 12.094, de 7 de junho de 1916 (revisão e consolidação dos contratos da Companhia Estrada de Ferro Victoria a Minas, com a fixação definitiva do capital sobre que recahe a responsabilidade da União, que ficou isenta de futuras garantias de juros de 6 %, ouro, sobre cerca de 6.000:000\$, as quaes representariam, ao fim do contrato, quantia superior a 10.000:000\$, também ouro);

Decreto n. 12.183, de 30 de agosto de 1916 (revisão do contrato da Estrada de Ferro de Goyaz, resolvendo varias questões dependentes de solução, providenciando sobre a encampação do trecho que gosava de garantia de juros, reduzindo as obras ao saldo existente do emprestimo realizado e exonerando o Thesouro do sacrifício a que estava obrigado de recorrer a outros empréstimos para a conclusão de toda a estrada, empréstimos que seriam, no minímo, de 24.000:000\$000);

Decreto n. 12.184, de 30 de agosto de 1916 (revisão e consolidação dos contratos celebrados com a "Companhia Port of Pará", limitando as obras de melhoramento ás da 1^a secção e suprimindo ou adiando destas, que subiam pelos orçamentos a 75.000:000\$, ouro, as que não eram absolutamente necessarias ao tráfego actual do porto, na importancia de, ouro, 10.741:884\$432 e 1.517:175\$420, respectivamente, donde resulta a diminuição co-relativa dos juros garantidos pelo Governo);

Decreto n. 12.248, de 1 de novembro de 1916 (revisão do contrato da Estrada de Ferro do Norte do Brasil, com a redução da garantia de 6 %, ouro, ao capital maxímo de 18.000:000\$, capital que poderia atingir a 32.490:000\$, e maior liberdade de ação por parte dos poderes publicos, caso não sejam cumpridas as obrigações do contrato revisado);

Decreto n. 12.309, de 6 de dezembro de 1916 (revisão do contrato para construção da estrada colonial de Barreiros a Sertãozinho, precisando as obrigações do contractante e melhor assegurando os interesses da União);

Decreto n. 12.908, de 6 de março de 1918 (revisão do contrato do porto do Recife, reduzindo as obras de modo a evitar novos empréstimos e resolvendo definitivamente varias reclamações).

Acordos

Decreto n. 11.647, de 21 de julho de 1915 (acordo para que fossem prosseguidas as obras de melhoramento do porto do Recife, que estavam paralysadas, limitando-se as medições mensais ao maxímo de 1.000.000 de francos, dos quaes a metade seria paga em dinheiro e a outra metade em títulos,

o que permitiu o apparelhamento de um grande trecho do cais, cuja exploração já está contractada);

Decreto n. 11.907, de 19 de janeiro 1916 (acordo fixando o dia 7 de novembro de 1912 para inicio do prazo de 10 anos, depois do qual o Governo poderá resgatar, mediante a emissão de titulos, as obras do porto de Santos, o que representará para o Estado de S. Paulo uma medida de alto alcance economico);

Decreto n. 12.182, de 30 de agosto de 1916 (acordo para que não fosse assignado o contracto autorizado por despacho de 13 de outubro de 1913, entre o Governo e a Sociedade Anonyma "Sir John Jackson (Sud America), Limited ", para execução das obras do prolongamento do porto desta Capital, ficando accordado o arbitramento como meio de harmonizar os interesses das partes);

Decreto n. 12.359, de 10 de janeiro de 1917 (acordo para que não fosse executado o contracto de 31 de julho de 1913 para as obras do porto de Corumbá, nem assignado o contracto relativo ao porto de Jaraguá, sendo submettidas a arbitramento as reclamações sobre os deus casos);

Decreto n. 12.491, de 31 de maio de 1917 (acordo para construção immediata do prolongamento do ramal Paranapanema);

Decreto n. 12.904, de 6 de março de 1918 (acordo para exploração do porto do Recife, cabendo á União 60% de todas as rendas).

Juntando aos actos que acabei de enumerar a serie enorme dos que foi preciso expedir para apurar contas, como as da Noroeste, resolver questões como as da Madeira-Mamoré, dar solução a numerosas reclamações, prorrogar prazos contractuaes, reduzir obras, extinguir commissões, adoptar, enfim, providencias de toda ordem e acrescentando a tudo isto a necessidade de verificar os fornecimentos e medições de varios trabalhos executados, para poder, de acordo com as resoluções legislativas, autorizar os respectivos pagamentos, que só em relação a estradas administradas pela União foram approximadamente de 100.000:000\$, tereis uma impressão do que foi a obra realizada até agora no que diz respeito a contractos do Ministerio da Viação e Obras Publicas. Mas não foi apenas para esse campo que o Governo teve de volver as suas vistas : outros assumptos tiveram de ser examinados e resolvidos ante as exigencias prementes da situação. Neste caso estão a reorganização de quasi todos os serviços, a construção de estradas de carácter estrategico e economico, os problemas relativos ao transporte ferro-viario, marítimo e fluvial (estes ultimos quanto a companhias e empresas subvencionadas), o desenvolvimento de nossa rede de communicações telegraphicas, telephonicas e radio-telegraphicas, a construção de pontes, como a do rio Paranaí, o aproveitamento do carvão nacional, com a fundação de uma usina de pulverização, o estabelecimento de installações frigorificas em portos como os de Santos e Rio Grande, a encampação de estradas como a Noroeste e a Centro Oeste da Bahia, as questões de combus-

tivel, a execução de grandes obras na zona do nordeste brasileiro, fragelado pela secca, e muitos outros, cada qual mais importante e urgente. É de notar que, apesar das dificuldades ocorrentes, todos os serviços subordinados ao Ministério foram mantidos em condições normais, e, o que mais é, alguns delas foram sensivelmente desenvolvidos, conforme se verifica dos seguintes dados:

INSPECTORIA FEDERAL DAS ESTRADAS

Estensão das estradas em tráfego:

	Kms.
Em 1914	25.062,888
Em 1917	27.803,638

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Estensão em tráfego:

	Kms.
Em 1914	2.390,092
Em 1917	2.350,377

Trafego de mercadorias:

	Tons.
Em 1914	1.385.080
Em 1917	2.378.000

Receita:

Em 1914	40.868.715\$976
Em 1917	53.797.177\$000

ESTRADA DE FERRO OESTE DE MINAS

Estensão em tráfego:

	Kms.
Em 1914	1.357,712
Em 1917	1.768,247

Trafego de cargas:

	Kilos
Em 1914	118.571.800
Em 1917	141.508.500

Receita:

Em 1914	4.397.790\$849
Em 1917	5.172.392\$448

ESTRADA DE FERRO ITAPURA A CORUMBÁ

Estensão em tráfego:

	Kms.
Em 1914	837
Em 1917	837

Trafego de cargas:

	Kilos
Em 1914 (incluindo material de construção).	25.375.293
Em 1917	28.485.451

Receita:

Em 1914	597.813\$500
Em 1917	1.481.014\$970

RÉDE CEARENSE

Estensão em tráfego:

	Kms.
Em 1914	760.102
Em 1917	876.432

Tráfego de mercadorias:

	Tons.
Em 1914	98.593
Em 1917	123.253

Receita:

Em 1914	8.229.973\$500
Em 1917	2.845.145\$638

Conservação e dragagem regular em todos ; fixação de dunas, Serviços de portos construção de novos armazens, instalações frigoríficas, melhor apparelhamento, concertos e trabalhos de reparação em alguns ; conclusão de varias obras e melhoramentos em diversos, especialmente no do Recife.

O movimento de tráfego do Lloyd Brasileiro e das companhias e empresas de navegação fiscalizadas pela Inspectoría Federal de Viação Marítima e Fluvial no periodo de 1914 a 1917, incluindo a navegação de longo curso, a de cabotagem e a interior, foi este :

Navegação marítima e fluvial

Ano	Número de volumes	Peso em kilos	Frete
1914	28.915.432	1.137.510.799	23.245.423\$610
1915	29.385.167	1.503.945.948	47.315.088\$918
1916	28.413.983	1.586.718.602	73.431.104\$780
1917	28.140.004	1.478.361.072	112.971.123\$508

Recenseamento da marinha mercante, de acordo com as informações que à Inspectoría foi possível obter, e que, sendo o fructo de um primeiro esforço, se resente provavelmente de falhas e omissões :

	Número de navios	Tonelagem líquida
Navegação marítima	165	131.294
> fluvial	318	55.736
> interior	29	2.805
Diversos	45	4.984
Navios à vela	103	16.398
	859	231.058

**Obras contra as
Secas**

Realizadas por conta de creditos extraordinarios abertos por occasião da ultima crise climaterica que flagellou o nordeste brasileiro: estradas de rodagem de Floriano a Oeiras, Baturité a Guaramiranga, Quixadá a Riacho do Sangue (reparação), Sobral a Meruoca, Mossoró a Alexandria, Macau a Assú, Campina Grande a Soledade, Souza a Cajazeiras e Rio Branco a Buique; açudes de Anajás, Riacho do Sangue, Patos, Parazinho, Velame, Caio Prado, Guayuba, Bahú, Varzea da Volta, Mulungá, Arapuá, Vintém e Cinco de Março, Pessôa, Sacco, Bodocongó, Cajazeiras e Serra dos Cavallos, afóra reparos e reconstruções de outros, como Serra Vermelha, Alecrim, Bebado, Nova Cruz, Santa Cruz, Campinas e Santa Luzia; linhas telegraphicais em estensão superior a 2.000 kilometros; drenagem de vales e construção de aterros em Ceará-Mirim, Maxaranguape, Carnaúbal, Catú, Propriá e Cachoeira; barragens submersas em Mossoró, Upanema e Seridó, perfuração de poços e auxílios para acelerar obras, como as dos açudes de Acaraípe e Salão, a cargo da Inspectoria, além de outros serviços de pequena importancia nos diversos Estados em que maiores foram os efeitos da tremenda calamidade. Destas obras, foram suspensas, quando reappareceram as chuvas, as das estradas de Mossoró a Alexandria e Souza a Cajazeiras, tendo passado ao Governo de Pernambuco as da estrada de Rio Branco a Buique. Todas as demais estão concluidas, ou sel-o-ão no correr de 1918.

Quanto aos serviços normaes da Inspectoria :

	1914	1917	Serviços exequentes de 1914 a 1917
Açudes publicos :			
Construídos ou reconstruídos . . .	13	23	10
Em construção	15	7	7
Projectados	50	94	14
Estudadas	248	282	14
Açudes particulares :			
Construídos ou reconstruídos . . .	10	19	9
Em construção	18	24	24
Projectados	225	265	48
Estudadas	611	634	13
Estradas de rodagem :			
Construídas ou reconstruídas . . .	2	2	—
Projectadas	9	10	1
Estudadas	10	11	1
Barragens submersiveis :			
Construídas ou reconstruídas . . .	—	6	6
Em construção	—	1	1
Estudadas	27	27	—
Em estudos	4	4	—

Poços perfurados:

Públicos	193	235	75
Particulares	124	200	168
Estações pluviométricas.	303	334	31

CORREIOS

Receita:

Em 1914	10.214.450\$785
Em 1917 (apurada até 31 de dezembro). . .	9.412.536\$615

Despesa:

Em 1914	22.749.930\$396
Em 1917	19.266.455\$733

Agências:

	1914	1917
Especiais.	3	3
De 1ª classe.	43	46
De 2ª >	211	211
De 3ª >	970	974
De 4ª >	2.376	2.369
	3.603	3.603

Linhas existentes em 31 de dezembro:

De 1914	2.157
De 1917	2.439

Percorso kilometrico de estafetas e conductores:

Em 1914	31.846.275
Em 1917	31.590.469

TELEGRAPHOS

Receita:

Em 1914	11.403.075\$435
Em 1917	17.293.351\$180

Despesa:

Em 1914	20.685.144\$822
Em 1917	19.367.369\$513

Estensão de linhas:

	Estensão em metros	Desenvolvimento dos conductores
Em 1914	36.472.848	68.032.225
Em 1917	39.645.692	72.659.110

Número de estações:

Em 1914	752
Em 1917	807

Telegrammas transmittidos:

	Número de telegrammas	Número de palavras
Em 1914	3.974.562	77.631.231
Em 1917	4.082.575	93.161.690

AGUAS

Receita:

Em 1914 (inclusive E. de F. Rio do Ouro)	5.571.850\$597
Em 1917 (* * * * *)	7.132.779\$710

Despesa:

Em 1914 (inclusive E. de F. Rio do Ouro)	3.911.963\$600
Em 1917 (* * * * *)	4.008.847\$720

Número de pennas d'agua:

Em 1914	88.912
Em 1917	92.372

Média diaria do fornecimento d'agua :

	Litros
Em 1914.	216.323 451
Em 1917.	231.328.549

Estensão das canalizações adductoras e distribuidoras :

Em 1914.	1.408.776m,55
Em 1917.	1.501.679m,86

Esgotos

Foram esgotados nos tres ultimos annos 3.276 predios, embora a diferença que se nota, comparando os algarismos officiaes de 1914 (69.846) e 1917 (70.993), seja apenas de 1.147. O facto se explica pelas deduções feitas sobre o primeiro algarismo em consequencia da revisão a que se procedeu por occasião do lançamento effectuado para a cobrança da taxa sanitaria.

Illuminação

No trienio, foram illuminadas a gaz mais 17 ruas e travessas e á electricidade 36, devendo ser ainda algumas durante este anno. A rede de canalização a gaz foi aumentada de 12.503 metros e a distribuição de energia electrica de 856.363 metros. A rede de canalização de electricidade para servir a illuminação particular foi accrescida de 130.580 metros. A verba para esse serviço manteve-se a mesma durante os tres annos, sendo aumentada apenas no corrente exercicio de 40:000\$, ouro, e 40:000\$, papel. A despesa com o pessoal da Inspectoría era, em 1914, de 280:980\$, e é actualmente de 223:017\$500.

A seguir encontrareis as informações relativas a cada um dos diversos serviços do Ministerio em 1917.

Inspectoría das Estradas

A Inspectoría Federal das Estradas tem a seu cargo a fiscalização dos serviços do tráfego, construção e estudos das estradas de ferro concedidas pelo Governo Federal e arrendadas, que assim se discriminam :

	Kms.
Em tráfego.	14.792,737
Em construção	4.576,610
Total	19.369,347

Os estudos definitivos de novas linhas aprovados pelo Governo atingem o total de 5.047^{km}, 217.

Durante o anno de 1917 os serviços do tráfego foram acrescidos de novos trechos, na extensão de 462^{km}, 797.

O decreto n. 12.490, de 31 de maio de 1917, alterou em algumas pontos o Regulamento da Inspectoria, no sentido de melhor attender aos serviços de expediente e da contabilidade, sem augmento de despesa e modificou convenientemente a repartição das linhas e rôdes ferro-viarias pelos diversos Districtos e Fiscalizações, cujo numero continua a ser de 9 e 5, respectivamente, supprimida a Fiscalização Especial da Estrada de Ferro de Theresopolis.

A medição final das obras da Estrada de Ferro Madeira-Moré, necessaria para o seu recebimento definitivo, deverá ser realizada no correr deste anno. Dependia da concessão do credito pedido em mensagem de 23 de junho de 1915, cuja abertura só agora foi autorizada pelo Congresso, na conformidade do disposto no art. 130, n. LIX, da lei n. 3.454, de 16 de janeiro de 1918.

O tráfego provisório dos 45 kilómetros da Estrada de Ferro Tocantins, entre Alcobaça á Praia da Rainha e Breu Branco, constituído principalmente pelo transporte de castanha, é muito precário, dando logar a constantes "deficits".

Os trabalhos de construção proseguem com morosidade, não havendo esperanças que seja atingido em breve o kilometro 100, a partir de Alcobaça, que fica acima da cachoeira de Itaboca, o que seria de grande alcance, pois a exportação dos productos dessa região trará considerável incremento ao tráfego da estrada.

As condições sanitárias da zona percorrida pela estrada têm sido consideravelmente melhoradas, tanto que há um anno não se registra um só óbito por impaludismo.

A estrada de ferro S. Luiz a Caxias tem 251^{km}, 945 com trilhos assentados e 118^{km}, 996 prompts em quasi sua totalidade para receber trilhos. Entretanto, nenhum dos trechos se acha em condições de ser recebido pelo Governo para ser trafegado. Ha obras d'arte que precisam ser consolidadas, pois não oferecem a necessária segurança, conforme o resultado da inspecção feita por uma commissão técnica nomeada pelo Governo; ha grandes estensões de terraplenagem que foram em parte muito damnificadas pela grande enchente do anno passado. Demais, os serviços de conservação das obras feitas no grande trecho entre Rosario e Caxias, 300 kilómetros, acham-se abandonados por parte da empresa constructora.

A' vista desses factos e considerando que com a construção dessa linha ferrea, aquisição de trilhos e material rodante o Governo já despendeu, até 31 de dezembro de 1917, a elevada somma de 35.181:142\$708, estando esgotado, desde 24 de novembro de 1914, o prazo, em prorrogação, para a conclusão das obras, foi expedido o decreto n. 12.802, de 9 de janeiro ultimo,

em observância ao decreto legislativo n. 3.454, de 6. de janeiro, art. 152, intimando a Companhia da Estrada de Ferro S. Luiz a Caxias a concluir as obras restantes e reconstruir a linha abandonada dentro do prazo de seis meses, sob pena de rescisão do contracto.

No caso de decretar-se a rescisão, o Governo concluirá o serviço por administração.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte tem actualmente aberta ao tráfego a estensão de 151^{km}, 438, entre Natal e Lages, e em construção o ramal de Macau, em toda a sua extensão de 80 kilómetros, a partir de Lages, em direcção a Caicó.

Até 30 de novembro foi despendida com a construção dessa estrada a importânciade 30.607:294\$769.

Os serviços de construção prosseguem com muita morosidade e sem que se possa prever qualquer inauguração durante o corrente anno.

O contracto vigente não estabeleceu prazo para a conclusão dos serviços dos trechos em construção e a Companhia empreiteira não demonstra interesse pela inauguração dos trechos de Lages a Recanto, nem de Lages a Macau, com os quais o Governo tem despendido importânciade 10.000:000\$000

A semelhança do que fez o Congresso em relação à Companhia São Luiz a Caxias, será conveniente marcar-se um prazo para a conclusão dos trechos que estão atacados.

Pelo decreto n. 12.764, de 19 de dezembro do anno proximo findo, foi autorizado o contracto com a "Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien", arrendatária da rede de viação ferrea federal da Bahia, para a encorporação da estrada de ferro Centro Oeste da Bahia á mesma rede de viação e a construção de seu prolongamento até entroncar com o ramal da Feira de Sant'Anna.

Para ocorrer ao pagamento da encampação desta estrada, nos termos da lei n. 3.337, de 5 de setembro de 1917, foi aberto, pelo decreto n. 12.765, de 19 de dezembro de 1917, o credito de 2.500:000\$ em apólices.

Foram definitivamente liquidadas as contas com o constructor da Estrada de Ferro do Timbó a Propriá, sendo-lhe restituídas as cauções feitas no Thesouro, a que era obrigado pelo seu contracto e por se achar vencido o prazo de sua responsabilidade na conservação das obras.

Despendeu-se com a construção da linha de Timbó a Propriá e o ramal de Murta a Capella a importânciade 24.029:536\$453, o que dá para custo kilometrício a quantia de 67:309\$620.

Esta estrada foi concluída em 1915 e encorporada á rede de que é arrendatária a "Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de l'Est Brésilien", de acordo com o seu contracto.

Esta companhia, pela clausula viii do contracto de 15 de abril de 1911, é obrigada construir e a entregar ao tráfego, pelo

menos, 200 kilometros das linhas contractadas, dentro de dous annos, contados da data do inicio da construcção das mesmas ; e, posteriormente, no minimo, 250 kilometros em cada anno seguinte.

Da linha de Bomfim á Sítio Novo, cujos trabalhos de construcção foram começados a 15 de novembro de 1912, só foram inaugurados os trechos de Bomfim a Pindobassú, com a estensão de 45^{km},653, e o ramal de Campo Formoso, com a estensão de 9^{km},905.

O trecho de Pindobassú a Saúde, com a estensão de 30 kilometros, está prompto e aguardando providencias para a respectiva inauguração.

Assim, são decorridos quasi cinco annos, contados do inicio de sua construcção e ha em trâfego apenas a estensão de 55^{km},558.

Nos outros trechos em construcção, taes como: Machado Portella a Carinhanha, Bandeira de Mello a Brotas, Theophilo Ottoni a Tremedal, os respectivos trabalhos foram iniciados em dezembro de 1912 e maio de 1913, sem que tivesse sido entregue ao trâfego qualquer estensão de linha.

Foram concluidos os trabalhos de reducção das bitolas das estradas de ferro Babia ao S. Francisco, Central da Bahia e ramais, ficando todas estas linhas reduzidas á bitola de um metro, e com a estensão de 451^{km},974 inclusive desvios e linhas auxiliares.

Tendo-se multiplicado os desastres de trens na Rêde de Viação da Bahia, em consequencia do mau estado das linhas e do material, impôz o Governo algumas multas á Companhia arrendataria e mandou proceder a uma inspecção extraordinaria das estradas a seu cargo, de accordo com a clausula xxxix do contracto em vigor.

Aos 16 dias do mez de julho do anno passado foi assignado o termo modificativo do contracto de 29 de setembro de 1916, celebrado com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz.

Esta modificaçao no contracto foi autorizada pelo decreto n. 21.530, de 28 de junho de 1917, tendo em consideração o fundamento da decisão de 19 de outubro de 1916, pelo qual o Tribunal de Contas deixou de mandar registrar o termo de contracto de 29 do mez anterior, celebrado de accordo com o decreto n. 12.183, de 30 de agosto do mesmo anno ; e à vista das informações sobre o saldo efectivo do empréstimo de 100.000.000 de francos, emitidos na conformidade da autorização constante do decreto n. 7.877, de 28 de fevereiro de 1910.

O Governo, pelo decreto n. 18.746, de 12 de dezembro de 1917, e em virtude da autorização que lhe conferiu o art. 75, XIII, da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, resolveu encampar a Estrada de Ferro de Bauru a Itapura e encorporá-la á Estrada de Ferro Itapura a Corumbá. O preço da encampação será de 14.681.024\$568, ouro, reconhecido como applicado na construcção

da dita estrada, reduzindo-o a papel pela média da taxa cambial verificada pela Camara Syndical de Corretores, no primeiro semestre do anno de 1917, e tornando efectivo o pagamento em apolices, papel, da dívida publica interna, juros annuaes de 5 %, ao typo de 85 %.

Pela encorpção dessa Estrada á Estrada de Ferro Itapura a Porto Esperança, pertencente ao Governo, fica constituída uma estensa linha, cujo trafego serve a uma rica região, numa extensão de 1.273^{km},480, desde Baurú a Porto Esperança, tornando possível cuidar-se em tempo opportuno do seu prolongamento de Porto Esperança a Corumbá e, deste ponto, pela Bolivia, em demanda de um porto do Pacifico.

Pelo decreto n. 12.478, de 23 de maio de 1917, contractou o Governo com a Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande a construção e arrendamento do trecho, pertencente á Estrada de Ferro S. Francisco a Porto Alegre, partindo do Tubarão até o distrito de Araranguá, passando por Crissiumá, para servir ás jazidas de carvão de Santa Catharina.

De acordo com a autorização constante das letras *c* e *d* do art. 77 da lei de orçamento n. 3.232, de 5 de janeiro do anno passado, a despesa com a construção desta linha deverá ser feita por conta dos creditos que serão oportunamente abertos.

Com o fim de facilitar a exportação do carvão do valle do rio Peixe, contractou o Governo com a mesma Companhia, pelo decreto n. 12.479, de 23 de maio do anno passado, a construção de uma linha ferrea que, partindo do ramal de Paranapanema, vá ter ás jazidas de carvão da Barra Bonita e rio do Peixe, no Estado do Paraná.

De acordo com o decreto n. 12.491, de 31 de maio, decorrente da mesma autorização, foi tambem contractada a construção do prolongamento do ramal de Paranapanema, desde S. José até Ourinhos, ficando a referida Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande obrigada a entregar ao trafego, dentro de um anno, a contar do inicio da construção, o trecho entre S. José e Colonia Mineira.

Em virtude deste contracto, a Companhia reembolsará o Governo de todas as importâncias pagas, nos termos da clausula IV do citado decreto e, caso não o faça, caducará a concessão em vigor de todo o ramal, de Jaguariahyva a Ourinhos, que ficará pertencendo ao Governo, e, bem assim, o respectivo material fixo e rodante.

Usando da autorização que lhe foi conferida pelo art. 86 da lei n. 3.232, dc 5 de janeiro do anno passado, foi celebrado pelo Ministerio da Viação com a Companhia do Porto e Estrada de Ferro Nordeste de S. Paulo, sem onus algum para a União, o contracto para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro que, partindo de Ubatuba e passando por Taubaté, Estado de S. Paulo, termine em Paraisópolis, no Estado de Minas Geraes.

A conservação das linhas que constituem a R&de Sul-Mineira, bem como as suas condições de tráfego, deixam muito a desejar. Pela inspecção extraordinária que nelas foi feita, verificou-se a necessidade de serem executadas varias obras dentro dos prazos que foram marcados, o primeiro dos quais terminou em 31 de dezembro último. De acordo com as clausulas do contrato, o Governo adoptará as medidas que se tornarem necessárias para que o tráfego seja normalizado.

A construção das linhas estratégicas, que tinham sido contractadas com João Corrêa & Irmão e Banco da Província do Rio Grande do Sul, foi suspensa em virtude do decreto n. 11.691, de 25 de agosto de 1915, limitando-se o empreiteiro a concluir os trechos de S. Pedro a Jaguary e de Santiago ao km. 20, que já se achavam muito adiantados. Havendo os empreiteiros cumprido as clausulas do seu contrato, e já tendo decorrido o prazo de conservação das linhas a que eram obrigados, foram indemnizados da importância dos trabalhos executados, sendo-lhes restituídas as cauções do contrato.

O Governo providenciou logo para tornar efectivo o tráfego dessas linhas, procurando firmar com a "Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil" um contrato de tráfego provisório e encorparando-as na rede de que é arrendataria a referida companhia, mediante bases que estão sendo estudadas pelo Governo e pela Companhia.

A situação da Empresa Constructora, a cujo cargo está a construção das linhas de Alegrete a Quaraby, S. Sebastião a Sant'Anna do Livramento e Basílio a Jaguarão, em nada se modificou durante o anno próximo findo. Os trabalhos continuaram paralysados, limitando-se a Empresa à conservação dos trechos em construção.

Tendo-se manifestado em outubro de 1917 graves perturbações da ordem nas linhas arrendadas à "Compagnie Auxiliaire", cujo pessoal se declarara em greve, resolveu o Governo enviar em comissão um engenheiro da Inspectoría, afim de que, em companhia de membros da administração superior dessa Companhia, estudasse "in loco" as circunstâncias e motivos daquelle movimento subversivo, tendo conseguido, assim, restabelecer a normalidade do tráfego.

Pela Inspectoría Federal das Estradas foram requisitados pagamentos em apólices por conta da emissão autorizada pelo decreto n. 12.159, de 9 de agosto de 1916, no total de..... 12.069.620\$000.

Por conta do saldo existente no Banco do Brasil e na "Caisse Commerciale et Industrielle", em Paris, do producto do empréstimo de frs. 60.000.000, autorizado pelo decreto n. 8.794, de 21 de junho de 1911, cujo valor líquido ficou reduzido a frs. 49.800.000, foi paga, em dinheiro, à Viação Ferrea da Bahia a importância de 2.911.882\$348.

Por conta do credito de 5.000:000\$, aberto pelo decreto n. 12.646, de 12 de setembro de 1917, foi paga, tambem em dinheiro, á Companhia Estrada de Ferro S. Paulo-Rio Grande — prolongamento do ramal de Paranapanema — a quantia de 8.412\$988.

A estensão total das linhas que constituem a Estrada de Ferro Central do Brasil era, em 31 de dezembro de 1917, de 2.350^{km}.377, assim distribuidos :

	Kms.
Bitola larga, de 1 ^m .60.	1.061,134
+ estreita, de 1 ^m .98	1.225,910
+ mixta.	<u>63,303</u>
Total	<u>2.350,377</u>

e em construção:

Ramal de Parameba (bitola larga).	56,642
Barbosa Gonçalves a Santa Rita de Jacutinga (bitola estreita).	<u>10.000</u>
Total.	<u>66,642</u>

Proseguiram com regularidade os trabalhos de lastramento da linha com pedra britada e cascalho, e os referentes ao cadastro da linha e da carta geral da Estrada, sendo reduzidos detalhes da de Pirapora a Belém e iniciado o desenho da carta provisoria na escala de 1/1.000.000. O serviço dos transportes foi feito em geral com bastante regularidade, apesar da escassez de material rodante na parte referente ao transporte de viajantes. Ainda não estão apurados todos os dados estatisticos do exercicio de 1917, mas já se pôde afirmar ter-se verificado um grande augmento na massa geral de mercadorias transportadas e que, sem computar a grande parcela do minereo de manganez, pôde ser calculado em cerca de 20% o accrescimo sobre o exercicio de 1916, o qual representa mais 45% sobre o de 1915.

O transporte de minereo de manganez foi feito com grande intensidade e com perfeita regularidade, bastando dizer que no exercicio foram transportadas 568.883 toneladas, o que demonstra um augmento de mais de 29% sobre a tonelagem transportada em 1916.

Em virtude do sempre crescente preço do material, notadamente do combustivel, a Directoria da Estrada, em obediencia á disposição da lei orçamentaria, viu-se obrigada a propor o augmento de 20% no preço dos transportes, medida que foi posta em vigor em 5 de junho de 1917. Foram excluidos pelo Governo, dessa taxa addicional, os generos de pequena lavoura, os cereaes e as passagens para os trens de suburbios e pequeno percurso. A tarifa para o minereo de manganez foi modificada desde 17 de abril de 1917, com a adopção de base diferencial, que dava, para o percurso médio de 500 kilometros, a taxa de 15\$ por tonelada, assim como a da lenha, desde 1 dezembro do mesmo anno, foi

elevada de cerca de 28%, tambem obedecendo ao criterio do sistema diferencial. A taxa adicional de 20%, tendo attingido o minereo de manganez, passou este a pagar 18\$ em 500 kilometros.

A receita total da Estrada, no anno de 1917, elevou-se a 55.645:740\$, ou, sejam, mais 9.444:066\$ que em 1916, assim discriminada:

Renda de trafego	55.181:6148000
Renda acessoria.	483:4884030
Renda fatica	660\$000

Até o presente, a despesa de custeio escripturada sobe a 72.685:500\$, sendo 34.880:900\$ com pessoal e 37.804.600\$ com material.

Na verba material está incluida a parcella de 28.483:730\$ de combustivel e na de pessoal a de 3.121:400\$, relativa ao pagamento de domingos e feriados ao pessoal jornaleiro.

A 23 de abril foram iniciados os serviços de construção das fundações da Uzina de Pulverização de Carvão da Barra do Pirahy, tendo ficado concluida a montagem da mesma Uzina em 22 de agosto de 1917. A primeira experiencia de utilização de carvão pulverizado realizou-se em 23 de agosto com a locomotiva n. 273, sendo excelente o resultado alcançado. A partir daquelle data foram sendo empregadas sucessivamente no serviço do trafego todas as locomotivas providas dos apparelhos apropriados, de modo que, em 31 de dezembro de 1917, já estavam em serviço todas as 12 locomotivas adquiridas nos Estados Unidos, sendo despendidos 1.941:486\$ com a aquisição das citadas 12 locomotivas e com a montagem da Uzina.

Devido à circunstancia de não ter a Estrada conseguido fornecimento de carvão em quantidade apreciavel, o serviço vem sendo feito com carvão americano pulverizado.

A Estrada possue actualmente em serviço 245 locomotivas apropriadas ao consumo de lenha, 12 para carvão pulverizado, 26 a óleo combustivel e 198 para carvão.

Proseguiram, com actividade, os trabalhos de construção do prolongamento da bitola larga para Belo Horizonte pelo valle do Paraopeba, tendo sido inaugurados e entregues ao trafego 86,358 metros.

A despesa, já escripturada, com este serviço no exercicio de 1917, importou em 3.088:034\$, sendo 1.279:825\$ com pessoal e 1.808:209\$ com material.

A estensão das linhas em trafego na Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 31 de dezembro de 1917, era de 1.768km,247, sendo 208km,000 de navegação fluvial e 1.560km,247 de linhas ferreas, das quaes 722km,717 com bitola de 0",76; 822km,962 com bitola de 1",0 e 14km,568 com bitola mixta.

Os serviços de tráfego correram com a desejada regularidade, tendo sido reaberta a estação de Joaquim Leite e criada e aberta, na linha do Centro, a estação de Coqueiros, situada no kilometro 172,600.

A despesa por conta da verba orçamentaria importou em 4.438:472\$420, elevando-se a receita a 5.172:892\$449, resultando um saldo de 734:420\$029, cifras essas ainda susceptíveis de pequenas modificações decorrentes de alguns dados ainda a apurar durante o periodo adicional estabelecido para o encerramento do exercicio.

Pelos empreiteiros Humberto Saboia & C^a, foram concluidas diversas obras, entre elles todas a da linha de Divinópolis à Estrada de Ferro Goyaz, as officinas de machinas, com exclusão dos fornos de fundição, dos martelos e do compressor, cuja conclusão depende da vinda do material, já encommendado e ainda não recebido por motivo das difficultades de transporte oriundas da actual guerra ; e o grupo de casas destinadas aos operarios.

Ficaram por concluir durante o corrente anno : as officinas de carros, a rede de esgotos, o accrescimo da estação de Divinópolis e o edifício para a pharmacia dos operarios. Essas obras a realizar deverão estar terminadas em setembro do corrente anno, de acordo com o prazo marcado no decreto n. 12.805, de 9 de janeiro transacto.

Os serviços executados durante o anno importam em.....
1.199:220\$380.

Com as diferentes obras complementares na linha de Belo Horizonte, da empreitada de Emilio Schnoor, foi despendida em 1917 a quantia de 1.313:966\$483, devendo todos os serviços dessa empreitada ficar promptos este anno.

Com a normalização da vida política no Estado de Matto Grosso e o restabelecimento da ordem publica, cuja alteração em 1916 chegara a perturbar sensivelmente o seu desenvolvimento economico, a Itapura a Corumbá apresentou os mais animadores resultados. A sua renda, que vinha crescendo de anno para anno, alcançou elevada cifra que, si ainda está aquem da despesa, demonstra todavia que dentro de poucos annos a estrada poderá ter uma receita compensadora. Aliás, as vantagens que o Paiz tem obtido com a exploração da estrada, nesses tres annos de difficultades de toda sorte, já compensam as despesas feitas com a sua construcção. Além de ter encaminhado todo o intercambio commercial de Matto Grosso para o proprio Paiz, libertando-o da sujeição em que estava ás praças do Rio da Prata, veio permitir que aquella longínqua região possa contribuir agora com os seus recursos, que já começam a ser explorados, para attenuar as difficultades com que luta a Nação, o que não se verificaria si ainda estivesse sujeito á escassa e difícil navegação fluvial pelo rio Uruguay.

As dificuldades decorrentes da travessia do rio Paraná cesarão em breve com a conclusão da ponte, cuja construção foi iniciada no anno passado.

A importancia total arrecadada e a arrecadar pela estrada em 1917 elevou-se a 1.358.798\$748, sendo tambem arrecadada a importancia de 44.033\$450, proveniente de impostos já recolhidos ao Thesouro Nacional, ou seja um total de 1.402.832\$198.

A renda da estrada nos quatro annos de sua exploração foi a seguinte:

1914	557.843\$560
1915	738.710\$555
1916	1.027.813\$079
1917	1.402.832\$198

A despesa em 1917 foi superior á de 1916, o que é consequencia natural do augmento do movimento de transporte.

A verba consignada no orçamento foi de 2.682.000\$, sendo 2.185.017\$500 para pessoal e 496.982\$500 para material. Para material foi aberto um credito supplementar na importancia de 715.000\$000.

O movimento do trafego accusa um augmento consideravel de transporte, bem como de passageiros.

A exiguidade da consignação para aquisição de dormentes não permitiu que fosse feita a substituição dos mesmos em grande escala, como reclama o estado da linha e a segurança do trafego. Todavia a substituição foi feita com o maximo cuidado e parcimonia para suprir essa deficiencia.

O consumo de lenha, unico combustivel empregado para a tracção, foi sensivelmente superior ao do anno anterior devido ao augmento do trafego, mas a estrada continuou a pagar os mesmos preços, embora em outras zonas tenha havido grande alta.

A Rêde de Viação Cearense, constituída pelas Estradas de Ferro de Baturité e Sobral, foi arrendada á "South American Railway Construction Company, Limited", por decreto de 4 de fevereiro de 1910, para a exploração, não só da parte em trafego das alludidas estradas, como para a construção de outras linhas.

Tendo o Tribunal de Contas recusado registro ao contracto firmado em 4 de fevereiro de 1910, procedeu-se á revisão do mesmo, de acordo com o decreto n. 8.711, de 10 de maio de 1911.

Não cumprindo a Companhia arrendataria as obrigações e deveres estabelecidos nesse contracto, foi elle rescindido por decreto n. 11.692, de 25 de agosto de 1915, passando, a partir de 1º de setembro do mesmo anno, essa rēde de viação a ser administrada pela União, sob a direcção do então 2º Distrito da Inspectoria Federal das Estradas.

Em 31 de dezembro do anno findo, a estensão da mesma rēde era de 2.567km, 102, sendo em trafego 876km, 439; em con-

strucção, 80^{km},598; em construção paralysada, 43^{km},400; com estudos aprovados, 1.076^{km},665; e explorados ou reconhecidos, 490^{km},000.

A parte em tráfego comprehende:

Estrada de Ferro da Baturité:	Kms.	Kms.
De Fortaleza a Lavras	488,617	
Ramal da Maranguape	7,246	
» d'Alfandega	2,900	
» de Fortaleza a Soure	19,600	517,763
<hr/>		
Estrada de Ferro de Sobral:		
De Camocim a Poty	358,679	
Total.	<u>876,439</u>	

A receita durante o anno de 1917 importou em 2.845:146\$868 e a despesa em 1.839:184\$666, resultando um saldo de... 1.005:962\$202.

O serviço de transporte foi feito, em geral, com relativa regularidade, não obstante a deficiencia do material rodante e, sobretudo, do de tração.

Além dos trechos já encorporados no tráfego em 1916, numa extensão total de 73^{km},757; foram inaugurados e igualmente entregues ao tráfego, durante o anno de 1917, 42^{km},580 de linha, sendo: o ramal de Fortaleza a Soure, com 19^{km},600, inaugurado no dia 12 de outubro, e de Cedro a Lavras, com 22^{km},980, inaugurado em 1º de dezembro, ambos na Estrada de Ferro de Baturité.

Os trabalhos de construção prosseguiram durante o anno sem interrupção, sendo atacados os seguintes trechos: na Estrada de Baturité, de Lavras em diante, 30^{km},000; na de Sobral, o trecho de Poty-Ibiapaba, 15^{km},798; e na Estrada de Ferro de Amarração a Campo Maior, de Amarração em diante, 34^{km},800.

A construção da Estrada de Ferro Cruz Alta à Foz do Ijuhy continuou a cargo do 3º Batalhão de Engenharia até a do mez de janeiro do corrente anno, data em que, por motivo da transformação desse corpo em Batalhão Ferro-Viário, sob o n.º 6, da mesma arma de Engenharia, passou a ficar sob a incumbência do Batalhão Ferro-Viário.

Durante o anno findo procedeu-se ao assentamento da linha até a Villa de Santo Angelo, sendo preparados 21^{km},460 de superestrutura, montadas três pontes metálicas respectivamente de 20, 40 e 15 metros de vão e concluidos os edifícios para estação e armazém "Rio Branco", situados no km. 75,5.

Para completa regularidade do trecho entre as estações de Rio Branco e Santo Angelo falta apenas acabar o trabalho de alvenaria da ponte sobre o arroio Santa Barbara, no km. 100, e o assentamento da ponte que já está armada, sendo que a travessia desse curso d'água é feita actualmente por uma passagem provisória.

Superintendidos pela Inspectoría Federal de Portos, Rios e Canaes, auxiliada pelas Fiscalizações e Comissões Administrativas, continuaram os serviços de portos de mar, quer de construção, quer de exploração, sendo, devido à deficiencia das respectivas consignações orçamentarias, reduzidos os trabalhos feitos administrativamente, que consistiram quasi que na conservação dos melhoramentos introduzidos e na do material existente para o serviço.

Continuando as razões de força maior, invocadas pela Companhia "Manáos Harbour", cujas obras deviam terminar em 31 de dezembro de 1917, o Governo, por decreto n. 12.689, de 24 de outubro de 1917, fixou a data de 31 de dezembro de 1918 para terminação das obras do porto de Manáos, não tendo sido executada nenhuma obra nova durante o anno de 1917. O capital reconhecido até 31 de dezembro de 1916 é de 18.408:316\$333, papel.

O capital da Companhia "Port of Pará", reconhecido em 31 de dezembro de 1916, é de 60.623.692\$206, ouro, não soffrendo alteração em 1917. A renda bruta em 1917 foi de 2.498:585\$862, ouro.

No porto do Recife proseguiram os serviços de construção e melhoramentos. Achando-se construído e apparelhado um trecho de cães de oito metros d'água, com cerca de 800 metros de extensão, foi, pelo art. 87 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, e edital de 7 de agosto do mesmo anno, aberta concurrencia para a exploração commercial do referido trecho, não tendo sido, entretanto, assignado contracto com nenhum dos proponentes.

Foram diminutas as obras realizadas no porto da Bahia pela Companhia concessionaria, cujo capital reconhecido em 30 de junho de 1916 é de 20.073:212\$473, ouro, estando alli em tráfego 925 metros de cães de 8^m,o, importando em 3.157:215\$990, ouro, a renda bruta arrecadada em 1917.

A Companhia Docas de Santos fez diversos melhoramentos no porto de Santos, entre os quaes sobressaem os novos armazens. A renda bruta em 1916 foi de 16.895:280\$280, papel.

Pelo decreto n. 12.414, de 14 de março de 1917, foi aprovado o projecto para as obras e melhoramentos do porto de Paranaguá e seus canaes de acesso e, pelo decreto n. 12.477, de 23 de maio do mesmo anno, foi dada ao Estado do Paraná autorização para construção das obras constantes dos planos e orçamentos aprovados, uso e gozo das mesmas obras, de conformidade com as clausulas que baixaram com o mesmo decreto. A respectiva comissão limitou-se a dar execução a alguns trabalhos de escritorio, compilação de dados estatisticos do movimento marítimo e commercial do porto, observações meteorologicas e conservação do seu material.

A "Compagnie Française" continuou a dar execução aos trabalhos de melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul, que já oferece à navegação dous canaes, um a Oeste, com oito metros, e

outro, a Leste, com 7^{ma}, 60. A renda da Companhia, em 1917, foi de 775:602\$471, ouro.

A renda, papel, arrecadada pela Inspectoría Federal de Portos, Rios e Canaes, pertencente ao exercício de 1917 e recolhida ao Thesouro Nacional, foi a seguinte :

— Arrecadada e recolhida pela Thesouraria da Inspectoría	512:364\$740
— Quotas de fiscalizações recolhidas ao Thesouro Nacional com guias da Con- tadoria	333:000\$000
— Taxa de um real recolhida pela Alfau- radora desta capital	237:547\$893
— Arrecadada e recolhida pela "Companhie du Port de Rio de Janeiro" por meio de guias da Contadaria a parte referente ao Governo.	2.849.714\$257
Renda total, papel, arrecadada, recolhida ao Thesouro Nacional e que deve ser cre- ditada à Caixa Especial de Portos . . .	4.093.063\$637

A thesouraria da Inspectoría arrecadou e recolheu ao Thesouro Nacional impostos de montepio e de vencimentos do exer-
cício de 1917 na importancia de 175:223\$791.

A Companhia arrendataria do Câes do Porto do Rio de Ja-
neiro arrecadou no anno de 1917 a renda bruta de 7.171:472\$837,
sendo a parte do Governo 4.107:170\$944. Desta parte lhe foi
descontada a importancia de 847:038\$517 de despesas effectuadas
pelas repartições do Governo que, assim, são devedoras dessa
importancia á Caixa Especial de Portos.

A escassez crescente da tonelagem mercante mundial, por
efecto de perdas de guerra e requisições para fins militares, occa-
sionando a suppressão de grande numero de viagens dos navios
estrangeiros aos portos do Paiz, e, por outro lado, o notável
augmento da nossa produçao exportavel, determinaram em 1917
a realização de maior numero de viagens de longo curso pelos
vapores nacionaes.

A Companhia Commercio e Navegação, que, em 1915, iniciara
o trafego de seus vapores para a Europa, com viagens para portos
suicos, manteve no anno transacto grande parte da sua frota,
constituída pelos navios de maior tonelagem, em viagens entre
Río, Santos e portos franceses.

Por accidentes de guerra, perdeu a Companhia, totalmente,
tres unidades, "Paraná", "Tijuca" e "Guahyba", ficando ava-
riado o "Taquary", ora em reparos em porto inglez.

O Lloyd Brasileiro, mantendo o trafego para os portos norte
e sul-americanos, iniciou no anno findo viagens para portos euro-
peus, a principio com navios de sua frota e, posteriormente, com
alguns dos vapores alemães utilizados pelo Governo, destes per-
dendo-se totalmente o "Acary" por accidente de guerra.

Por essa mesma Empresa foi realizada, a titulo de experiençia,
uma viagem para portos chilenos.

Além dessas duas Companhias, realizou também o Lloyd Nacional viagens para Genova, tendo aumentado a sua frota com a aquisição e reconstrução de navios adquiridos no Paiz.

Por acidente marítimo perdeu essa Empresa o vapor "Campista".

Do quadro a seguir consta o movimento de transportes realizados pelo Lloyd Brasileiro e Companhia Comércio e Navegação, em viagens de longo curso, não tendo sido obtidos os dados do Lloyd Nacional, que não tem relações contractuais com o Governo:

Exportação — De portos nacionais para :

	Número de volumes	Peso em kilos	Fretes
Portos europeus	1.360.081	30.901.637	31.103.028\$927
- norte-americanos	1.530.433	65.384.269	7.926.490\$000
- sul-americanos	2.491.220	109.245.003	4.640.054\$500
Total	5.381.734	205.430.904	43.754.583\$427

Importação — Para portos nacionais, de :

	Número de volumes	Peso em kilos	Fretes
Portos europeus	78.068	9.593.000	642.632\$000
- norte-americanos	931.608	68.316.383	9.672.645\$000
- sul-americanos	1.951.821	125.824.888	5.943.658\$720
Total	2.937.595	201.339.271	16.158.733\$720

Total do tráfego :

	Número de volumes	Peso em kilos	Frete
Portos europeus	1.438.747	30.169.637	31.751.533\$927
- norte-americanos	2.425.091	135.230.652	17.860.125\$000
- sul-americanos	4.445.541	235.069.896	10.592.323\$220
Total	8.309.379	460.833.185	69.113.217\$147

Distribuiu-se esse movimento de transporte pela seguinte forma :

Lloyd Brasileiro	8.850.071	330.722.320	32.550.734\$000
Companhia Comércio e Navegação	1.359.308	91.027.665	27.682.583\$147
Total	8.309.379	460.833.185	69.113.217\$147

Os transportes por cabotagem, discriminados por companhias, foram os seguintes :

	Número de volumes	Peso em kilos	Frete
Lloyd Brasileiro	6.513.271	304.740.277	22.909.923\$000
Companhia Nacional de Navegação Costeira	8.018.116	332.635.101	19.348.001\$935
Companhia Comércio e Navegação	309.399	31.779.893	3.334.593\$179
Companhia Navegação S. João da Barra e Campos . .	538.091	37.431.000	1.005.699\$630
Empresa Brasileira de Navegação	158.710	16.343.538	340.734\$100
Empresa de Navegação Hoepcke	409.563	20.400.110	623.051\$320
Companhia de Navegação do Maranhão	196.082	7.993.473	270.685\$000
Empresa de Navegação Richard Paul	97.447	3.913.681	43.942\$470
	17.071.316	991.532.135	46.926.301\$304

Estabelecido o "contrôle" do Lloyd Brasileiro sobre o serviço de navegação mercante, estiveram encorporadas a essa empresa e por ella administradas as frotas da Companhia Nacional de Navegação Costeira e da Companhia Commercio e Navegação, ficando autonoma a direcção do Lloyd Nacional, também incluído no "contrôle".

Sob esse regimen, foram realizadas várias viagens pelos navios dessas companhias; verificando-se, entretanto, posteriormente, que os resultados obtidos não correspondiam aos fins visados, foi a medida em questão abandonada, sendo entregues á Companhia Commercio e Navegação e á Companhia Nacional de Navegação Costeira os respectivos navios, os da primeira arrendados por contracto ao Lloyd Brasileiro e os da segunda em virtude de termo de acordo celebrado com o mesmo Lloyd, para o que foi autorizada a suspensão provisória do seu contracto, por decreto n. 12.470, de 16 de maio de 1917.

Anteriormente, já havia o Governo, na forma do respectivo contracto, ocupado quatro navios da Companhia Nacional de Navegação Costeira, de nomes "Itatinga", "Itapuhy", "Itaberá" e "Itamaracá", os quais foram entregues ao Lloyd Brasileiro.

Para o pagamento da indemnização prevista no contracto da Companhia, foi estabelecida a quota que cabe a cada um dos navios, calculada pela renda líquida das respectivas viagens nos 12 meses anteriores á ocupação, de acordo com as disposições contractuais.

O movimento de transportes na navegação interior, isto é, dos rios e lagôas, consta do seguinte quadro:

	Número de volumes	Peso em kilos	Frates
"Amazon River Steam Naviga- tions Co"	1.119.984	51.431.240	3.036.105\$000
Lloyd Brasileiro	780.107	36.921.039	1.117.396\$000
Empresa Navegação Nicolaus & Cia.	81.613	2.630.146	600.318\$000
Empresa Viação do S. Fran- cisco.	306.597	9.815.275	383.121\$039
Empresa de Navegação R. P. Brasil	60.018	2.319.491	125.550\$180
Companhia de Navegação Rio Paranábyha.	152.530	5.381.530	219.614\$700
Empresa Fluvial Piauhyense. Companhia Navegação Itajahy- Blumenau	51.009	1.263.983	92.365\$018
Companhia Viação S. Paulo- Matto Grosso.	18.275	659.421	54.351\$000
Companhia Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil . . .	90.489	1.013.496	42.621\$112
Empresa Navegação Baixão S. Francisco	165	23.358	170\$140
Total	3.763.409	118.908.759	5.331.604\$067

Resumindo, obtém-se para o total dos transportes de cargas por longo curso, cabotagem e navegação interior, executados pelo

Lloyd Brasileiro e companhias e empresas fiscalizadas, os seguintes dados :

	Número de volumes	Peso em kilos	Frete
Navegação de longo curso .	8.309.379	460.820.135	60.913.317\$147
+ de cabotagem .	17.971.216	894.532.135	46.926.201\$394
+ interior .	2.765.409	118.068.759	5.831.601\$967
Total	28.045.004	1.473.361.079	112.971.129\$503

O movimento total do trafego do Lloyd Brasileiro e das companhias e empresas de navegação fiscalizadas, comparadamente com o do anno anterior, foi o seguinte :

	1916	1917
Número de viagens redondas.	1.782 3/3	1.911 3/4
Número de milhas percorridas.	3.128.591	3.189.823
Passageiros de 1ª classe	95.731	99.246
Passageiros de 3ª classe	119.631	89.829
Receita de passagens	10.028.553\$817	10.151.433\$129
Número de volumes transportados	25.413.988	28.146.004
Peso de cargas em kilos	1.566.718.002	1.473.361.079
Fretes de cargas	73.491.106\$769	112.971.129\$503
Fretes de animais	170.157\$890	178.301\$970
Consumo de carvão, em kilos.	318.764.872	319.663.916
Consumo de lenha, em kilos .	95.729.125	109.123.305
Consumo de lubrificantes, em litros	400.501	308.200
Consumo de estopa, em kilos .	49.071	46.870
Receitas diversas	101.884\$760	69.554\$390
Receita total	83.793.032\$237	123.373.158\$997

Apesar da realização de maior numero de viagens, houve um decrescimo na tonelagem transportada, devido, principalmente, a não estarem incluidos nos dados estatísticos fornecidos pela Companhia Commercio e Navegação os transportes realizados pelos seus vapores nas viagens de volta da Europa.

Todas as companhias e empresas de navegação fiscalizadas pelo Governo cobraram os respectivos fretes dentro dos maximos das tarifas approvadas; por effeito, porém, do augmento das despesas de custeio, esses maximos foram quasi todos attingidos, tendo sido elevados os fretes convencionaes que eram adoptados, abaixo desses maximos, em virtude da concurrenceia. Apenas á Companhia Nacional de Navegação Costeira foi concedido um augmento provisorio de 30% sobre as tarifas approvadas, enquanto persistir a alta do preço do carvão de pedra, acima de um limite fixado.

Superintendidos pela Inspectoría de Obras contra as Seccas, prosseguiram, no Ceará, os trabalhos de construcção dos grandes açudes publicos "Acarape do Meio" e "Tucunduba", cuja barragem de terra se acha quasi concluida, sendo que o primeiro destes açudes, de alvenaria cyclopica, terá 30 metros de profundidade e 47.000.000 de metros cubicos de capacidade, e o se-

gundo 12 metros e meio de profundidade e 32.000.000 de metros cúbicos de capacidade. Por falta de recursos, não puderam ser continuados os trabalhos do grande açude público "Santo Antônio de Russas", de 28.000.000 de metros cúbicos de capacidade e 11 metros de profundidade. Foi ultimada a construção de um açude particular premiado; prosseguiu, também, sob o regimen do premio regulamentar, a de cinco outros e foi iniciada a de mais um.

No Rio Grande do Norte, ficaram concluidas a barragem submersível do rio Seridó e as obras complementares, que se tornaram necessárias na construída, em 1916, no rio Upanema, prosseguindo a construção de uma barragem submersível no rio Piranhas de quatro açudes particulares. Foram estudados, com vista à construção de um açude público, quatro locaes no valle do rio Upanema.

Na Paraíba foi projectado um açude particular, continuando a construção de um grande açude público.

Na Bahia ficou terminada a construção de um açude público no município de Monte Santo, prosseguindo a de tres outros, também públicos, e, bem assim, a de dous açudes particulares. Também foi projectado o primeiro trecho, com uma estensão total de 74 kilómetros e meio, da estrada de rodagem de Malhada a Caetité, estudado no campo em 1915.

Pela Inspectoría de Obras contra as Secas foram instaladas, em 1917, 19 estações pluviométricas, das quais sete no Estado da Bahia, tres no de Sergipe e nove no do Ceará, sendo uma destas e uma das anteriormente existentes posteriormente suprimidas. O numero total de estações pluviométricas passou, assim, a ser de 334, das quais 23 no Estado do Piauhy; 116, no do Ceará; 45, no do Rio Grande do Norte; 38, no da Paraíba; 28, no de Pernambuco; 19, no de Alagoas; 18, no de Sergipe, e 47, no da Bahia.

Perfuraram-se, em 1917, em 25 municipios da vasta região semi-arida do País, 83 poços, tendo sido apparelhados, com as respectivas obras subsidiarias, 21.

Dos 83 poços alludidos, 23 são públicos e os restantes 60 de propriedade de particulares, na generalidade, de criadores e agricultores.

O numero de poços perfurados pela Inspectoría ascende, actualmente, a 553, sendo 265 públicos e 288 particulares, tendo sido aproveitados, com os melhores resultados, 393, com a vazão horaria média de 3.000 litros.

Durante o anno de 1917 foram expedidas pelas diversas repartições postaes 4.536.187 malas, recebidas 3.825.710, passando em transito 2.754.987.

O movimento de correspondencia foi o seguinte: ordinaria e registrada, postada, 165.574.299; distribuida, 150.196.791 e, em transito, 149.815.588.

O serviço de condução de malas foi desempenhado nas 2.189 linhas existentes, numa estensão de 147.968 kilómetros, por 3.357 conductores e estafetas, que fizeram 424.442 viagens com o percurso de 34.590.469 kilómetros.

Durante o anno foram emitidos 274.420 vales postaes na importancia de 34.695.591\$500, contra 227.042 na importancia de 29.856.132\$ no anno de 1916. Esse serviço deu ao Correio a renda de 314.575\$750.

A renda do Correio, conhecida até 31 de dezembro de 1917, monta a 9.412.536\$515, que adicionada á importancia de cerca de 700:000\$, renda provavel a ser apurada na liquidação do exercicio, atingirá ao total de 10.100:000\$, superior, portanto, em 500:000\$ á renda dos annos de 1915 e 1916.

Neste calculo não estão incluidas as importancias de 30.280\$, renda tambem já conhecida, correspondente á metade do sello de taxa devida por ser escripturada com applicação especial e . . . 389.278\$100 da venda a credito de sellos officiaes ás repartições federaes. Esse augmento verificado em relação aos dous annos anteriores, não obstante a crise economica que atravessamos, o retrahimento interno e externo das nossas relações commerciaes e a cessação absoluta de communicações postaes entre o nosso Paiz e as Nações em guerra contra os nossos Aliados, deve-se á rigorosa fiscalização exercida sobre a arrecadação das rendas postaes.

A despesa conhecida importa em 19.266.485\$783.

Em 1917 foram construídos e encorporados á rede geral dos Telegraphos da União 1.314.113 metros de linhas telegraphicas com o desenvolvimento de 2.218.689 metros.

E, assim, a estensão e o desenvolvimento dessa rede que, em 31 de dezembro de 1916, eram, respectivamente, de 38.331.579 metros e de 70.439.421 metros, estavam elevadas, em 31 de dezembro de 1917, a 39.645.692 e 72.658.110 metros.

Acham-se em construção mais 407.440 metros de conductores e em estudos muitas outras linhas na estensão de 5.516.461 metros, com desenvolvimento provavel de 9.249.885 metros.

Quadro da Rede Telegraphica

Anos	Estensão da linha de postes em metros	Desenvolvimento dos conductores, em metros
1890	11.895.962	20.299.191
1895	16.174.809	37.218.000
1900	21.066.243	41.677.980
1905	26.129.117	49.776.039
1910	31.332.391	57.169.242
1915	37.097.548	67.354.017
1916	38.331.579	70.439.421
1917	39.645.692	72.658.110

Accrescimo por quinquennio

Quinquennios	Na extensão da linha de postes, em metros	No desenvolvimento dos conductores em metros
1890/95.	6.278.847	6.018.806
1895/1900	9.391.634	4.450.980
1900/935	5.932.874	8.098.049
1905/910	5.933.274	7.364.913
1910/915	5.785.457	10.243.885
Média.	5.040.317	7.410.070
1916	1.234.031	3.085.374
1917	1.314.513	3.218.589

A rede telephonica da administração publica, nesta capital e em Petropolis, teve, em 1917, o accrescimo de 4.858 metros no desenvolvimento dos conductores, ficando, em 31 de dezembro, com a estensão de 573.370 metros e o desenvolvimento de 4.601.370 metros.

Foram installados 90 apparelhos telephonicos, substituidos 43 e retirados 52.

O numero de apparelhos existentes elevou-se a 1.247.

Para conversação telephonica foram pelos quatro centros existentes registradas 709.142 chamadas, contra 627.272 em 1916, ou sejam mais 81.870.

A rede de tubos pneumaticos desta capital funcionou com regularidade durante o anno de 1917, verificando-se o seguinte movimento de peças de correspondencia e de cursores transportados, comparado com o do anno anterior :

	Cursos	Pecas de correspondencia
Em 1917	493.093	4.111.372
Em 1916	566.031	931.901
Em 1917	— 67.339	+ 120.171

Os tubos pneumaticos, além do transporte de cartas pneumáticas, auxiliam efficazmente a distribuição de telegrammas e de cartas expressas (serviço postal).

As estações costeiras funcionaram regularmente, não sucedendo, entretanto, o mesmo com as territoriais, que constituem o distrito radiotelegraphico do Amazonas.

Todas as estações desse distrito estão em más condições, necessitando as installações de urgentes reparos. A falta absoluta de material tem impedido a realização dos melhoramentos de que necessitam essas estações, principalmente as de Senna Madureira, Porto Velho e Tarauacá.

Comparado com o do anno anterior, foi o seguinte o movimento de radiotelegrammas transmittidos :

	Radios	Paiavras
Em 1917	22.418	261.336
Em 1916	29.680	363.048
Em 1917	— 7.252	— 181.712

A renda dos Telegraphos elevou-se em 1917 a.....
17.298.351\$189, contra 15.431.215\$206 no anno anterior, sendo que a despesa foi de 19.267.268\$513, contra 18.593.706\$487 em 1916.

O sensivel augmento da renda, em confronto com a despesa, que se tem procurado reduzir ao mismo nos tres ultimos annos decorridos, fazem prever para o exercicio vindouro maior reducção do "deficit", que, sendo em 1913 e 1914 superior a 9.000:000\$, em 1915 e 1916 passou a ser de pouco mais de 3.000:000\$, e no anno que acaba de findar ficou reduzido a 1.938.917\$324.

Quadro comparativo da Receita e Despesa no quinquenio de 1913 a 1917

Anos	Receita	Despesa	"Deficit"
1913	11.393.958\$511	21.903.200\$68	9.510.144\$257
1914	11.493.075\$135	21.035.144\$22	9.233.000\$347
1915	11.573.904\$513	18.419.935\$036	3.716.733\$333
1916	15.431.215\$206	18.593.706\$487	3.162.491\$281
1917	17.298.351\$189	19.267.268\$513	1.938.917\$324

No decorrer do anno de 1917 o fornecimento medio diario de agua foi de 284.328.549 litros, contra 280.919.465 litros no anno anterior, sendo diminuta a diferença de volume dos diferentes mananciaes dos dous referidos annos.

Os reservatorios e caixas que commandam a rede de distribuição foram mantidos em perfeito estado de conservação, tendo sido lavados varias vezes durante o anno.

Verificou-se em 1917 sobre o anno anterior um augmento de 1.424 pennas d'agua, tendo havido, por outro lado, suppressão de 342, das quacs 75 pertencentes a predios demolídos ou desabitados e 267 substituidas por hydrometros. O augmento real de pennas d'agua foi, portanto, de 1.082.

Nos diferentes districtos procedeu-se aos convenientes trabalhos de revisão e ampliamento da rede de distribuição, sendo que no 7º districto foi levado a effeito o mais importante serviço de revisão e ampliamento da rede distribuidora, trabalho que consistiu no lançamento de uma nova linha de encanamento desde o reservatorio do Macaco até Ipanema, com tubos de 0",300, 0",250 e 0",200, na estensão total de 8.815",40. O novo encanamento, partindo do reservatorio, desce pelas ruas D. Castorina, Jardim Botânico e Fonte da Saudade; margem da Lagôa Rodrigo de Freitas, passando pela Ponta do Pires e Praia Funda; ruas Montenegro, Alberto de Campos, Farme de Amoedo e Vinte e Oito de Agosto, até a esquina de Quatro de Dezembro, onde se liga ao encanamento de 0",250 alli existente.

Essa nova linha veio suprir parte consideravel de uma zona que era até então abastecida pelo reservatorio do Morro da Viuva,

cuja rede, por seu turno, melhorou sensivelmente, não só de pressão, como também no numero de horas de distribuição diaria.

Elevou-se a 43.629^m,11 o total de novas canalizações assentadas nos sete Districtos, dos quaes 4.916^m,60 em substituições de antigos encanamentos.

Todas as florestas tiveram boa conservação, sendo plantadas nas mesmas várias arvores de madeira de lei, taes como araribá, sipipiruna, guarabú, pequiá marfim, pau brasil, eucalyptus, canella, arco de pipa, jacarandá, oleo vermelho, sapucaia, oleo pardo, genipapo, ipê e outras.

Em 1917 foram installados 346 hydrometros, contra 414 colocados no anno anterior, havendo assim uma diferença para menos de 68 apparelhos. Entretanto, tendo sido retirados durante o anno 166 apparelhos, o augmento real do numero de medidores foi de 180, tendo a officina aferido 423 apparelhos e concertado 535 outros. Em 31 de dezembro de 1917 o numero de hydrometros existentes era de 11.227, contra 11.047 na mesma data do anno anterior.

A fim de evitar o desperdicio de agua e reclamações provenientes de más instalações internas para distribuição domiciliaria e por falta de depositos de accumulação, foram vistoriados durante o anno passado 26.576 predios, resultando dessas vistorias a expedição de 2.907 primeiras intimações, 271 segundas, com multas de 100\$, e 37 terceiras, com multas de 200\$000.

Por infracções commettidas coatra as disposições do regulamento aprovado pelo decreto n. 3.056, de 24 de outubro de 1898, foram expedidas 269 multas de 100\$ cada uma, no valor total de 26.900\$000.

A Estrada de Ferro Rio d'Ouro, de um metro de bitola entre trilhos, tinha, em 31 de dezembro de 1917, a estensão total de 143.818 metros.

De acordo com as previsões insertas no relatorio anterior, as reclamações cresceram em 1917 pela demora havida no fornecimento de vagões, como consequencia logica do augmento de mercadorias a transportar e diminuição progressiva do material de tracção.

Os serviços de esgoto da Capital Federal continuam a cargo de "The Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited", sob a fiscalização da Inspectoria de Esgotos.

Durante o anno de 1917 foram feitos serviços de esgotamento em 531 predios novos e 327 reconstruidos, sendo para esse fim construídos 4.711 metros de collectores de diferentes diametros.

As obras para a substituição do vapor pela energia electrica nas estações elevatórias de São Christovão, Arscnal e Gloria ficaram concluidas durante o anno.

A Inspectoria de Esgotos desempenhou-se no correr do anno findo da incumbencia relativa ao lançamento da taxa de saneamento. O credito de 30.000\$, concedido pelo Ministerio da Fazenda,

permittiu á Inspectoría activar o serviço, já iniciado, de revisão das taxas de esgoto pagas á "Companhia City Improvements", serviço este cujo resultado pratico immediato consistiu em tornar possível a dedução, nas contas de 1917, de 1.432 taxas, o que representa uma economia annual para os cofres publicos de 120:000\$ ao cambio actual.

Esse serviço de revisão de taxas não se acha concluído, devendo ainda ser feitas outras deduções nas contas relativas ao corrente exercício, o que elevará consideravelmente a importância da redução de despesa.

Está dependente de solução a acção de arbitramento movida pela "Companhia City" contra a decisão que mandou retirar dos registros de taxas de esgoto as chamadas economias superpostas, sendo que, no caso de ser a respectiva solução favorável á União, serão deduzidas mais 1.300 taxas das contas da Companhia.

Os dados estatísticos relativos ao lançamento da taxa de saneamento vieram mostrar que a estimativa do Congresso Nacional não será atingida, desde que a respectiva arrecadação não poderá elevar-se além de 3.000:000\$, em vez de 4.000:000\$000. Para atingir esta importância seriam necessárias outras provisões legislativas quanto ao desdobramento das classes de predios sobre as quais deveria recair a taxa e também dispositivo especial relativamente ás economias separadas, de acordo com as quais se faz o pagamento á "Companhia City Improvements".

O serviço de iluminação publica e particular desta capital, contractado com a "Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro" e directamente fiscalizado pela Inspectoría Geral de Iluminação, foi efectuado em 1917 com regularidade, apesar das dificuldades decorrentes da crise de carvão, cuja falta, para a fabricação do gás, não se fez sentir.

A quantidade de hulla destinada a esse fim e procedente da America do Norte foi de 88.369 toneladas, sendo que presentemente estão sendo estudadas medidas capazes de assegurar a manutenção do fornecimento de gás, na eventualidade de qualquer dificuldade ou restrição na importação de carvão.

O movimento da iluminação publica no anno de 1917 foi o seguinte: na iluminação a gás foram collocados 31 novos combustores e suprimidos 59, resultando uma diminuição de 28 luzes, cujo total, em 31 de dezembro de 1917, era de 22.037 luzes de gás.

A iluminação electrica foi aumentada de 107 lampadas dc arco, que, additionadas ás 8.812 existentes no anno de 1916, dão um total de 8.919 para o anno findo. Nas lampadas incandescentes não houve alteração alguma, continuando a funcionar as 616 existentes.

Na medida dos recursos orçamentarios para o corrente exercício, e com a maior parcimonia na distribuição dos fócos de luz, e adoptando sómente, ou a luz electrica, ou o gás, vai a Inspectoría prover de iluminação o maior numero possível de

logradouros publicos ainda privados desse indispensavel beneficio, quer na parte urbana da cidade, quer nos suburbios.

O consumo de energia electrica para o mesmo fim e no mesmo periodo foi de 17.213.537 kilowatts-hora, ou 23.893 menos que no anno anterior, vigorando o preço de 150 réis, metade papel, metade ouro.

Para ocorrer á despesa com a illuminacao publica, a lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917, consignou os creditos de 2.104.395\$, papel, e 2.104.395\$, ouro. Desses creditos foram despendidas as seguintes importancias: 802.900\$157, papel, e 802.900\$157, ouro, com a illuminacao a gaz, e 1.291.015\$346, papel, e 1.291.015\$345, ouro, com a illuminacao electrica.

A despesa total foi, portanto, de 2.093.915\$503, papel, e 2.093.915\$503, ouro. Reduzida a papel a parte em ouro, verifica-se que a despesa com a illuminacao publica desta capital atingiu a 6.572.253\$624 da nossa moeda.

Confrontando essa despesa com a que foi effectuada no anno de 1916, verifica-se ter havido uma redução de 3.913\$398, papel, e 3.934\$419, ouro.

A dotação orçamentaria para custear a despesa com a Inspectoria Geral de Illuminação que, em 1914, era de 280.980\$, passou a ser de 223.017\$500, ou menos 57.962\$500.

Deduída da importancia de 223.017\$500 a quantia de 160.000\$, com que a contractante do serviço de illuminacao contribue para as despesas de fiscalização, em virtude de disposição contractual, resulta que o onus do Thesouro com a Inspectoria de Illuminação é tão sómente de 63.017\$500.

AGRICULTURA

Povoamento do Selo

No Serviço de Povoamento, a corrente immigratoria, em consequencia da guerra, continuou a baixar: de 34.003, em 1916, desceu, em 1917, a 31.192 immigrantes. Houve consideravel augmento na collocação de desoccupados, tendo sido encaminhados a varios destinos 6.347 individuos que, nesta capital, se achavam sem trabalho; desde que se iniciou esse serviço, já foram dirigidos para o campo 18.650 individuos, dos quaes 12.999 brasileiros.

Nos nucleos coloniaes, em numero de 20, sendo 10 emancipados, nove em trabalhos preparatorios e um annexado, foi recensada uma população de 33.570 almas, das quaes 10.322 brasileiros. O numero de escolas publicas nos referidos nucleos elevou-se de 25, em 1916, com uma frequencia de 936 alumnos, a 40, em 1917, com uma frequencia de 1.370. A producção agricola que, em 1916, não excedeu de 6.108.361\$395, foi estimada, em 1917, em 8.566.148\$552. O valor dos productos de origem animal, vegetal e industrial subiu, em 1917, a 2.265.781\$330. O censo pastoral, no anno proximo findo, revelou, no valor total de 4.088.129\$780,

144.483 cabeças de gado bovino, equino, asinino, caprino, ovino e suíno ; de diversas aves domésticas, o número era de 333.314 cabeças, no valor total de 220.911\$; havia ainda 4.041 colmeias, valendo 41.699\$000. Nos núcleos Moçâo, Inconfidentes, Yapó e Ananápolis estão funcionando estações de monta, serviço que aos poucos será ampliado aos outros núcleos.

Na Directoria do Povoamento organizou-se um "bureau" de informações sobre venda e arrendamento de terras públicas e particulares.

O Serviço de Protecção aos Índios, modificado pela lei orçamentaria vigente, que passou á Directoria do Serviço de Povoamento o trabalho de localização do trabalhador nacional, com os respectivos Centros Agrícolas, continua, de acordo com os recursos que lhe permitem a situação financeira do Estado, a obra de pacificação dos selvícolas, seu principal e mais relevante objectivo.

Serviço de Protecção aos Índios

Reduzidas de 10 para seis, em 1914, as Inspectorias do Serviço, e fixados em dous apenas os postos de atracção em cada Inspectoria, apesar da ampliação da área destas e do raio maior de acção que lhes foi imposto, a obra de manutenção dos resultados já conseguidos tem tido delle o melhor desempenho.

Foram conservadas em relações pacíficas com as populações circumvizinhas as antigas tribus guerreiras levadas a abandonar as hostilidades anteriores e encaminhadas, em grande parte, ao trabalho da lavoura.

Na Directoria de Meteorologia e Astronomia existiam, em fim de 1917, 226 estações meteorológicas, das quais 119 remuneradas pelas verbas do Observatório, 86 a cargo financeiro dos governos estaduais e 21 gratuitas. Foram instaladas cinco estações novas; estavam sendo remontadas três outras e, por irregularidade no seu funcionamento, uma foi suprimida.

Meteorologia e Astronomia

Dada a extensão do País e a sua variedade de climas, essas estações são ainda em número insuficiente, carecendo o Serviço de recursos orçamentários para aumental-as à medida de nossa necessidade.

A previsão de tempo continuou a funcionar, sendo fornecidas ao público as indicações obtidas, cujo coeficiente de probabilidade ascendeu a 90%.

Realizam-se auspiciosos ensaios de meteorologia agrícola, em zonas diversas do Estado do Rio, sobre cultura de trigo duro de verão e diversas fibras textis.

O Museu Nacional de História Natural, que, em julho deste ano, completa um século de existência, apesar da pequena dotação orçamentária, continua a apresentar um progresso real, secundando de modo positivo a ação da administração pública em matérias que lhe são afectas.

Museu Nacional

O estudo do nosso solo, flora e fauna está essencialmente ligado ao problema do desenvolvimento nacional, razão pela qual o Museu precisa dispor de todos os meios para alargar livremente a sua acção e concorrer com toda a capacidade dos seus scientistas para o progresso do Brasil.

A divulgação da Historia Natural vai sendo feita com intensidade, não só pela publicação dos "Archivos do Museu Nacional", de que vieram à luz ultimamente os volumes xvii, xviii, xix e xx, bem como por outros trabalhos esparsos em revistas e em consultas de varias especies, mostruários e cursos a praticantes.

Há em todos os departamentos do Museu a mesma energia de trabalho, sendo alguns delles chamados, dada a época anormal que atravessa o País, a cooperar directamente em questões que se prendem á nossa produção.

Assim, esteve o Director do Museu no Egypcio em pesquisas especiaes sobre a "Gelechia gossypiella", que ataca actualmente os algodoeiros do Brasil; e o Chefe da Secção de Entomologia, além das viagens a Minas Geraes e a Pernambuco, afim de verificar os males que devastavam as plantações do arroz e da canna de açucar, partiu para a America do Norte, onde se acha em missão especial.

As diversas secções technicas têm funcionado regularmente, de acordo com as exigencias de ordem puramente científica ou científico-industrial. Assim, fizeram-se estudos sobre a ethnographia brasiliaca, a purificação do sal, o manganez e o carvão nacional etc.

Jardim Botânico

Os trabalhos do Jardim Botânico se desenvolveram activamente em cada uma das secções especiaes que constituem o carácter fundamental do seu plano científico.

Entre as providencias de carácter urgente reclamadas para a boa conservação das dependencias do estabelecimento, estão ainda a pedir solução as que dizem respeito ao abastecimento de águas nas épocas de longas estiagens, causadoras de não pequenos danos ás especies vegetaes, e a obra de terraplenagem e nivelamento impostas pelo levantamento do leito da rua do Jardim Botânico, ao receber a asphaltagem, provocando grave perturbação no escoamento das águas pluviaes dentro do Jardim.

O trato inculto fronteiro ao Jardim está sendo aproveitado para ampliação do "arboretum" destinado á conservação das especies mais importantes da Baixa-Amazonia.

Apesar dos esforços empregados com a transplantação para o Jardim de grande numero de especies, tanto de valor económico quanto ornamental da nossa flora, aumentadas ainda consideravelmente com um grande numero de famílias já existentes, continua o herbario, por sua deficiencia, representando menos a décima parte da flora nacional, a não satisfazer as exigencias dos trabalhos que ali se realizam, em vista da impossibilidade que offre-

rece a identificação de plantas ás vezes communs, pela falta de exemplares typicos essenciaes a essa operação. E' notavel tambem a falta de litteratura scientifica que auxilie essa identificação. O herbario de plantas exoticas foi tambem augmentado de varias amostras, promovendo o Jardim, como de dous annos a esta parte, a cultura e multiplicação systematica da ipecacuanha, riqueza natural que estava prestes a desapparecer em virtude da extinção imminente dos seus "stocks" nativos.

A apparição do volume II dos "Archivos do Jardim Botanico" não deixa de ser um facto digno de menção, pelo valor dos subsídios e contribuições trazidas a um perfeito e continuado estudo da nossa opulenta flora. Está sendo estudada a flora de Itatiaya com o fim de ser publicado um trabalho relativo á mesma por occasião do Centenario da Independencia.

O anno de 1917 foi assaz auspicioso para a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

Escola Superior
de Agricultura

Além de revisto o seu Regulamento, no intuito de tornar proficuo o esforço realizado, ficou quasi completo o seu corpo docente, tendo o Governo obrado de modo que o provimento das cadeiras pudesse recair em pessoas sufficientemente idoneas.

Terminaram os respectivos cursos as primeiras turmas de engenheiros agronomos e de medicos veterinarios, aquella composta de 12 e esta de quatro alumnos, sendo pela primeira vez o Paiz provido de medicos veterinarios por uma escola brasileira.

Matricularam-se no primeiro anno do Curso de Engenheiros Agronomos 13 alumnos e um no Curso Medico-Veterinario. Como a matricula, a frequencia foi pouco satisfatoria, devido a causas a esta hora já removidas pelo Governo.

Todos os gabinetes foram enriquecidos de material novo e utilizados por docentes e alumnos com evidente proveito.

Teve um anno de labor mais intenso o Servico de Agricultura Pratica, quer quanto á distribuição de sementes e mudas de plantas diversas, quer em relação ás demonstrações praticas, executadas no campo por seus inspectores e instructores com caracter de ensino.

Agricultura Pra-
tica

Tendo em especial consideração o problema economico do trigo, o Governo iniciou a propaganda do plantio deste cereal nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catharina, ensaiando o mesmo em algumas zonas do Norte, que pareceram mais susceptiveis de exito. Para isso, commissionou, não só especialistas no Serviço, mas, ainda, fez distribuir por entre os lavradores sementes saudias que, com dificuldade, pôde adquirir nos mercados do Paiz, dada a escassez, nessa occasião, de grãos para esse fim.

O aumento das areas cultivadas nos Estados do Sul e das colheitas nestes Estados compensaram grandemente o empenho desenvolvido nesse sentido pelo Governo. Perdurando, em varios algodoaes do Norte do Paiz, a existencia do "Pink-Boll-Worm",

conhecida pelo nome de lagarta rosea, foram organizadas turmas de agronomos, depois de consideradas aptas para tal fim pelo Chefe da Secção de Entomologia do Museu Nacional, e enviadas para os varios pontos atacados, munidas dos apparelhos e material indispensaveis.

Distribuiram-se 164.668 kilos de sementes diversas, 34.367 mudas de arvores fructiferas e 35.211 kilos de adubos.

Em virtude dos embaraços resultantes do actual estado dos negocios, suscitando larga demora na construcção de machinas apropriadas á esterilização dos cereaes, teve o Governo de se contentar com a installação de apparelhos rudimentares, fabricados a conselho e sob desenho do Chefe de Secção de Entomologia do Museu Nacional, um dos quaes funciona com proveito na propria sede do Serviço de Agricultura Pratica.

Industria Pastoril

Para incremento da Pecuaria, o Governo tem posto em practica diversas medidas oportunas, de real conveniencia.

Assim, favoreceu a reunião nesta capital, em maio do anno proximo findo, da Primeira Conferencia Nacional de Pecuaria, na qual foram largamente debatidos problemas de vivo interesse para o desenvolvimento da industria pastoril. Um dos votos dessa Conferencia, que o Governo se desvelará por cumprir, é o que se refere ao codigo de policia sanitaria animal, medida de necessidade inadiável.

Ao mesmo tempo que funcionou a Conferencia de Pecuaria, realizou-se a Primeira Exposição Nacional de Gado e de Industrias Annexas que, honrada com a presença de Delegações da Argentina e do Uruguay, se revestiu de grande brilho, tendo comparecido criadores e industriais domiciliados nos Estados de S. Paulo, Minas, Paraná, Santa Catharina, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Para melhor exito da Exposição, o Governo forneceu transporte gratuito aos animaes e seus productos destinados ao certamen, tendo distribuido premios no valor de cerca de 65.000\$000.

Funcionaram sem interrupção os frigorificos installados nos Estados de S. Paulo e Rio de Janeiro, estando em construcção outros em Minas e no Rio Grande do Sul, fiscalizados aquelles por funcionários do Serviço de Industria Pastoril.

A exportação de carnes congeladas e resfriadas que, em 1916, fôra de 33.661 toneladas, no valor de 28.193.000\$, elevou-se, em 1917, a 66.452 toneladas, no valor de 60.233.000\$000.

Para amparar e fomentar a criação de ovinos e capriacos, o Governo, de acordo com a autorização constante da lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, expediu o decreto n. 12.889, de 27 de fevereiro de 1918, concedendo favores e estabelecendo obrigações, a que, estou certo, os criadores recorrerão com proveito proprio e em bem do nosso progresso pastoril.

Apesar da guerra, foram importados para os postos zootecnicos e as fazendas-modelo, durante o anno proximo findo, re-

productores de diferentes especies, principalmente bovinos, cujo numero atingiu a 175, especializados estes na producção de carne ou de leite.

No sentido de divulgar as condições em que serão auxiliados os que pretendam importar reproductores de raça fina, o Governo fez publicar editaes, profusamente distribuidos, contendo os necessarios esclarecimentos sobre o assumpto. Como resposta auspiciosa, já tem o Ministerio da Agricultura recebido diversos requerimentos de Camaras e Prefeituras Municipaes que desses auxilios pretendem valer-se.

A par do refinamento dos rebanhos, tem cuidado o Governo do melhoramento das pastagens, fazendo distribuir largamente sementes de boas plantas forrageiras e adubos para os campos, concedendo a uns e outras transporte gratuito por terra ou por agua.

Proseguiram com regularidade os leilões de reproductores importados e já acclimados no Paiz, assim como de productos oriundos dos estabelecimentos zootechnicos officiaes.

Pelo Posto Zootechnico de Pinheiro foram vendidos ou cedidos a estabelecimentos diversos, federaes, estaduaes e municipaes, e a particulares, os seguintes animaes:

Bovinos	207
Suinos	220
Asininos.	17
Ovinos	54
Caprinos	3
Aves.	7
Total	562

Os serviços de marcas a fogo e registro genealogico de animaes têm-se desenvolvido e já começam a dar alguma renda.

Tem igualmente tomado impulso o registro de lavradores e criadores, no qual até 31 de dezembro de 1917 já havia 6.480 inscrições.

Em execução á lei orçamentaria vigente, o Governo expediu instruções para reger os trabalhos da Comissão Central dos Criadores do Cavallo Puro Sangue, incumbida de distribuir e fiscalizar os premios instituidos para fomento dessa criação. Da Comissão fazem parte, além dos representantes dos Ministerios da Agricultura e da Guerra, delegados de Estados onde se criam cavallos puro sangue e de guerra e das sociedades hippicas desta capital e dos Estados.

Já foram expedidas instruções regulando a concessão dos auxilios votados para as fazendas-modelo e estações de monta fundadas pelas Camaras e Prefeituras Municipaes e para o primeiro posto zootechnico installado no Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Goyaz e Matto Grosso.

Não tendo a vigente lei da Despesa revigorado a disposição constante das leis orçamentarias anteriores, que autorizavam o

Executivo a conceder transporte gratuito nas estradas de ferro federaes e empresas de navegação da União, para reproductores de raças nobres, plantas, sementes e adubos, resolví, attendendo a innumerias reclamações das classes interessadas e à consideração de que esse auxilio favorece grandemente á producção nacional, cujo fomento está o Governo promovendo pelos meios adequados, expedir o decreto n. 12.890, de 27 de fevereiro de 1918, autorizando o Ministro da Agricultura a conceder taes transportes.

Desenvolveu-se consideravelmente o trabalho dos laboratorios da Secção de Veterinaria, para os quaes o Governo vai fazer melhor installação no edificio construido para a Escola Superior de Agricultura, á rua General Canabarro, nesta capital.

O preparo de productos biologicos, taes como vaccinas contra o carbunculo verdadeiro, a pneumo-enterite dos bezerros e a espirochetose das gallinhas, e a malleina e a tuberculina fez-se em escala crescente.

Ao appello dos criadores attenderam sempre promptamente os funcionários veterinarios, realizando, nas fazendas, os necessarios trabalhos de clínica e hygiene animal. Pesquisas bacteriologicas para diagnostico de casos mais diffíceis foram realizadas nos laboratorios da Secção.

Devido ao grande numero de pedidos de sôro-vaccina contra a peste dos porcos, foi installado em Pinheiro mais um posto para preparo desses productos.

Na Exposição Nacional de Gado a vigilância veterinaria foi exercida com a melhor efficacia, de modo que, em cerca de 900, succumbiram apenas douz animaes, sendo um em virtude de accidente.

Estudos interessantes sobre immunização de bovinos contra a " tristeza " foram realizados, em Santa Monica, de setembro a dezembro de 1917, em novilhas importadas do Uruguay, registrando-se, apesar de intervenção tardia, apenas tres óbitos em 44 animaes.

Os trabalhos de helminthologia têm prosseguido com proveito para a Secção de Veterinaria.

O numero de banheiros carrapaticidas continua a augmentar no Paiz inteiro, devido ao auxilio concedido pela União.

Para estudar os assumptos que se relacionam com o desenvolvimento da producção nacional, nomeou o Governo, em 27 de outubro de 1917, uma commissão especial, composta, entre outros, dos delegados da Associação Commercial desta capital, Sociedade Nacional de Agricultura, Centro Industrial do Brasil, Liga do Commercio, Associação Commercial de Santos, sob a presidencia do Ministro da Agricultura. O Governo procurou dar immediata execução aos votos emitidos por essa commissão, tendo nomeado, para esse fim, um delegado especial.

desenvolvendo, por maneira a preencher os fins que se tiveram em vista organizando-as.

Sí nem todas as escolas, por motivos vários, se acham ainda em estado de satisfazer cabalmente á importantissima missão que lhes é confiada, todavia é evidente que o esforço realizado em algumas delas se tem afirmado do modo o mais auspicioso possível.

Cumprindo ao Paiz educar e robustecer as gerações futuras na escola e na officina nacional, não é por demais repetir que as grandes despesas em que importa a manutenção das mesmas serão feitas em absoluta perda, si o recrutamento do seu pessoal de ensino não se exercer tendo em vista as mais imparciaes condições de acerto e o criterio mais rigoroso na verificação da capacidade profissional.

O ensino profissional, segundo a concepção moderna, deve corresponder intimamente á realidade que elle tem por objecto exprimir. Na impossibilidade, pois, de possuirmos um ensino dessa natureza tão lato e tão completo quanto o seria para desejar, modelando a aprendizagem pelo das grandes uzinas industriaes, conviria prover á semelhante lacuna pelo tirocinio industrial dos alumnos em grandes estabelecimentos profissionaes, mediante os accordos que se fizerem necessarios, tirocinio esse cuja inspecção caberia ás proprias escolas.

A matrícula nesses estabelecimentos attingiu a 3.531 alumnos, contra 3.111 em 1916, distribuidos do seguinte modo : Amazonas, 85; Pará, 230; Maranhão, 245; Piauhy, 157; Ceará, 233; Rio Grande do Norte, 79; Parahyba, 159; Pernambuco, 142; Alagoas, 257; Sergipe, 162; Bahia, 67; Espírito Santo, 120; Rio de Janeiro, 210; S. Paulo, 150; Paraná, 249; Santa Catharina, 120; Minas Geraes, 110; Goyaz, 52; Matto Grosso, 101.

Concederam-se durante o anno findo 291 cartas-patentes de invenção, 10 certidões de melhoramentos e 70 titulos de garantia provisoria.

A renda produzida por esse serviço importou em 173.879\$920, apresentando uma diferença para mais de 38.379\$610.

Tem procurado a Directoria Geral de Estatística augmentar o numero das suas indagações, dando assim a esse ramo do serviço publico a amplitude desejável e necessaria para tornar patente a sua utilidade, como elemento basico da boa administração. E' notorio o esforço empregado pela mesma repartição no sentido de desenvolver do melhor modo os trabalhos a seu cargo, organizando e publicando, em instructivos relatorios e annuarios, os resultados das suas pesquisas, que já constituem valioso subsídio numerico acerca de varios assumptos de real interesse sob o ponto de vista territorial, demographico e economico.

Como complemento das informações divulgadas nos dous primeiros tomos do "Annuario Estatístico", aparecerão, bre-

vemente, até meados do corrente anno, no 3º e ultimo volume dessa publicação, os resultados dos inqueritos relativos aos diversos cultos, à assistencia aos enfermos e à instrucção, publica e particular, incluida nesta parte a estatística das bibliotecas, da imprensa periodica e das associações artísticas, litterarias e científicas.

Entretanto, para que a Directoria de Estatística possa cumprir efficazmente a sua missão, deve o Congresso Nacional provel-a de recursos mais amplos, que a tornem apta para iniciar, no anno proximo vindouro, os trabalhos preliminares do recenseamento geral da população a realizar-se em 1920, de accôrdo com o preceito constitucional, operação censitaria, de cujo exito dependem, em grande parte, o valor e a exactidão das estimativas ou inqueritos futuramente levados a effeito. As vantagens proporcionadas pela estatística de 1910, demonstrando o progresso da nossa nacionalidade, hão de contribuir, sem duvida, para dar maior realce ás grandes festas que, em 1922, devem commemorar a gloriosa data do Centenario da Independencia do Brasil.

Serviço de informações

O Serviço de Informações vae satisfatoriamente colimando os seus fins de divulgação e propaganda. Já por meio de publicações e impressos, já por meio de informes de toda a natureza, ha prosseguido no principal mistér de disseminar tanto os ensinamentos e progressos agrícolas, quanto o conhecimento das riquezas do nosso solo e sub-solo nos outros Paizes.

Junta Commercial

Na Junta Commercial a simplificação do processo de informações e a applicação de um systema mercantil mais aperfeiçoado tem assaz contribuido para manter em dia a massa enorme de serviços dessa repartição. A renda, que foi, em 1916, de... 415:776\$120, montou, em 1917, a 538:065\$230, havendo uma diferença para mais de 122:289\$110. A despesa, por seu lado, vem sendo annualmente diminuida, tendo baixado de 83:572\$ a 77:572\$118.

Serviço Geológico e Mineralógico

O Serviço Geológico teve por maior objectivo o estudo das jazidas carboniferas, principalmente nos Estados do Sul. Dos elementos colhidos e, muito mais, do desenvolvimento que vão tomando os trabalhos de lavra, resulta a convicção de que, multiplicados os pontos de ataque, poderemos ter naquelles depositos o abastecimento, sinão da totalidade, ao menos de grande parte das nossas industrias.

No Rio Grande a produçao tem crescido rapidamente e novas empresas se preparam para extracções volumosas.

Em Santa Catharina ha duas minas produzindo. Em uma delas o combustivel é muito melhorado pela preparação mecanica e lavagem.

No Paraná só uma lavra está em actividade; mas no valle do rio das Cinzas e no do baixo Tibagy vão agora aparecendo novos

afforamentos e indícios animadores para a formação de um outro centro de riqueza.

Para a implantação generalizada do combustível nacional estão faltando : de um lado, o beneficiamento por preparação mecanica e lavagem ; do outro, a adaptação das fornalhas e do modo de effectuar a combustão.

Além dos estudos geologicos feitos nesses Estados, tem o Serviço em cada um delles um apparelho de sondagem que se destina a avaliar da extensão daquellas bacias. No corrente exercicio esses apparelhos vão ser multiplicados, permittindo pesquisas mais dilatadas.

Em S. Paulo uma sonda, conduzida pela Companhia Paulista, executa perfurações em pesquisa de petróleo.

No Amazonas, no vale do rio Parauary, entre o Madeira e o Tapajós, uma sondagem que já atravessou o cretaceo, está agora nos andares do carbonífero superior, e espera-se que em maior profundidade encontre camadas productivas de carvão.

Com os novos recursos vão ser feitos estudos e sondagens para petróleo nos Estados de Alagoas e Bahia, bem como nos de Paraná e Rio Grande do Sul.

Tem sido objecto de especial attenção a pesquisa de jazidas de minérios de ferro em proximidades ás do carvão. Seria esse um germe seguro da siderurgia no Sul. Em Santa Catharina, na parte norte do Estado, em região vizinha á costa, existem alguns depositos de considerável extensão ; são, porém, ainda bastante afastados da zona do combustível mineral.

De algumas localidades no Estado da Bahia, e tambem de Minas Geraes, têm aparecido minérios de ferro-chromado, de alto teor em chromo. Será de grande vantagem a lavra desses minérios, que constituem bom elemento para a siderurgia, na fabricação de aços especiaes, e no revestimento dos fornos de alta temperatura, além de muitas outras applicações na industria.

Até hoje os minérios de ferro mais ricos e em quantidade inesgotável são os de Minas Geraes. Ali é que se têm installado alguns pequenos fornos altos que vão fornecendo a gusa para as officinas de fundição. Ha tres pequenos fornos da Uzina Esperança, que produzem no maximo 40 toneladas diarias. O forno alto de Sabará está prestes a funcionar, e dará 20 ou 30 toneladas por dia.

Para fabricação de ferro bitulado existem duas officinas que empacotam, caldeiam e laminam ferro velho, uma no Rio, outra em S. Paulo.

Para aço Bessemer existe na Estrada de Ferro Central um pequeno conversor de insuflação lateral que refina gusa.

O forno Martin, da Gambôa, para aço e ferro, não funciona por falta de óleo combustível, que era o seu agente calorifico. Este tambem fazia o refino da gusa com ferro velho.

A fabrica de Ipanema produz pequena quantidade de gusa, e prepara-se para fazer ferro e aço para o material bellico.

Tudo isso é uma miniatura de siderurgia.

E' indispensavel acorçoar, mesmo com os maiores sacrificios, a produçao bem orientada dos metais da civilização.

A orientação deve ser o emprego exclusivo do minereo, desde a gusa até o refino. Nós não temos ferro velho. Andar catando o pouco que ahi existe é recurso de que se aproveita o agiotá para grandes lucros na occasião dos apuros. Bem cedo virá o correctivo do preço exagerado, e do desapparecimento total da matéria prima e da industria ficticia.

Ha, pois, que incentivar a fabricação de gusa a carvão de madeira ou em forno electrico, esperando o coke mineral, e o refino da gusa para ferro e aço em fornos Martin, com purificação final em fornos electricos, e a laminação em apparelhos accionados, quanto possível, por energia electrica.

Naturalmente hão de apparesentar muitos outros processos nas applicações da industria metallurgica.

E, no nosso caso, de grande riqueza de força hidraulica, conviria incrementar a produçao de todos os elementos indispensaveis à captação económica dessa força. As fabricas de cimento, as de tubos de ferro e aço, as de cobre, para conductores electricos, são outras tantas oportunidades que estão a merecer a attenção dos industriaes e dos capitalistas.

O proprio Governo deveria, talvez, melhoradas as actuaes circumstancias, mandar fazer a captação de uma grande somma de energia hydraulica, empregal-a nos seus misteres mais urgentes, e vender o restante a preço infimo para a siderurgica.

Continuou o serviço nos estudos geologicos da região occidental de Minas, quasi fronteiriça com Goyaz, onde ocorrem as chaminés e derrames da rocha diamantifera da Africa do Sul. Todos os resultados são comprobatorios de que os diamantes lavrados nas alluvões provieram dessas rochas eruptivas. Agora, segundo recentes informações, começam no município de Patos a extrahir diamantes, lavando o proprio material decomposto das chaminés de Kimberlita.

No Ceará annunciavam carvão proximo a um deposito de hematita. Existe o minereo de ferro semelhante ao das formações de Minas Central. Aproveitou-se a occasião para o reconhecimento da mina de cobre da Serra Grande.

Tambem nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba foram feitos estudos geologicos, com o principal intuito de achar mineros para aproveitamento economico. Além das substancias communs nos terrenos crystallinos e graníticos, como kaolim, feldspatho etc., aparecem vastas formações calcareas, e num ponto uma rocha trachytica impregnada de enxofre, que parece offerecer possibilidade industrial.

FAZENDA

Pelas Mensagens que anteriormente tive a honra de vos dirigir, ficastes conhecendo a precaria situação do Thesouro Publico, quando, em novembro de 1914, assumi o Governo da Nação.

A apuração dos compromissos relativos a periodo anterior ao da minha gestão demonstrou que elles ascendiam a elevadas sommas que se avizinhavam de 37.000:000\$, ouro, e 312.000:000\$, papel.

Da emissão de papel-moeda autorizada pela lei n. 2.863, de 15 de agosto de 1914, restava, naquella época, o exiguo saldo de 30.900:000\$, dos quzes 3.900:000\$ só poderiam ser empregados, de acordo com a referida lei, em auxílios a bancos.

Assim, a quantia a emitir para satisfazer os encargos do Thesouro era apenas de 27.000:000\$000.

Entretanto, ás responsabilidades antigas se juntavam as despesas ordinarias, para liquidação das quaes era insuficiente a receita publica, cuja diminuição se accentuava forte e continua, pelo decrescimento do seu mais importante factor: — a renda aduaneira.

Era muito grave, pois, a situação do Paiz; mas taes condições não me entibiaram o animo.

Estava certo de que o credito da Nação se consolidaria, porque com razão confiava nos grandes recursos do Paiz e no patriotismo nunca desmentido dos brasileiros.

De que me não enganava é prova suficiente a exposição que aqui vos faço das actuaes condições economicas e financeiras. E, si não fôr a conflagração mundial, certo a situação do Brasil seria da mais franca prosperidade.

Para conseguir superar as dificuldades que se antolhavam no inicio da minha administração, tive naturalmente de adoptar providencias extraordinarias. Foi assim que, não existindo, no momento, a autorização legal, necessaria para se emitir papel-moeda, fui forçado a socorrer-me de medidas que se enquadrassem nas disposições consignadas no art. 6º da lei da Receita, então em vigor, n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914.

Dest'arte, ficou resolvida a emissão de letras-ouro e letras-papel, expedindo-se, em consequencia, os decretos ns. 11.471, 11.478, 11.510 e 11.570, de 3 e 5 de fevereiro, 4 de março e 5 de maio de 1915, os quaes autorizaram essas emissões.

Com taes títulos liquidou o Thesouro grande parte dos seus compromissos, o que muito contribuiu para o revigoramento do seu credito. Foram emitidas:

LETTRAS-OURO :	\$
Na Delegacia em Londres	3.437.963-15-7
No Tesouro Nacional	1.638.553-11-8
Total	<u>5.054.513-13-3</u>
LETTRAS-PAPEL :	
No Tesouro Nacional	<u>170.433.100\$000</u>

O Governo, como lhe cumpria, tinha o maximo interesse em liquidar essas letras, notadamente as em ouro, por isso que sendo titulos, na sua maior parte, emitidos no estrangeiro e no estrangeiro circulando, mistér se fazia resgatalos no mais breve trecho.

Por meio de operações felizes, conseguiu-se quasi por completo tal liquidação, pois em 1º de abril ultimo apenas restava das letras-ouro a insignificante quantia de £ 88.922-12-1, a qual, espero, será tambem resgatada dentro em pouco, e, das letras-papel, 30.370:200\$000.

Os algarismos que se seguem mostram as emissões e os resgates de que se trata.

LETTRAS-OURO :

	£
Emitidas	5.051.521-10-3
Resgatadas até 31 de março de 1913	4.985.592- 1-2
Em circulação em 1º de abril de 1913	<u>88.922-12-1</u>

LETTRAS-PAPIR :

Emitidas	£70.432:500\$000
Resgatadas até 31 de março de 1913	440.037:900\$000
Em circulação em 1º de abril de 1913	<u>30.370:200\$000</u>

Mais tarde, tendo o Congresso Nacional autorizado a emissão de papel-moeda e de apolices, pôude o Governo fazer face ao grande saldo ainda existente das suas pesadas responsabilidades, pondo em dia os seus pagamentos.

Papel-moeda

Os quadros seguintes demonstram a applicação das emissões, não só de papel-moeda, realizadas em 1914 e 1915, como tambem as de apolices, feitas de novembro de 1916 a dezembro de 1917.

Primeira emissão

(Lei n. 2.813, de 24 de agosto de 1914)

Autorização 250.000.000\$000

APPLICAÇÃO :

Emprestimos a Bancos	
Feitos a diversos . . .	100.000.000\$000
Amortizações recebidas	<u>90.751.623\$318</u>

Despesas da União

Recolhidos á Tesouraria Geral, para despesas	130.977.440\$000
Idem á mesma, proveniente de amortizações de empréstimos	<u>90.751.623\$318</u>

Incfaturação

Papel-moeda incinerado	10.022.954\$000
	<u>250.000.000\$000</u>

Segunda emissão

(Lei n. 2.936, de 23 de agosto de 1915)

AUTORIZAÇÃO 350.000.000\$000

Aplicação

Liquidação de compromissos

Pagamento de contas	
anteriores a 1915,	
resgate de letras-	
ouro e letras-papel	
e juros das mesmas	
—	138.880.910\$117

Premios de apólices

Diferenças de tipo	
pagas	—
	10.781.527\$000

Despesas da União

Pela Tesouraria Geral	63.451.932\$533
Pelo Banco do Brasil	
C/C.	72.900.000\$000
	135.354.932\$533

Auxílios à Lavoura etc.

Entregue ao Banco do	
Brasil para empre-	
stimos à Lavoura,	
à Indústria e ao	
Comércio	—
	11.000.000\$000

Banco do Brasil

Emprestimo para des-	
envolver as opera-	
cões de desconto,	
redesconto e de	
caução.	—
	50.000.000\$000

350.000.000\$000	350.000.000\$000
------------------	------------------

Emissão de apólices de novembro de 1914 a dezembro de 1917. Apólices

Em novembro e dezembro de 1914.	12.058.000\$000
> 1915	92.531.700\$000
> 1916	82.532.100\$000
> 1917	73.533.180\$000
Total	191.107.900\$000

A saber :

Apolices para a construção e aquisição de Es-	
tradas de Ferro	59.956.000\$000
Apolices para pagamento de compromissos do	
Tesouro e resgate de letras	121.670.900\$000
Apolices para o saneamento da baixada do Estado	
do Rio	3.931.000\$000
Apolices para pagamento de sentenças judiciais	
> > > despesas de Lloyd	1.341.000\$000
> > > indemnizações bolivi-	1.202.000\$000
vianas	31.000\$000
Total	191.107.900\$000

Após a execução de tais medidas financeiras, notou-se o renascimento da confiança.

As letras do Thesouro, por exemplo, que a princípio experimentaram uma forte depreciação, começaram a ter cotação em escala ascendente. Por sua vez, as apólices federaes, que haviam também baixado de muito, foram subido progressivamente, como bem se apreciará no quadro abaixo.

E, finalmente, os títulos da dívida externa do Brasil conseguiram nas bolsas estrangeiras muito melhor cotação.

Era a prova evidente de que o crédito público se valorizava, quer no interior, quer no exterior.

Cotações máxima e mínima das apólices da Dívida Pública, nos anos de 1914, 1915, 1916, 1917 e 1º trimestre de 1918

	1914		1915		1916		1917		1918 (1º trimestre)	
	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima
Garças uniformizadas	395\$	797\$	847\$	711\$	610\$	747\$	554\$	795\$	901\$	515\$
Garças provisórias	841\$	703\$	824\$	691\$	816\$	740\$	835\$	775\$	940\$	800\$
Emprestimo de 1913 (ao portador)	930\$	581\$	920\$	810\$	915\$	853\$	910\$	855\$	889\$	520\$
Emissão para Estradas de Ferro (nominal)	850\$	758\$	827\$	706\$	821\$	723\$	842\$	780\$	851\$	803\$
Saneamento da Balizada (nominal)	535\$	785\$	830\$	697\$	810\$	785\$	825\$	775\$	850\$	800\$
Lloyd Brasileiro (nominal)	--	--	750\$	--	785\$	720\$	--	735\$	--	--
Compromissos do Thesouro (nominal)	--	--	--	--	825\$	710\$	835\$	776\$	850\$	805\$
Compromissos do Thesouro (ao portador)	--	--	--	--	--	--	841\$	780\$	855\$	807\$
Sentenças judiciais (nominais)	--	--	770\$	740\$	500\$	705\$	882\$	760\$	844\$	506\$
Tratado de Bolívia 3% (nominais)	700\$	550\$	750\$	502\$	525\$	765\$	550\$	--	--	--

Tendo sido, pela lei n. 3.361, de 20 de outubro do anno passado, reconhecido e proclamado o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil, o Governo teve necessidade de recursos extraordinários para ocorrer aos dispendios vultuosos que forçosamente a situação acarretaria.

A vista da excepcionalidade do momento, o Congresso Nacional autorizou a terceira emissão de papel-moeda, cujo quadro vai aqui em seguida:

3º Emissão — (Decreto legislativo n. 3.318, de 16 de agosto de 1917) — Medidas financeiras executadas de acordo com o referido decreto — Balanço até 31 de dezembro último

ATIVO	OURE	PATEL	PASSIVO	OURE	PAPAS
Apólices a emitir — C/c da lastro do papel-moeda:			Emissão de apólices — C/c da lastro :		
Saldo da emissão autorizada pela lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, e realizada pelo decreto n. 18.604, da mesma data			Emissão autorizada pela lei n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, o decreto n. 18.604, da mesma data		450.000.000\$000
Papel-moeda a emitir:			6 Emissão do papel-moeda :		
Saldo da emissão autorizada pela mesma lei, consolidada pelos decretos n. 18.604, de 16 de agosto de 1917, 18.680, de 27 de agosto de 1917, 12.755, de 21 de novembro de 1917, 12.756, de 19 de dezembro de 1917			Emissão autorizada pela mesma lei e respectivos decretos:		
Apólices depositárias:			N. 18.601, de 16 de agosto de 1917		150.000.000\$000
Depósito feito na Caixa de Amortização para lastro do papel-moeda emitido	150.000.000\$000		N. 18.627, de 27 de agosto de 1917		10.000.000\$000
Suprimento à União Comum:			N. 18.725, de 21 de novembro de 1917		10.000.000\$000
Importâncias fornecidas à Tesouraria Geral para suprir a deficiência da receita orçamentária	35.870.581\$91		N. 18.758, de 19 de dezembro de 1917		10.600.000\$000 900.000.000\$000
Ministério da Viação:			7 Desverrat de espécie:		
Pagamento da garantia de juros	5.075.411\$81		Importância da garantia de juros convertida em papel	5.075.411\$81	
Desverrat de espécie:			8		
Importância convertida em ouro, para pagamento da garantia de juros	40.700.450\$300				
Banco do Brasil:					
C/c de Moçambique	52.351.443\$100				
C/c de Auxílio à Produção Nacional	50.000.000\$000				
C/c especial para aquisição de Cambados	0.072.511\$000				
C/c de Arrearsas às Deligências Francesas	90.000.000\$000				
C/c de Imprestimo para Hindostânia	10.000.000\$000				
C/c de Cooperação com a França	10.000.000\$000				
	5.075.411\$81	350.000.000\$000		5.075.411\$81	350.000.000\$000

Existindo na Caixa da Conversão o depósito metálico, em ouro, correspondente a £ 5.015.396-16-11, o Governo pôde, com os recursos de que dispunha, efectuar operações de conversão de especie, adquirindo notas daquella Caixa no valor de cerca de 61.000.000\$000.

O quadro abaixo indica, com os necessários esclarecimentos, o papel-moeda em circulação até 31 de dezembro de 1917.

Demonstração dos valores, importância e quantidade das notas de papel-moeda existentes em circulação em 31 de dezembro de 1917

Quantidade de notas	Valores	Importância
4.821.971	1\$000	4.821.971\$000
2.017.019 1/2	2\$000	4.034.031\$000
7.603.610	5\$000	35.015.245\$000
10.003.496 1/2	10\$000	100.651.985\$000
6.902.536 1/2	20\$000	133.051.930\$000
5.738.002 1/2	50\$000	238.915.125\$000
1.430.553 1/2	100\$000	145.855.350\$000
911.183 1/2	200\$000	182.237.700\$000
973.311 1/2	500\$000	486.605.750\$000
39.934.574 1/2	1.389.411.937\$000	

Existia em circulação em novembro de 1917 1.335.232.570\$000

Diferença para mais. 51.182.377\$000

Esta diferença provém :

Importância emitida de acordo com o decreto n. 12.801, de 16 de agosto de 1917, e 12.723, de 17 de dezembro de 1917, para ocorrer às despesas do Tesouro Nacional	51.200.000\$000
Importância emprestada a Bancos, em virtude do n. II do referido art. 1º	\$
	51.200.000\$000

Importância resgatada, a saber:

Produto de 10% da renda das Alfândegas do Rio de Janeiro e Santos	\$
Troco por Prata	12.632\$000
* * Nickel	\$
* * Bronze	3.190\$000
Amostrização de empréstimos a Bancos	\$
Juros destes empréstimos	\$
Desconto aprovado de notas em recolhimento . .	3.631\$000
Moeda sobredíaria	63\$00
	17.803\$000
	51.182.377\$000

NOTA

Existia em circulação em 31 de agosto de 1913	733.384.614\$500
Retirada da circulação até 31 de julho de 1914	138.028.501\$000
Circulação em 31 de julho de 1914	609.310.703\$500
Emitida de 26 de agosto de 1911 até 31 de dezembro de 1917	800.000.000\$000
	1.400.310.720\$500
Resgatada de 1 de agosto de 1914 a 31 de dezembro de 1917	10.925.753\$500
Circulação em 31 de dezembro de 1917	1.389.411.937\$000

Impostos aduaneiros e de Consumo

Como mencionei acima, a renda aduaneira, devido à guerra, diminuiu bastante; mas, por outro lado, os impostos de consumo

augmentaram, o que traduz o estabelecimento de novas industrias no Paiz, e o desenvolvimento das já existentes.

Os algarismos que em seguida vos apresento esclarecem o assunto :

Impostos aduaneiros arrecadados

ANOS	OURO	PAPEL
1914	60.564:485\$882	97.657:914\$977
1915	41.025:349\$029	76.934:168\$067
1916	53.017:139\$480	80.373:652\$378
1917	56.002:582\$020	48.112:068\$891

Impostos de consumo arrecadados

ANOS	TAXAS	REGISTRO	TOTAIS ANNUAIS
1914	45.938:327\$635	6.302:195\$000	52.240:522\$635
1915	61.173:431\$517	6.602:145\$000	67.775:576\$517
1916	71.298:787\$725	12.529:140\$000	83.827:927\$725
1917	102.543:991\$879	12.275:473\$000	114.819:464\$879
	280.954:538\$756	37.708:953\$000	318.663:491\$756

Nas informações que se seguem encontrareis os elementos necessarios para poderdes ajuizar, economicamente e financeiramente, da situação actual.

A 31 de dezembro de 1917 a Dívida Externa importava em Dívida Externa £ 115.448.198-2-5, a saber :

Empréstimos:

	£
De 1883.	2.713.100- 0-0
> 1889.	4.173.400- 0-0
> 1899.	17.483.300- 0-0
> 1896.	6.925.900- 0-0
> 1893 ("Funding")	8.245.810- 0-0
> 1901 ("Rescission").	12.035.420- 0-0
> 1903 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	7.693.100- 0-0
> 1905 (Lloyd Brasileiro)	210.500- 0-0
> 1903	1.839.400- 0-0
> 1903/1903 (Estrada de Ferro Itaparica a Carambá — Frances 03.755.000).	3.954.400- 0-0
> 1903 (Porto do Recife — Frs. 40.000.000)	1.600.000- 0-0
> 1910 (Estrada de Ferro da Goyaz — Frs. 93.461.500).	3.908.550- 0-0

	£
De 1910	0.767.500- 0-0
> 1910 (Lloyd Brasileiro)	1.000.000- 0-0
> 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro)	4.012.900- 0-0
> 1911 (Rede Viação Cearense — Frs. 60.000.000)	2.400.000- 0-0
> 1911 (Rede Viação Bahiana — Fra. 60.000.000)	2.400.000- 0-0
> 1912	11.000.000- 0-0
> 1914 ("Funding")	<u>13.137.998- 2-5</u>
Total	<u>115.449.193- 2-5</u>
A 31 de dezembro de 1916 o total da Dívida Externa importava em apresentando a diferença para mais de	<u>112.332.963-11-3</u>
	<u>3.115.229-11-2</u>

em 1917, assim demonstrada :

Emissão de títulos do "Funding" de 1911, de janeiro a dezembro de 1917	3.175.789-11-2
menos o resgate de títulos do empréstimo de 1903 ("Funding"), efectuado em 1917	80.510- 0-0
	<u>3.115.229-11-2</u>

"Funding"

A emissão de títulos do "Funding" em 1917 foi assim efectuada:

Para pagamento de juros dos seguintes empréstimos:

	£
De 1883	61.044-15-0
> 1888	93.994-15-0
> 1890	349.305-0-0
> 1895	173.117-10-0
> 1901 ("Rescission")	258.709-12-0
> 1906 (Lloyd Brasileiro)	5.282-10-0
> 1909	45.935-0-0
> 1903/1903 (E. F. Itapura a Corumbá)	93.735-0-0
> 1909 (Porto do Recife)	40.000-0-0
> 1910 (Lloyd Brasileiro)	20.000-0-0
> 1910	195.350- 0-0
> 1910 (Estrada de Ferro Goyaz)	78.771-12-0
> 1911 (Porto do Rio de Janeiro)	80.358- 0-0
> 1911 (Viação Bahiana)	43.000- 0-0
> 1911 (> Cearense)	43.000- 0-0
> 1913	275.000- 0-0
	<u>1.872.174-11-0</u>
Para pagamento de garantia de juros	<u>1.303.594-17-2</u>
	<u>3.175.789-11-2</u>

A emissão de títulos do "Funding", de 1914, efectuada de outubro de 1914 a 31 de dezembro de 1917, importa em £ 13.137.998-2-5, sendo :

Para pagamento de juros dos empréstimos :

	£
De 1883	360.263-10-0
> 1888	563.363-10-0
> 1890	2.090.193- 0-0
> 1895	1.033.385- 0-0
> 1901 ("Rescission")	1.552.257-12-0
> 1906 (Lloyd Brasileiro)	31.575- 0-0
> 1909	275.910- 0-0
> 1903/1903 (Estrada de Ferro Itapura a Corumbá)	592.710- 0-0
> 1909 (Porto do Recife)	200.000- 0-0
> 1910 (Lloyd Brasileiro)	120.000- 0-0

	\$
De 1910	1.172.100- 0-0
> 1910 (Estrada de Ferro do Goyaz)	472.629-12-0
> 1911 (Porto do Rio de Janeiro)	437.502- 0-0
> 1911 (Viação Bahiana)	233.000- 0-0
> 1911 (> Cearense)	238.000- 0-0
> 1913.	1.650.000- 0-0
	<hr/>
	11.195.402- 4-0
Para resgate de títulos do empréstimo de 1911	117.700- 0-0
Para pagamento de garantia de juros.	1.824.805-13-5
Total	<hr/> <hr/> 13.137.993-2-5

A 31 de dezembro de 1917 a dívida interna consolidada importava em 937.724.500\$, a saber:

	Dívida interna
Apolices gerais da 5%o	515.026.000\$000
> > > 4%o	<hr/> 119.000\$000
	515.145.000\$000
Empréstimo interno para as obras do Porto do Rio de Janeiro, decreto n. 4.365, de 18 de junho de 1903.	17.300.000\$000
Emissão de apólices para construção e aquisição de estradas de ferro :	
Decreto n. 7.314, de 4 de fevereiro de 1909 . . .	30.000.000\$000
> > 7.872, de 23 de fevereiro de 1910 . . .	6.000.000\$000
> > 8.027, de 26 de maio de 1910 . . .	2.039.000\$000
> > 8.098, de 16 de julho de 1910 . . .	1.099.000\$000
> > 8.154, de 19 de agosto de 1910 . . .	18.930.000\$000
> > 8.296, de 6 de outubro de 1910 . . .	1.184.000\$000
> > 8.633, de 29 de março de 1911 . . .	29.993.000\$000
> > 9.315, de 24 de janeiro de 1913 . . .	19.995.000\$000
> > 9.935, de 18 de dezembro de 1912 . . .	50.000\$000
> > 10.135, de 25 de março de 1913 . . .	49.000.000\$000
> > 11.093, de 26 de agosto de 1914 . . .	20.000.000\$000
> > 11.642, de 21 de julho de 1915 . . .	19.995.000\$000
> > 12.159, de 9 de agosto de 1916 . . .	22.412.000\$000
> > 12.447, de 18 de abril de 1917 . . .	<hr/> 1.257.000\$000
Emissão de apólices para as obras da Baixada do Estado do Rio de Janeiro:	
Decreto n. 9.133, de 23 de novembro de 1911 . . .	4.937.000\$000
> 10.232, de 13 de junho de 1913.	4.997.000\$000
> 11.434, de 13 de Janeiro de 1915.	<hr/> 3.341.000\$000
Emissão de apólices para pagamento de reclamações bolivienses:	
Decreto n. 7.736, de 15 de dezembro de 1909.	1.639.000\$000
Emissão de apólices para pagamento de despesas do Lloyd Brasileiro:	
Decreto n. 10.337, de 13 de agosto de 1913	671.000\$000
Emissão de apólices para pagamento de despesas de diversos Ministérios:	
Decreto n. 9.528, de 24 de abril de 1912.	17.742.000\$000
Emissão de apólices para pagamento de sentenças judiciais:	
Decreto n. 11.516, de 4 de março de 1915	1.312.000\$000
Emissão de apólices para pagamento de compromissos do Tesouro anteriores a 1915 e consolidação da dívida de letras do Tesouro :	
Decreto n. 11.694, de 23 de agosto e 15 de setembro de 1915, e substituição de apólices nominativas por outras ao portador (art. 12º da lei n. 3.532, de 5 de janeiro de 1917).	<hr/> 121.670.000\$000
	<hr/> <hr/> 937.724.500\$000

A 31 de dezembro de 1916 a Dívida Interna importava em 986.438.400\$, resultando o aumento da dívida, em 1917, de 73.233.100\$, proveniente das seguintes emissões:

Para pagamento de compromissos anteriores a 1913 e consolidação da dívida de letras do Tesouro e apostas ao portador, emitidas em virtude do art. 124 da lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917.	53.241.100\$000
Pagamento de construção e aquisição de estradas de ferro	13.549.000\$000
Idem de mantimentos judiciais	531.000\$000
	<u>73.233.100\$000</u>

Discriminação do imposto de consumo arrecadado durante o exercício de 1917

ESPECIE	REGISTRO	TAXA	TOTAL
Fumo	3.744.750\$000	16.595.801\$972	60.344.551\$972
Bebidas	3.783.372\$000	23.539.269\$639	87.322.641\$639
Phosphoros	1.408.791\$000	15.753.393\$585	23.688.184\$585
Sai	872.102\$000	5.463.001\$878	5.741.283\$878
Calçados	565.853\$000	3.479.459\$288	4.045.142\$288
Perfumarias	330.123\$000	1.760.033\$209	3.095.166\$209
E. de pharmacia	293.540\$000	1.476.114\$750	4.769.654\$750
Conservas	423.226\$000	3.610.277\$326	4.073.503\$326
Vinagre	21.400\$000	383.873\$105	405.273\$105
Velas	38.230\$000	421.073\$940	467.303\$940
Bengalias	13.330\$000	15.128\$450	28.958\$450
Tecidos	1.859.578\$000	20.014.311\$949	22.273.589\$949
Espartilhos	14.335\$000	23.653\$740	37.073\$740
Papel para forrar casas	7.920\$000	46.897\$830	54.817\$830
Cartas de jogar	5.225\$000	493.813\$500	504.844\$500
Chapéos	273.370\$000	3.107.301\$580	3.448.171\$580
Discos de gramophones	9.720\$000	46.753\$850	56.473\$850
Louças e vidros	103.150\$000	534.868\$115	644.021\$115
Ferragens	73.310\$000	412.365\$406	521.675\$406
Vinhos estrangeiros	\$	3.025.547\$728	3.025.547\$728
Café torrado	123.350\$000	1.309.431\$471	1.638.783\$471
Manteiga	80.678\$000	295.195\$726	384.873\$726
Somma total	12.273.403\$000	102.543.931\$979	134.819.464\$979

As demonstrações que se seguem desenvolvem a Receita e a Despesa Publicas nos dous últimos exercícios. Esses algarismos, porém, estão sujeitos a modificações ulteriores, devido à falta de alguns balanços.

RECEITA E DESPESA DO EXERCICIO DE 1916

RECEITA	OURO	PAPEL	DESPESA	OURO	PAPEL
Direitos de importação	40.140.165,000	70.742.037,037	Ministério do Justica	11.111,000	45.180.500,000
Outros impostos	7.150,000	11.517.193,811	» Relações Exteriores	9.571.000	10.000.000
Circulação	7.150,000	25.701.917,510	» da Marinha	0,000.000	25.000.000
Sobre a renda	203.000,000	1.360.777,000	» Guerra	0,000.000	25.000.000
Bolos loterias	—	5.000.000	» Vias e Obras Públicas	10.000.000	105.325.511,500
Outras receitas	—	630.277,071	» Artilharia, Indústria	—	—
Patrimoniais	—	—	» Comércio	50.204,000	0.911.000,000
Industriais	1.177.030,000	79.069.900,000	» Fazenda	60.499.201,000	133.017.000,000
Extraordinária	—	11.361.700,000	Despesa a classificar	—	5.000.000
Aplicações especiais	19.700.111,000	10.000.000		21.093.415,000	439.825.135,300
A classificar	4.157,000	1.483.184,000			
Receita não enciprada no Tesouro, constante de demonstrações e telegrammas	61.191.800,000	330.070.174,788	Despesa não enciprada no Tesouro, constante de demonstrações e telegrammas	49.928,000	0.857.110,000
				81.133.333,000	485.050.840,100
Depositos (Saldo)	61.270.033,880	320.474.700,010			
	19.070.000,074	11.035.133,300			
Operações de crédito:			Operações de crédito:		
Mobilização de papel moeda	73.910.051,817	352.080.897,449	Hesgrato de letras do Tesouro	5.471.000,000	37.811.300,000
» a favor do Tesouro	—	110.503.000,000	Diferença de tipo das apostas dadas		
» a aplicar	0,000.000	615.000,000	pagamento e um substituição por		
» títulos da "Funding"	30.474.114,650	62.700.930,000	letras		
Conversão de espécie	—	12.313.100,000	Conversão de espécie	0,000.000	0,000.000
				0,000.000	0,000.000
Saldo de 1915	114.203.165,000	609.476.199,413			
		05.618.819,000			
		816.353.307,513			
	170.370.774,830	815.101.504,000	Baldo de 1916	83.745.172,613	271.030.170,000
				279.875.774,950	815.101.036,000

21

RECEITA E DESPESA DO EXERCICIO DE 1917

RECEITA	DATA	PÁPEL	DESPESA	DATA	PÁPEL
Direitos de importação	47.619:0724505	44.955:0037823	Midiatrio da Justiça	5.853:001918	47.709:0518054
Locações	—	33.511:0002532	» das Relações Exteriores	1.151:000116710	1.019:000116710
Obras	51.826:0778	31.331:0144571	» da Marinha	459:02282114	30.220:0519777
Sobre a renda	97.193:01580	81.331:0144571	» da Guerra	93.026:000400	33.310:0740772
Obras	—	1.353:2024520	» do Trabalho e Obras Públicas	13.775:0004001	13.775:0004001
Petrolíferas	—	4.87:17876983	» Agricultura, Indústria e Com- mercio	27.149:0003038	10.650:0716207
Industriais	201:001106	741:4528400	» Fazenda	35.401:0003113	182.702:0003182
Extraordinária	1.360:4512781	15.134:0336400	Despesa a classificar	191:0003000	17.491:0003000
Alimentação especial	10.848:0724570	8.450:0704112			
A classificaç.	87.100:01510	57.093:074101			
Receita não escripturada no Tesouro, con- stante da demonstrações e telegrammas . . .	61.197:0378356	507.704:1794038	Despesas não escripturadas no Tesouro, con- stante de demonstrações e telegrammas . . .	51.003:0002411	408.453:0002410
Operações de crédito :					
Emissão de papel-moeda	5.037:003480	50.759:1794038	Des. 817:0000000	117.646:5106102	
» Letras do Tesouro	—	507.704:1794038			
» Títulos fiduciários	5.451:0458133	50.759:1794038	Depositos — ("Deficit").	99.220:0000003	583.100:1842200
» Títulos da "Banking"	56.269:0004739	51.199:0104033	10.101:0104000	4.380:0000057	
Conversão de espécie	—	—			
Saldo de 1916	99.036:074104	780.503:0104038	Operações de crédito :	109.351:0000000	584.430:0703017
	83.745:1794019	474.930:4704038	Resgate de letres do Tesouro	41.056:0001973	10.409:0000000
	183.070:1747512	933.459:0004000	Despesa de tipo das aplicações das despesas	—	5.858:0730000
			Resgate de moedas subsidiárias	13.893:1204703	6.000:00000
			Conversão de espécie	—	—
			Saldo de 1917	133.895:0174504	510.693:1430917
				49.777:1193079	451.790:1160843
				183.070:1747512	998.489:0004000

TESOURO NACIONAL
THESSOURARIA GERAL
BALANÇO DE RECEITA E DESPESA DE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1917

TÍTULOS DE RECEITA	CURSO	PÁPEL	TÍTULOS DE DESPESA	CURSO	PÁPEL
Rendas da União:			Despesas da União		
Renda ordinária	4.339.500.000	3.100.142.077	Ministério da Justiça	13.031.727.030	
Renda Extraordinária	301.8161	3.820.992.843	Ministério do Exterior	7.100.000	
Renda com Aplicação Especial	4.100.000	4.100.000	Ministério da Agricultura	851.066.000	
Renda Extraordinária	451.141.916	10.076.814.960	Ministério da Viação	15.351.148.511	
Renda a Classificar		92.198.737.012	Ministério da Fazenda	20.000.000	
Depósitos:			Despesas a Classificar	487.500.000	82.000.025.613
De Diversas Origens	4.310.400.000	15.893.105.751	Despesas :		
Caixa Económica da Capital		0.700.000.000	De diversas origens	4.813.707.008	19.781.144.738
Depósito Especial		151.000.000	Monte do Socorro da Capital	1.210.000.000	
Obrigações de Crédito:			Caixa Económica da Capital	4.800.000.000	44.530.197.977
Emissão de papel-moeda		887.000.000.000	Obrigações de Crédito :		
Emissão de Apólices:			Resgate de Letras do Tesouro	10.010.431.783	9.931.000.000
Liquidação de Compradores	2.511.000.000		Conversão de Especial :		
Resgate de lei-1916	41.700.000.000		Importância-papel convertida	37.373.000.000	
Estrada de ferro	18.859.000.000		Importância-euro convertida em		
Ferro	18.859.000.000		papel	101.016.300.000	
Sociedades juntas	531.000.000		Exercício do 1916 :		
claras			Suplementos feitos	40.005.714.317	
Para Indemnizações	1.897.000.000		Resgate de moeda subordinada	0.000.000	
rações		01.889.000.000	Promissões de Apólices	5.510.100.000	100.000.000.000
Emissão de Letras do Tesouro	5.151.144.813		Bancos e Correspondentes :		
Conversão de Especial :			Banco do Brasil		
Produto da conversão de papel	48.700.000.000		Diversas Contas	38.484.017.037	385.535.426.497
Produto da conversão de ouro		166.057.000.000	Movimento de Fundos :		
Exercício de 1916 :			Remessas feitas	09.631.730.157	380.545.050.000
Suplementos recebidos	51.513.304.180	10.730.000.000		329.072.113.077	300.000.000
Bancos e Correspondentes :			Saldo para 1918	5.036.025.000	3.443.334.837
Banco do Brasil					
Diversas Contas	109.175.000.000	170.479.000.000		915.027.000.000	930.965.937.027
Movimento de Fundos:					
Remessas recebidas	61.420.073.000	881.490.000.000			
	916.007.000.000	909.905.000.000			

122

Estatística

São os seguintes os algarismos do nosso commercio exterior, no ultimo quinquenio :

ANNOS	1.000 TONELADAS		CONTOS DE RÁIS		EQUIVALENTE em £ 1.000	
	Exporta- ção	Impor- tação	Exportação	Importação	Exporta- ção	Impor- tação
1913	1.382	5.873	981.767	1.007.495	65,451	67,166
1914	1.310	3.478	755.747	561.853	46,803	35,473
1915	1.806	2.799	1.042.298	582.996	53,951	30.088
1916	1.869	2.641	1.136.888	810.759	56,462	40,369
1917	1.960	1.986	1.136.455	837.738	59,875	44,510

Em moeda-papel a nossa exportação do anno passado foi igual á de 1916, porém, nos algarismos de 1917 ainda não estão incluidos os valores das mercadorias do Rio Grande do Sul, exportadas por algumas das localidades da fronteira. A inclusão desses algarismos elevará de cerca de 30.000.000\$ o total de 1917.

Em moeda-ouro, devido á melhoria do cambio, apresenta a exportação um accrescimo de £ 3.413.000 sobre a do anno de 1916.

O maior augmento verifica-se no volume da exportação, que vem crescendo de anno para anno, em proporção bem maior que a dos valores em papel.

A baixa nos preços dos principaes productos, o café e a borracha, assim como a sua menor quantidade exportada, justificam essa falta de proporcionalidade entre o augmento do volume exportado e o valor das mercadorias em moeda-papel. No valor em ouro a menor proporção é devida á diferença de cambio nos ultimos cinco annos.

A média por unidade das mercadorias exportadas de 1914 a 1917 é menor que a de 1913. Entre a desse anno e a do anno passado ha uma diferença para menos em 1917 de 18 % em papel e de 56 % em ouro.

Além das menores cotações de borracha e do café, contribuiu tambem para o menor valor por unidade o desenvolvimento da exportação do manganez, cujo preço, ainda hoje, é relativamente baixo em confronto aos dos demais productos que exportamos.

A depreciação da nossa moeda explica a alta percentagem da diferença do valor ouro nos dous annos extremos.

O augmento do numero de mercadorias e o desenvolvimento que tiveram aquellas que, antes da guerra, eram exportadas em pequenas quantidades, impediram, em parte, que soffressemos o peso das consequencias que as condições anormaes dos mercados de café e borracha trouxeram á nossa economia.

No quadro que se segue encontra-se discriminada a exportação no ultimo quinquenio pelas quatro categorias seguintes: Mercadorias que não se exportavam antes da guerra, mercadorias de pequena exportação antes de 1914, exportação de manganez e das mercadorias que, em época normal, representavam 99,11% da nossa exportação.

ANOS	MERCADORIAS NOVAS		MERCADORIAS DE PEQUENA EXPORTAÇÃO ANTES DA GUERRA		MANGANEZ		OUTRAS MERCADORIAS	
	Toneladas	Contos de réis	Toneladas	Contos de réis	Toneladas	Contos de réis	Toneladas	Contos de réis
1913.	—	—	81	6.017	152	2.721	1.197	973.029
1914.	—	30	66	10.840	181	4.630	1.066	740.397
1915.	11	6.416	129	15.486	229	10.530	1.429	1.006.928
1916.	41	30.223	124	63.102	503	29.504	1.198	1.028.993
1917.	106	71.935	343	176.886	532	57.284	980	830.370

As mercadorias novas contribuiram com 71.935:000\$ para a exportação de 1917. Entre 1913 e 1917 a diferença para mais no ultimo anno foi, quanto ás mercadorias que pouco se exportavam, de 281.000 toneladas e de 170.849:000\$; de manganez exportámos mais em 1917, em comparação a 1913, 410.000 toneladas e mais 54.563:000\$000. As outras mercadorias que formam o vulto da nossa exportação sofreram no mesmo periodo o decrescimo em quantidade de 219.000 toneladas e no valor de 142.659:000\$000.

A importação desde 1914 vem crescendo gradativamente em valor, ao passo que o seu volume diminui em proporção quasi igual ao aumento do valor.

O volume da nossa importação total de mercadorias, em 1917, é inferior ao do carvão de pedra importado em 1913, que foi de 2.518.561 toneladas, enquanto que a importação geral de mercadorias foi, em 1917, de 1.986.000 toneladas.

O custo nos paizes de procedencia de cada tonelada importada, em 1913, foi de 143\$ e, em 1917, de 316\$, o que representa um aumento de 121%; o aumento do frete é de 279%, pois, em 1913, cada tonelada pagava em média, de frete, 28\$ e passou a pagar, em 1917, 106\$000.

A falta de uma estatística da nossa produção e do nosso commercio interno impede-nos de precisar com exactidão o desenvolvimento, aliás bem sensivel, das nossas industrias nestes ultimos quatro annos. E' serviço que dentro de algum tempo estará instituido.

Com esses elementos poderíamos destacar a parte que representa a nossa menor capacidade de compra no movimento regres-

Importação

sivo do volume da nossa importação, assim como o determinam as dificuldades de importar devido aos entraves á exportação impostos pelos paizes productores e principalmente o que conseguimos produzir em substituição ás mercadorias que, antes da guerra, compravamos no exterior.

A menor quantidade de mercadorias importadas, embora com valores mais elevados, justifica a menor renda das nossas Alfândegas.

O movimento marítimo tem a sua traducção no quadro seguinte:

COMMERCIO EXTERIOR DO BRASIL

MESES	IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS														
	TONELADAS METRICAS				CONTOS DE RéIS				EQUIVALENTE EM £ 1,000						
	1913	1914	1915	1916	(*) 1917	1913	1914	1915	1916	(*) 1917	1913	1914	1915	1916	(*) 1917
Janeiro	450,854	410,413	174,034	182,493	143,366	92,545	71,700	20,478	48,967	59,720	6,623	4,734	1,053	8,337	2,269
Fevereiro	447,564	369,614	157,877	231,318	181,276	80,303	57,659	31,397	58,769	60,410	5,253	3,344	1,012	8,208	2,069
Março	545,793	375,299	214,053	202,729	273,847	92,808	55,958	46,414	56,101	68,483	6,187	3,732	8,483	7,717	2,149
4º trimestre	4,414,196	4,155,193	540,284	616,475	508,492	986,069	185,305	140,250	163,857	183,825	17,777	12,357	5,904	7,888	2,277
Abri	281,344	301,267	846,673	231,177	158,420	87,743	58,905	50,049	58,707	67,688	5,850	3,267	8,516	8,821	3,367
Mai	352,353	338,353	339,574	226,375	219,500	83,029	54,183	77,482	51,677	54,167	5,210	3,087	2,751	8,854	2,550
Junho	268,476	349,368	344,084	268,153	221,553	87,048	51,006	50,125	70,170	75,534	5,835	3,568	8,508	8,593	3,435
5º trimestre	1,755,454	1,719,578	777,575	718,584	595,579	267,920	168,900	154,357	226,360	195,182	17,195	11,230	7,938	10,333	19,482
6º semestre	2,119,610	2,134,861	1,264,429	1,335,068	1,006,071	581,583	353,003	384,048	570,197	393,834	24,975	22,577	13,924	18,100	19,759
Julho	321,985	314,453	955,913	195,470	161,194	91,077	48,895	51,883	70,098	61,451	6,118	3,282	8,718	8,014	3,389
Agosto	427,372	377,425	162,263	171,375	141,511	41,538	51,538	97,546	51,225	53,398	5,310	2,510	8,510	8,514	2,514
Setembro	428,253	338,158	269,339	226,407	215,131	82,445	52,918	53,561	60,225	57,029	5,304	1,864	8,078	8,110	2,618
3º trimestre	3,444,197	383,693	775,626	593,463	568,546	251,775	128,534	156,118	158,498	216,107	16,789	7,153	8,000	10,256	14,449
9 meses	4,163,807	2,957,559	8,100,045	1,833,327	1,514,611	775,323	476,239	430,764	568,683	599,916	51,737	30,725	21,922	28,829	9,147
Outubro	427,043	475,383	309,710	288,906	154,875	78,540	26,326	60,473	59,197	67,287	5,237	1,476	3,059	3,487	3,823
Novembro	428,253	152,325	162,325	162,325	162,325	77,127	52,325	49,127	72,127	51,127	5,125	1,483	3,059	3,487	3,823
Dezembro	428,445	190,572	924,255	317,009	186,804	75,459	30,379	56,287	94,927	89,138	5,027	1,702	2,804	1,391	3,638
4º trimestre	3,309,323	580,699	693,103	707,573	231,137	85,614	162,233	242,011	237,856	165,409	4,744	8,165	15,010	13,103	
2º semestre	8,753,490	1,342,390	1,474,720	1,305,553	880,073	486,913	303,193	315,335	440,563	453,933	83,194	11,693	16,166	22,389	24,754
12 meses	5,873,940	9,478,351	8,799,163	2,640,900	1,958,144	1,007,495	561,553	552,995	320,758	837,759	67,166	35,673	30,068	40,369	54,519
Janeiro a dezembro	5,873,940	9,478,351	8,799,163	2,640,900	1,958,144	1,007,495	561,553	552,995	320,759	837,759	67,166	35,673	30,068	40,369	44,549
EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS															
Janeiro	184,922	142,241	182,392	119,771	120,001	147,430	61,714	81,040	81,006	84,693	7,889	6,114	4,002	3,018	4,101
Fevereiro	93,923	125,509	154,254	152,810	152,022	95,122	77,206	78,784	80,405	131,299	5,561	5,155	4,014	3,533	4,474
Março	85,556	109,729	154,059	149,049	155,274	83,029	69,110	100,151	100,170	101,750	4,403	4,807	5,390	5,103	4,972
4º trimestre	303,747	377,479	386,715	380,928	474,417	289,391	233,626	280,391	287,985	317,885	17,793	15,876	14,223	13,390	15,037
Abri	70,905	104,051	145,771	174,811	181,051	58,726	61,886	84,056	89,403	107,883	5,515	4,193	4,394	4,895	5,366
Maio	85,983	93,321	131,321	152,275	162,563	49,187	56,819	60,150	89,219	97,189	3,276	3,775	3,059	3,534	3,534
Junho	75,996	100,426	135,310	127,954	150,517	52,028	56,220	47,148	50,119	74,943	3,007	3,749	5,459	5,007	4,521
5º trimestre	217,789	302,665	340,345	165,057	491,990	146,394	174,736	191,815	246,909	280,084	9,792	11,850	9,855	12,191	14,031
6º semestre	581,352	680,441	757,568	849,935	899,407	413,785	125,388	433,709	514,374	595,013	27,586	27,588	34,103	25,660	30,368
Julho	86,065	110,395	119,338	167,424	177,905	52,829	45,200	60,069	80,597	77,609	3,482	3,266	3,453	4,491	4,260
Agosto	128,356	146,547	151,711	145,097	152,259	75,511	24,735	81,211	86,955	94,319	3,239	4,178	4,129	4,579	5,079
Setembro	142,343	180,302	152,750	150,300	172,030	93,703	50,629	84,555	84,412	61,190	2,499	4,284	4,702	5,524	
3º trimestre	555,241	981,744	424,329	479,391	508,974	223,513	124,355	225,829	280,152	280,339	14,904	7,145	11,932	13,392	11,649
9 meses	376,777	941,885	1,811,388	1,316,376	1,452,334	537,241	478,516	775,088	888,355	42,457	31,671	35,644	35,655	41,847	
Outubro	185,648	116,192	292,973	181,004	73,687	127,071	87,492	122,684	109,120	91,795	8,531	3,508	6,204	5,403	5,102
Novembro	188,824	125,616	161,057	165,903	153,030	107,372	63,437	111,755	124,329	92,169	7,153	3,626	5,053	6,011	5,792
Dezembro	171,410	128,555	160,185	163,444	160,185	92,560	119,366	131,952	91,175	7,725	4,796	6,433	6,460	7,154	
4º trimestre	505,343	368,440	598,094	550,351	497,783	344,469	218,506	363,728	364,962	378,193	82,954	19,123	13,310	15,003	15,358
2º semestre	960,553	830,193	1,080,420	1,023,348	1,000,752	567,983	512,851	589,591	602,014	588,418	37,985	19,277	29,343	31,603	22,307
12 meses	1,389,089	1,310,325	1,807,960	1,589,397	1,360,164	981,707	755,747	1,048,299	1,136,398	1,136,403	65,451	46,903	53,954	56,468	58,375
Janeiro a dezembro	1,383,093	1,310,325	1,807,960	1,589,397	1,360,164	981,707	755,747	1,048,299	1,136,398	1,136,403	65,451	46,903	53,954	56,468	58,375
Janeiro	- 4,300,951	- 2,167,926	- 991,182	- 711,773	- 25,910	- 85,728	+ 193,394	+ 469,302	+ 336,426	+ 293,717	- 1,715	+ 11,332	+ 83,985	+ 16,933	+ 15,385
Importação	-	-	-	-	-	15,727	42,751	675	75	155	1,655	861,172	45,141	3,241	3,522
Exportação	-	-	-	-	-	60,914	435,452	97,932	3,254	204	0,021	5,257	5,143	3,175	3,345
ESPECIES METALLICAS E NOTAS DE BANCO ESTRANGEIRAS															
Janeiro a dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

COMMERCIO EXTERIOR DO BRASIL
EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS
Meados de janeiro a dezembro de 1913 a 1917

ARTIGOS	UNIDADES	VALOR POSTO A BORDO (F. O. B.)										DIFERENCA PARA MAIS OU MENOS EM 1916, COMPARADA COM 1915							
		QUANTIDADE					CENTOS DE MIL, PAPER					EQUIVALENTE EM £ 1.000							
		1913	1914	1915	1916	1917	1913	1914	1915	1916	1917	1913	1914	1915	1916	1917	QUANTIDADE	CENTOS DE MIL, PAPER	£ 1.000
<i>Classe I — Animais e seus produtos</i>																			
1. Car, congelada.	Toneladas.	41.315	31.411	5.514	32.031	63.452	31.151	32.510	63.081	28.192	60.725	—	1.325	310	1.414	2.181	+ 28.791	+ 32.013	+ 1.770
2. Cores		3.314	4.497	4.703	5.684	2.817	6.152	4.120	14.763	5.571	2.314	511	727	826	1.068	1.433	+ 21.038	+ 27.326	+ 1.151
3. Pólvora		1.21	127	3.205	1.202	1.202	1.202	1.202	1.202	1.202	1.202	1	8	109	374	1.438	+ 3.275	+ 258	63
4. Armas		15.459	15.710	9.074	11.709	22.724	7.431	6.477	9.313	7.353	4.450	493	404	502	1.558	1.558	+ 10.885	+ 15.299	+ 807
Diversos																			
Total da classe I.	Toneladas.	60.479	51.843	83.683	69.016	121.777	55.152	45.371	101.071	152.705	174.575	3.873	8.815	5.173	7.033	9.254	+ 15.965	+ 30.370	+ 1.045
<i>Classe II — Minérios e seus produtos</i>																			
5. Manganês	Toneladas.	189.252	157.637	231.671	301.110	531.835	2.731	4.683	10.531	27.301	57.281	151	275	335	1.479	3.031	+ 22.725	+ 27.780	+ 1.583
6. Ouro crudo		6.016	4.955	4.373	4.349	5.512	7.812	9.554	9.431	4.429	4.429	41	74	143	199	333	+ 9	609	4
Diversos		8.103	8.351	11.375	8.430	3.548	1.351	1.282	8.777	6.043	6.043	158	73	143	199	333	+ 4.374	+ 8.265	+ 194
Total da classe II.	Toneladas.	193.439	157.450	313.051	311.391	531.445	19.591	18.172	32.373	45.096	72.387	705	700	1.173	2.161	3.387	+ 24.361	+ 39.377	+ 1.715
<i>Classe III — Vegetais e seus produtos</i>																			
7. Algodão	Fogos.	37.474	31.431	5.528	1.071	5.541	31.615	35.517	5.477	9.403	15.004	8.308	1.584	397	120	733	+ 4.573	+ 12.591	+ 673
8. Arroz		51	15	1.315	42.513	21	543	22.353	8	75	68.775	65	373	700	1.806	3.265	+ 41.275	+ 52.305	+ 2.810
9. Aveia		5.371	31.375	52.041	51.183	1.951	9.774	11.451	22.947	22.947	22.947	33	33	33	33	33	+ 3.775	+ 6.823	+ 33
10. Batatas		23	3	3	3	3.837	—	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	17
11. Cebolas		35.233	33.531	35.195	31.493	29.019	35.671	33.789	33.789	33.789	33.789	152.251	41.375	7.033	7.019	7.495	+ 3.375	+ 2.645	+ 2.320
12. Cenouras		23.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	41.750	
13. Cereais		1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	1.001.442	
14. Cítricos		3.877	3.311	5.877	4.197	5.676	5.135	5.135	5.135	5.135	5.135	1.002	5.135	47	34	5	659	9.152	+ 47.611
15. Cítricos torrados																		+ 26.738	+ 1.461
16. Fumo		4.073	5.025	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	4.624	
17. Frutas		43.351	59.137	31.979	42.957	84.462	4.921	13.624	7.101	1.945	2.615	6.631	251	155	155	155	155	+ 4.385	+ 2.624
18. Goma-de-árvore		53.214	51.241	27.049	27.444	21.631	21.731	81.771	81.771	21.731	21.731	21.731	21.731	21.731	1.479	1.551	1.395	+ 4.154	+ 2.624
19. Íron		65.943	59.737	71.335	59.672	30.311	2.334	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653
20. Lenha-viva		22.310	14.023	31.212	21.303	21.303	21.303	21.303	21.303	21.303	21.303	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653	1.653
21. Madeiras		2.310	3	4.931	21.047	7.915	6.531	4.207	7.537	15.854	503	445	503	503	503	503	503	503	503
22. Milho		61.670	59.813	39.441	41.071	31.381	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	503
Diversos																			503
Total da classe III.	Toneladas.	1.131.191	1.038.927	1.411.315	1.247.819	1.224.912	913.945	97.324	910.101	910.101	891.442	63.870	43.102	47.605	45.673	47.124	+ 50.636	+ 81	
Total das 33 art.		1.220.313	1.220.313	1.783.821	1.823.413	1.932.415	914.141	741.147	1.031.005	1.111.791	1.055.472	61.278	40.908	63.039	55.216	57.115	+ 73.924	+ 81.315	+ 1.902
Total das diversas	Toneladas.	83.271	72.953	67.115	59.345	57.719	17.801	41.824	37.683	35.014	52.975	1.173	826	1.245	877	+ 17.924	+ 55.883	+ 1.554	
Total geral da exportação	>	1.332.033	1.319.325	1.837.635	1.819.325	1.933.158	931.757	753.747	1.012.938	1.133.585	1.133.455	63.451	45.803	53.954	50.452	52.875	+ 90.537	+ 433	+ 3.412

ARTIGOS	UNIDADES	VALOR MÉDIO POR UNIDADE										ANNO	VALOR MÉDIO POR TONELADA					
		EM MIL RÉIS, PAPÉL					EM LIVRAS E SHILLINGS						PANIERO A DRENAR					
		1913	1914	1915	1916	1917	1913	1914	1915	1916	1917		1913	1914	1915	1916	1917	
1. Carne cangalha.	Tonelada.	—	878	879	879	837	800	—	440	397	429	471/8	—	—	—	—	—	
2. Cereais	•	2828	2835	2840	2840	2840	61,9	61,9	61,9	61,9	61,9	991/0	—	—	—	—	—	
3. Palhas	•	2191	2227	2229	2229	2229	21,9	21,9	21,9	21,9	21,9	2021/4	—	—	—	—	—	
4. Jarcos	•	1808	1810	1810	1810	1810	18,0	18,0	18,0	18,0	18,0	1811/0	—	—	—	—	—	
5. Malte	•	1065	1065	1065	1065	1065	10,7	10,7	10,7	10,7	10,7	1011/8	—	—	—	—	—	
6. Ouro nativo	Rilo	12855	12740	12795	12850	12850	12,0	12,0	12,0	12,0	12,0	1211/5	—	—	—	—	—	
7. Algodão	Tonelada.	2252	2252	2252	2252	2252	2,40	2,40	2,40	2,40	2,40	2331/0	—	—	—	—	—	
8. Vaca	•	3475	3475	3531	3531	3531	31,13	31,13	31,13	31,13	31,13	3411/5	—	—	—	—	—	
9. Assucar.	•	2181	2212	2212	2212	2212	21,7	21,7	21,7	21,7	21,7	2011/2	—	—	—	—	—	
10. Batatas.	•	1815	1815	1815	1815	1815	12,1	12,1	12,1	12,1	12,1	1811/5	—	—	—	—	—	
11. Pão	•	48295	36133	36261	46881	46881	40116	32/1	32/1	32/1	32/1	3111/5	—	—	—	—	—	
12. Farinha	•	2803	3732	3244	3244	3244	35,14	35,14	35,14	35,14	35,14	2801/1	—	—	—	—	—	
13. Cardo	•	2803	2803	2803	2803	2803	31,14	31,14	31,14	31,14	31,14	2801/1	—	—	—	—	—	
14. Café ⁽¹⁾	Saco	12705	12705	12705	12705	12705	27,17	27,17	27,17	27,17	27,17	1271/3	—	—	—	—	—	
15. Farinha de carnaúba	Tonelada.	12705	12705	12705	12705	12705	12,13	12,13	12,13	12,13	12,13	1271/3	—	—	—	—	—	
16. Farinha de mandioca	•	2144	2153	2151	2151	2151	17,12	17,12	17,12	17,12	17,12	2151/1	—	—	—	—	—	
17. Feijão	•	2168	2168	2168	2168	2168	23,97	23,97	23,97	23,97	23,97	2311/3	—	—	—	—	—	
18. Farinha de massa	•	2169	2201	2205	2205	2205	24,45	24,45	24,45	24,45	24,45	2311/2	—	—	—	—	—	
19. Frutos para oleo	•	2275	2278	2284	2284	2284	9,15	9,15	9,15	9,15	9,15	2281/2	—	—	—	—	—	
20. Fumo	•	2281	2281	2281	2281	2281	22,15	22,15	22,15	22,15	22,15	2281/2	—	—	—	—	—	
21. Farinha de milho	•	2282	2282	2282	2282	2282	22,15	22,15	22,15	22,15	22,15	2281/2	—	—	—	—	—	
22. Madeiras	•	2283	2283	2283	2283	2283	22,15	22,15	22,15	22,15	22,15	2281/2	—	—	—	—	—	
23. Milho	•	2293	2104	2105	2105	2105	21,05	21,05	21,05	21,05	21,05	2111/4	—	—	—	—	—	

A fração de libra é em decimal.

O valor médio por unidade representa o quociente do valor posto à borda, de cada mercadoria, pela sua respectiva quantidade.

(1) Saco de 63 kilos. Na total do volume da classe III e no total do volume geral o café está computado em toneladas.

Os algarismos de 1913 a 1915 contêm os já publicados devido à inclusão da exportação que se faz pelas fronteiras do Rio Grande do Sul, exportação que não figurava na estatística por falta de elementos.

Os algarismos de 1917 estão sujeitos à especificação.

Resumo do movimento marítimo no Brasil 1913, 1914, 1915, 1916 e 1917

	ENTRADAS									
	NÚMERO					TONELAGEM				
	1913	1914	1915	1916	1917	1913	1914	1915	1916	1917
Nacionais	20.905	17.863	18.504	18.476	18.859	19.340.063	8.026.310	9.000.513	8.022.774	8.000.059
Estrangeiros	8.877	5.910	4.095	3.857	2.757	19.826.291	14.917.730	10.494.253	8.605.086	5.581.661
Total	27.782	23.073	22.561	21.326	21.716	39.170.254	22.846.059	19.494.771	17.927.852	14.486.850
Sendo: a vapor	21.487	17.903	17.943	16.804	15.773	32.523.923	22.450.440	19.072.882	16.804.208	14.112.941
a vela.	6.295	5.170	4.166	5.226	4.943	604.332	325.000	415.270	383.144	386.579
SAÍDAS										
	NÚMERO					TONELAGEM				
	1913	1914	1915	1916	1917	1913	1914	1915	1916	1917
Nacionais	20.970	17.371	18.405	18.250	18.978	10.345.684	8.938.300	8.972.148	8.025.104	9.006.875
Estrangeiros	6.995	5.225	4.078	3.659	2.741	19.925.475	14.855.955	10.495.858	8.601.388	5.580.876
Total	27.965	23.096	22.504	21.909	21.718	39.271.161	23.804.460	19.471.300	17.926.999	14.497.553
Sendo: a vapor	21.550	17.927	17.593	16.684	15.775	32.506.131	22.389.850	19.073.107	16.807.404	14.116.315
a vela.	6.315	5.199	4.003	5.345	4.935	606.171	325.000	415.270	383.144	386.579

Cambio

Seguem-se as médias cambiaes nos annos de 1914, 1915, 1916, 1917 e 1º trimestre de 1918:

	d.
Em 1914.	11 22/44
Em 1915.	12 1/16
Em 1916.	12 1/16
Em 1917.	12 23/44
1º trimestre de 1918.	13 23/32

Banco do Brasil

Esta importante instituição tem continuado a ser encarregada de todas as operações de crédito do Governo, quer para o seu serviço no exterior, quer no interior da República. Para o primeiro concorreu com a remessa, à Delegacia Fiscal em Londres e aos Agentes Financeiros do Brasil, na mesma praça, de cambiaes no valor de £ 6.028.856-19-5 no anno de 1917 e £ 953.751-0-0 no primeiro trimestre deste anno, o que elevou o total remettido a £ 6.982.607-19-5. E para o segundo, sendo o intermediario, tanto para o suprimento de numerario ás Delegacias Fiscaes nos Estados, como para o recolhimento dos saldos de que as mesmas dispunham e que foram por esta forma postos á disposição do Tesouro Nacional nesta Capital. Elevou-se á respeitável somma de 88.732:212\$111 o valor das quantias provenientes dessas operações, sendo 43.440:212\$111 por suprimentos e 43.292:000\$, para serem recolhidos.

E' este um dos mais importantes serviços que ao Governo prestam as Agencias do Banco, cujo numero tem aumentado, devendo proseguir-se na criação de novas. Estão funcionando 25 Agencias e já autorizadas e prestes a installar-se mais 15.

Outro serviço de valor a que estão dando grande incremento as Agencias do Banco é o da transferencia de fundos por conta de terceiros por meio de cheques, cuja importancia, no anno de 1917, foi de 57.370:734\$092, tendendo, com o aumento do numero das Agencias, a elevar-se sensivelmente, tornando-se, por esse modo, estes titulos, pela sua natureza e a somma que representarão, um notável auxiliar do meio circulante nacional.

E' já importante tambem o auxilio prestado pelas Agencias aos productores dos Estados, auxilio que, embora indirecto, visto que é baseado sobre o desconto dos saques dos exportadores estadaues, é bastante efficaz, por ser levado "in loco", isto é, sem depender de intermediarios, que encarecem e tornam onerosas as transacções desta ordem. Montaram a 90.460:400\$745 os descontos feitos pelas Agencias do Banco nas condições acima, no anno de 1917.

Continua a ser feita pelo Banco, com toda a regularidade, a emissão de certificados-ouro para pagamento de direitos aduaneiros, tendo-se elevado a do anno de 1917 a £ 6.676.170-0-0, e papel 128.100:396\$697. O respectivo resgate, que tem sido feito mensalmente, attingiu no referido anno a £ 6.980.722-0-0

ou, papel, 136.127.650\$288, existindo ainda em circulação certificados no valor de £ 955.754.0.0 e papel 17.603.926\$059.

Quer o serviço dos juros do empréstimo de obtido pelo Banco de 50.000:000\$, nos termos do decreto n. 2.986, de 28 de agosto de 1915, quer o que se refere ao que lhe foi concedido pelo decreto n. 3.316, de 16 de agosto de 1917, foi feito com a maxima regularidade, sendo que do 2º empréstimo o Banco só se utilizou de 40.000:000\$000.

Os quadros seguintes indicam o movimento do Lloyd Brasileiro.

Lloyd

Resultado financeiro dos diversos serviços a cargo do Lloyd Brasileiro em 1917

EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS	CUSTO	ESCRITA	EXCESSO DE CUSTO	SALDO DE ESCRITA
Vapores do Lloyd	37.519.745\$174	43.746.573\$263	11.227.828\$004
Vapores da Companhia Commercial e Navegação	6.930.573\$420	4.324.603\$213	2.603.915\$211	
Vapores da Companhia Nacional de Navegação Costeira (regimento do "Controle")	3.763.030\$000	3.879.832\$433	116.004\$443 (1)
Vapores da Companhia Nacional de Navegação Costeira (requisitados)	3.223.107\$703 (2)	2.559.015\$735	663.252\$308	
Vapores ex-alionenses	7.807.637\$321	14.050.934\$810	6.251.500\$789
Serviços diversos	20.173.661\$092	20.436.043\$166	262.383\$974
Totais	79.486.904\$529	93.035.567\$477	3.339.197\$322	17.557.960\$100
Saldo	14.518.062\$378	14.518.062\$378	
	93.035.567\$477	93.035.567\$477	17.557.960\$100	17.557.960\$100

Exploração dos diversos serviços. : 10.273.749\$735
 Subvenção (não recebida) : 4.239.914\$143
 14.518.062\$378

(1) Do saldo total verificado foi deduzida a quantia de 657.834\$942, correspondente a 35% de mesmo saldo, creditada à Companhia Nacional de Navegação Costeira.

(2) No custo foi incluída a importância de 1.402.231\$274, reclamada pela Companhia Nacional de Navegação Costeira, pelo apropriaamento de seis navios requisitados, importância levada provisoriamente a crédito da « Efeitos a liquidar » até liquidação definitiva do assunto.

RESULTADOS FINAIS EM 1916 E 1917

	1916	1917
Receita	53.617.343\$306	63.935.567\$177
Custo	39.250.177\$914	79.486.904\$599
Saldo	14.367.165\$392	11.513.662\$378
Exploração dos diversos serviços a cargo do Lloyd	11.830.910\$777	10.273.749\$735
Subvenção	4.480.216\$305	4.239.914\$143
	16.367.165\$082	11.513.662\$378

RENOVAÇÃO DO MATERIAL E ENSINO PROFISSIONAL

DESPESAS

Renovação do material:

Reconstruções	3.935.635\$774
Reparações	<u>3.815.886\$540</u>
	7.751.521\$314

Ensino Profissional:

Ecoleas	1.435.763\$563
Reserva Naval	<u>78.482\$222</u>
	1.514.245\$785
Total,	3.911.928\$090

Menos:

Subvenção (n. 37 do art. 83 da Lei 3.232, de 5 de janeiro de 1917)	
(Ainda a receber)	<u>4.239.914\$143</u>
Excesso da despesa sobre a subvenção	4.872.013\$956

EMBARCAÇÕES

O Lloyd adquiriu diversas embarcações no valor de....
1.152.432\$090.

VAPORES EX-ALLEMÃES

Com o concerto, rancho e apparelhamento dos navios ex-alemães, antes de serem entregues ao tráfego, o Lloyd gastou 7.504.962\$293.

NOTA — Nesta quantia não está incluída qualquer percentagem, comissão ou juros a favor do Lloyd, pelo adiantamento da mesma.

TRANSPORTES POR CONTA DA UNIÃO E DOS ESTADOS

Importância total dos transportes	1.201.529\$380
* recebida	<u>80.703\$500</u>
Saldo a receber	1.120.825\$880

NOTA — Estes transportes foram calculados com abatimento de 50% e 30% "sobre as tarifas de 1909" (Decreto 7.772, de 30 de dezembro de 1909).

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Não terminarei esta Mensagem sem assignalar o concurso intelligente e eficaz dos meus illustres auxiliares, que collaboraram dedicadamente no desempenho da ardua missão deste quadriénio, merecendo por isso justos louvores e meus sinceros agradecimentos.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1918.

Wenceslau Braz P. Gomes,

PRESIDENTE DA REPÚBLICA.